

PORTE PAGO DR/BSB ISR-47-103/89  
S.F. SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

PORTARIA DO ANEXO 1 - SF

70160-000 BRASILIA

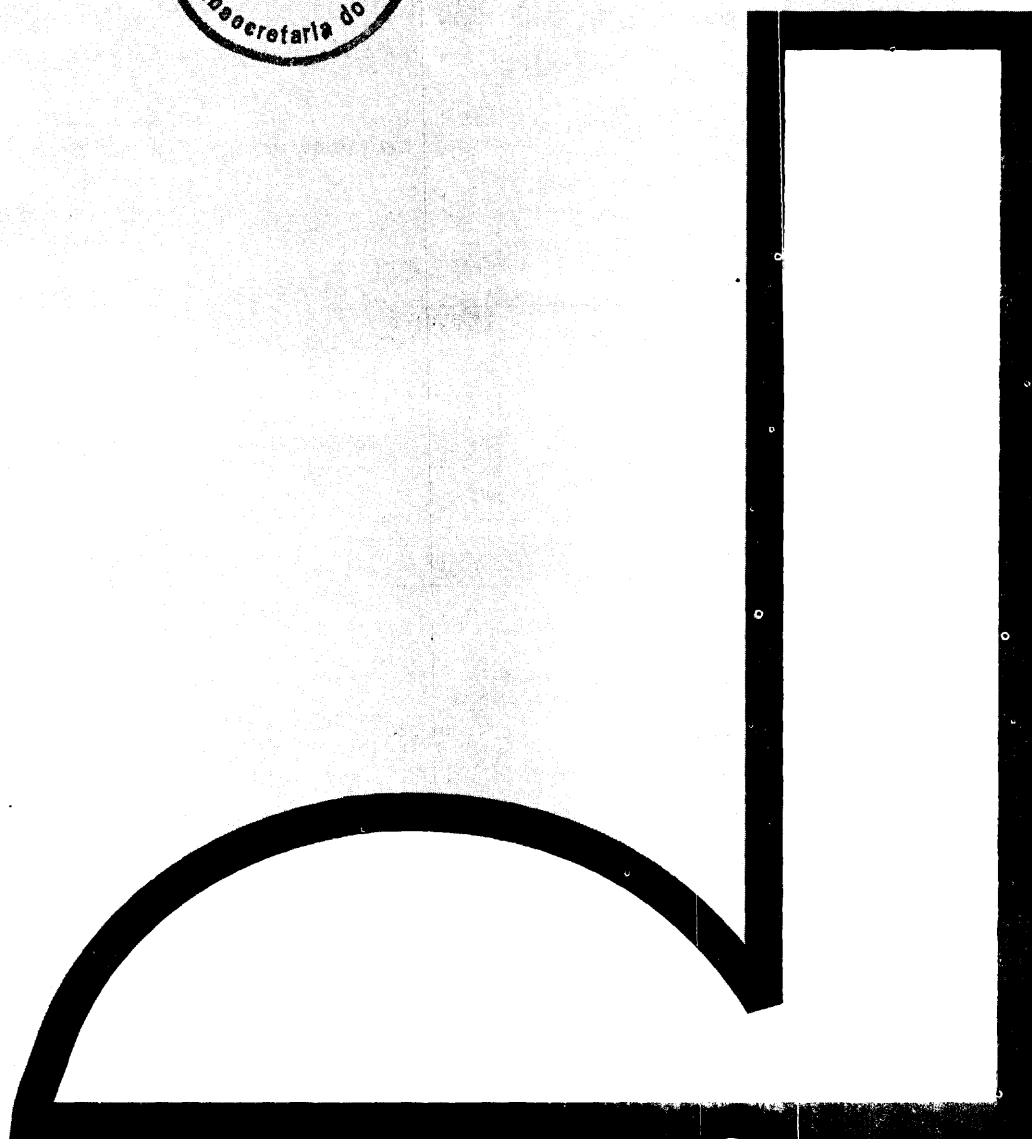
DCNI-0010 DCNII-0010 DCNC-0010



EXEMPLAR ÚNICO



Republica Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p><b>Presidente</b>  <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p><b>1º Vice-Presidente</b>  <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p><b>2ª Vice - Presidente</b>  <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p><b>1º Secretário</b>  <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p><b>2º Secretário</b>  <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>	<p><b>3º Secretário</b>  <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p><b>4º Secretário</b>  <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <i>1ª Emília Fernandes - Bloco - RS</i>  <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i>  <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i>  <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>	
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  Corregedor(1)  <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i>  Corregedores Substitutos(1)    <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i>  <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i>  <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>	<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  Procuradores(2)  <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i>  <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA (3)</i>  <i>Emília Fernandes - Bloco - RS</i>  <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i>  <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i>  <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i>  <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i>  <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Hugo Napoleão</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Edison Lobão</i>  <i>Francelino Pereira</i>  <i>Gilberto Miranda</i>  <i>Romero Jucá</i>  <i>Romeu Tuma</i>  <i>Júlio Campos</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Jader Barbalho</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Nabor Júnior</i>  <i>Gerson Camata</i>  <i>Carlos Bezerra</i>  <i>Ney Suassuna</i>  <i>Fernando Bezerra</i>  <i>Gilvam Borges</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Sebastião Rocha</i>  <i>Antonio Carlos Valadares</i>  <i>Roberto Freire</i>  <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Sergio Machado</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Osmar Dias</i>  <i>Jefferson Péres</i>  <i>José Ignácio Ferreira</i>  <i>Coutinho Jorge</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Epirácio Cafeteira</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Leomar Quinranilha</i>  <i>Esperidião Amim</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Odacir Soares</i></p>

Atualizada em 13-04-98

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i>  Diretor-Geral do Senado Federal  <i>Claudianor Moura Nunes</i>  Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações  <i>Júlio Werner Pedrosa</i>  Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carneiro Silva</i>  Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal  <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i>  Diretora da Subsecretaria de Ata  <i>Denise Ortega de Baere</i>  Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 38ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE ABRIL DE 1998

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a comemorar os 50 anos de fundação do Estado de Israel, nos termos do Requerimento nº 149, de 1998, do Senador Bernardo Cabral e outros senhores Senadores. .... 07289

##### 1.2.2 – Composição da Mesa

Compõem a Mesa o Senador Eduardo Suplicy, Presidente em exercício; a sua direita, o Deputado Nelson Trad e o Sr. Jack Terpins, Presidente da Federação Israelita do Brasil; a sua esquerda, o Rabino Henry Sobel e Yaacov Keiman, Embaixador de Israel no Brasil. .... 07289

##### 1.2.2 – Oradores:

Senador Bernardo Cabral – Senador José Ignácio Ferreira – Senador Lúcio Alcântara – Senador Ney Suassuna – Fala associativa da Presidência (Senador Eduardo Suplicy)..... 07289

##### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Referente a mensagem do Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, associando-se, em nome da Mesa, às homenagens prestadas e agradecendo a presença dos representantes da comunidade judaica no Brasil, em especial ao Rabino Henry Sobel. .... 07305

##### 1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 139, de 1998 (nº 498/98, na origem), de 28 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1997 (nº 1.403/95, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que transforma cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, sancionado e transformado na Lei nº 9.631, de 28 de abril de 1998. .... 07305

##### 1.2.5 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 245/98, de 16 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 171/97, adotada pelo Egrégio Tribunal, referente aos Requerimentos nºs 774 e 803, de 1991, dos Senadores Eduardo

Suplicy e Saldanha Derzi, respectivamente. Ao arquivo. .... 07305

##### 1.2.6 – Parecer

Nº 210, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nº 39, de 1996 (nº 367, de 1996, na Câmara dos Deputados), e nº 23, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Esperidião Amin, que tramitam em conjunto, ambas alterando o § 7º do art. 14 da Constituição Federal. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 806, de 1997.) ..... 07305

##### 1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 1998, de autoria do Senador Odacir Soares, que concede isenção dos impostos federais às pessoas maiores de setenta anos de idade. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa ..... 07308

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1998, de autoria do Senador Odacir Soares, que dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares aplicadas a servidor público federal e sobre o abono de faltas. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. .... 07308

##### 1.2.8 – Requerimento

Nº 273, de 1998, de autoria do Senador ErnanDES Amorim, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. .... 07310

##### 1.2.9 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 22, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador José Ignácio Ferreira, que acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 07312

##### 1.2.10 – Ofício

Nº 20/98, de 29 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação do Senador Pedro Piva em substituição ao Senador José Serra, nas Comissões Permanentes..... 07316

##### 1.2.11 – Comunicações da Presidência

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, em reunião realizada no dia 29 do corrente mês, os Requerimentos nºs. 169, 170, 173, 178, 180, 183, 189, 200 a 222, 230 a 232, 234, 238, 239,

249, 253, 254, 261 e 264, de 1998, de autoria dos Srs. Senadores José Bianco, Carlos Patrocínio, Eduardo Suplicy, João Rocha, Guilherme Palmeira, Sebastião Rocha, Ernandes Amorim, José Eduardo Dutra, Esperidião Amin, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Romero Jucá, Gilberto Miranda e da Srª. Senadora Júnia Marise, respectivamente, solicitando informações a Ministros de Estado.....

07316

Aprovação, pela Mesa do Senado Federal, na mesma reunião realizada no dia 29 do corrente mês, os Requerimentos nºs. 207, 227, 228, 260 e 262, de 1998, de autoria dos Senadores Gilberto Miranda, Esperidião Amin e Romeu Tuma, respectivamente, solicitando informações a Ministros de Estado, com vistas a esclarecer matérias constantes dos Projetos de Resolução nºs. 34 e 35, de 1998, e a do Projeto de Decreto Legislativo nº. 131, de 1997. De acordo com o disposto no art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, fica, em consequência, interrompida a tramitação dos projetos em referência. ....

07316

Recebimento do Ofício nº 1.014/98, de 29 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando documentação relativa à rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - RJ. Anexado ao Projeto de Resolução nº 179, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos. ....

07316

#### 1.2.12 - Discurso do Expediente

SENADOR **EDUARDO SUP LICY** - Homenagem ao Dia do Índio, transcorrido no último dia 19 do corrente mês.....

07316

#### 1.2.13 - Discursos encaminhados à publicação

SENADOR **ESPERIDIÃO AMIN** - A greve das universidades federais brasileiras, que agoniizam e pedem socorro.....

07318

SENADORA **BENEDITA DA SILVA** - Comemorações, hoje, do Dia Nacional da Mulher, e pelo transcurso do 10º aniversário do Instituto da Mulher Negra - GELEDÉS.....

07319

SENADOR **ODACIR SOARES** - Reflexão sobre as dificuldades das universidades federais brasileiras. ....

07320

SENADOR **MAURO MIRANDA** - Reunião das Federações das Indústrias de Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso

do Sul, Rondônia e Acre com o objetivo de instituir o Mercoeste. ....

07322

SENADOR **TEOTONIO VILELA FILHO** - Preocupação de S. Exª com o pedido de demissão do General Newton Moreira Rodrigues do cargo de Superintendente da Sudene. ....

07323

SENADOR **ERNADES AMORIM** - Questionamentos relativos à antecipação de receita ao Estado de Rondônia, constante do ofício nº S/30, de 1998, e também, sobre o montante e natureza das dívidas desconhecidas pelo Estado, que o Tribunal de Contas do Estado, aponta em seu relatório. ....

07324

#### 1.3 - ENCERRAMENTO

#### 2 - DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Humberto Lucena proferido na sessão do dia 5 de fevereiro de 1998. (Republicação.).....

07327

#### 3 - SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 1º a 30 de abril de 1998, e correspondência expedida. ....

07337

#### 4 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Referente ao mês de março de 1998. ....

07352

#### 5 - COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Destinada a fiscalizar os recursos federais repassados ao Governo de Rondônia.....

07354

#### 6 - ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 771 a 783, de 1998. ....

07355

Apostila referente à aposentadoria do servidor Ary Barreto. ....

07364

#### 7 - MESA DIRETORA

#### 8 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 9 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

#### 10 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 11 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 12 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

#### 13 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

#### 14 - CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1 DE 1998-CN

## Ata da 38ª Sessão Não Deliberativa em 30 de abril de 1998

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

#### Presidência dos Srs. Eduardo Suplicy e Lúcio Alcântara

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 30 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a comemorar os 50 anos de fundação do Estado de Israel, nos termos do Requerimento nº 149, de 1998, do Senador Bernardo Cabral e outros Srs. Senadores.

A Presidência convida para compor a Mesa o Deputado Nelson Trad, representando o Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, o Embaixador de Israel no Brasil, Yaacov Keinan e o Rabino Henry Sobel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, que preside esta sessão em nome do Presidente Antonio Carlos Magalhães e do Vice-Presidente Geraldo Melo, por solicitação de ambos, acoplada a uma outra que lhe fiz, exatamente porque S. Exª representa um Estado que detém hoje o maior número de membros da colônia israelita; eminente Deputado Nelson Trad, que, nesta solenidade, representa a Câmara dos Deputados; eminente Embaixador Yaacov Keinan, meu querido e velho amigo já lá se vai tanto tempo, grande Rabino Henry Sobel, Srs. Embaixadores – peço desculpas se, eventualmente, cometer o pecado da omissão de alguns – Ministro Dieter Papenfuss, representante da Alemanha; Franz Michils, Embaixador da Bélgica; El Sayed Ramzi Ezedim Ramzi, do Egito; César Valdivieso Chiriboga, Embaixador do Equador; Srª Moussounda, que, na qualidade de Conselheira, representa a Embaixada do Gabão; Ivan Evelyn, da Guiana; Domingo Salinas Alvarado, da Nicarágua; Liv A. Kerr, da Noruega; Musa Amer Salim Odeh, representante da Palestina; Bogulaw Zakzewski, representante da Polônia; Francisco Knopfli, de Portugal; Oscar Knapp, da Suíça; Robert Torry,

de Trinidad e Tobago, e Embaixador Dogan Alpan, que representa a Turquia. Quero ainda registrar a presença do eminente Dr. Jack Leon Terpins, que é o Presidente da Confederação Israelita do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Permite-me V. Exª uma interrupção, Senador Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM) – Com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Gostaria de convidar o Dr. Jack Leon Terpins, Presidente da Confederação Israelita do Brasil, para sentar-se à Mesa.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL-AM) – Encontram-se presentes também o engenheiro Jaime Pascanick, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Israel, mas também da Federação Israelita do Brasil, e o Deputado Cunha Bueno, que comigo idealizou o requerimento – pena que só tivesse a alegria de tê-lo aqui no Senado.

Permitam-me todos os senhores presentes, sobretudo a Presidência do Senado, que faça uma saudação especial aos meus conterrâneos amazonenses que aqui se encontram e que se deslocaram de tão longe. E quero fazê-lo na pessoa do Professor Samuel Benchimol, uma figura notável – sem demérito de nenhum dos que aqui se encontram –, em quem a intelectualidade amazonense tem uma das pessoas que ultrapassaram a fronteira do nosso Estado para aqui estar.

E mais ainda, Sr. Presidente: logo após esta reunião, vamos ter o lançamento do livro do Professor Samuel Benchimol, com distribuição absolutamente gratuita, com o título *Judeus na Amazônia*. É uma obra de fôlego. Ontem tivemos a oportunidade de receber os volumes. Com a aquiescência do Presidente Antonio Carlos Magalhães, a solenidade será feita no Salão Negro, o que é uma honra, esteja certo disto, Professor Samuel Benchimol, para a sua vida de acadêmico.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quem convive comigo no Senado – e, aliás, antes – sabe que uma das piores coisas para o político é o discurs-

so por escrito: ora ele é mal lido, nem sempre tão bem redigido, mas acontece que, nas solenidades, o chamado protocolo impõe a regra do discurso feito dessa maneira. Mas nem por isso fico impedido de pedir desculpas àqueles que me ouvem se, eventualmente, lhes cansar os ouvidos ou lhes perturbar a tranquilidade. Mas, Sr. Presidente, é bom que seja escrito porque, ao final, a Mesa terá uma cópia. E de logo, antes de concluir, quero requerer a V. Exª, que tão logo seja publicado no nosso Diário como documento, faça chegar V. Exª cópia ao eminente Embaixador de Israel no Brasil e ao eminente Rabino, Yaacov Keinan e Henry Sobel, respectivamente.

Dito isto, quero registrar que estamos hoje aqui reunidos para a comemoração dos 50 anos do Estado de Israel. Foi no dia 14 de maio de 1948, em meio a grande turbulência política e a escaramuças militares, que um comitê provisório dirigente judaico, reunido em Tel-Aviv, proclamou a fundação de Israel.

Este ano de 1998, como se impõe, está sendo marcado por festividades excepcionais, dada a expressão encerrada nesse especial completar 50 anos.

Meio século de grande significado para esse povo amigo, criativo e sofrido, que, com o surgimento do Estado de Israel, se soube renovar tão espetacularmente, obtendo, desde então, tão marcantes sucessos nas mais diversas áreas da atividade humana e do progresso social. Data de grande significado para os judeus, com sua multimilenar epopéia histórica, e também para os seus admiradores, bem como para todos os povos que aspiram avançar cada vez mais nas conquistas da civilização.

Sr. Presidente, faço um parêntese aqui para dizer que não tenho nenhum parente judeu, portanto a minha ascendência não é judaica. Se o fosse, talvez este discurso tivesse o seu valor reduzido pela metade, pois dir-se-ia que eu estaria apenas colhendo a obrigatoriedade de, sendo judeu, fazer uma espécie de registro merecido. Não o sendo – e talvez essa escolha seja de cunho pessoal – faço este comunicado, para que não parem dúvidas de que o que se ouvirá é fruto de uma experiência pessoal e de uma inequívoca demonstração de admiração ao povo de Israel.

A partir de 1.200 antes de Cristo, o povo judeu habitou a sua terra ancestral. Gozou, na maior parte dos séculos que sucederam, de autonomia política. Desde o início, trouxe sua contribuição original, que iria afetar toda a história da humanidade: o monoteísmo, a crença em um Deus único, criador do universo, que mantém uma relação especial com os seres humanos. Estima-se que vai de 1.200 anos AC a 300 AC o período de criação dos livros da Bíblia, o

Velho Testamento, com seus heróis, seus personagens impressionantes, com a palavra poderosa de seus profetas, com a sua ética, sua moral, seus poemas piedosos e plenos de fé.

Foi no final desse período, cerca de 300 anos antes de Cristo, que começou a firmar-se a sinagoga como centro da vida espiritual das comunidades, guiada pelos rabinos, doutos na lei religiosa. Diminuíram relativamente o papel e a importância do templo e dos sacerdotes do culto mosaico original. Foi essa ascendência gradual da sinagoga, **beth knesset**, em hebraico – "casa de reunião" –, lugar de preces, de cultos e de estudo religioso, que possibilitou, quando da dispersão dos judeus pelo mundo, que se mantivessem a fé e a coesão do povo, persistente e admiravelmente, por séculos e milênios. A sinagoga, claramente, foi a inspiradora da igreja cristã e da mesquita muçulmana.

O início da dispersão dos judeus é marcado por uma data: o ano 70 de nossa Era, quando da destruição do Templo de Jerusalém pelas legiões romanas. Como se sabe, Roma dominava a região, incluída no seu império desde 65 AC. O domínio imperial romano era visto como uma fatalidade quase inevitável pelos judeus, mas a imposição da adoração de ídolos, ou mesmo da efígie do imperador, era intolerável. Essas tensões levaram à eclosão de uma rebelião contra Roma, que, depois de quatro anos de luta, foi esmagada pela superioridade militar imperial. Grande número de judeus foram desterrados ou levados como escravos para diferentes pontos do império.

A Terra Santa ainda permaneceria como centro importante de estudos rabínicos por alguns poucos séculos, no período de criação do Talmud. Mas o domínio de Bizâncio, e depois a conquista muçulmana, foram inviabilizando a vida naquele território, cada vez mais tomado por desertos e pântanos. Os judeus persistiram em sua presença, ao longo dos milênios, por meio de pequenas comunidades que lá viviam para venerar os lugares santos. Dentre essas, destacaram-se as dos rabinos místicos, que, no século XVI, na Galiléia, escreveram os textos do Zohar, que contém o esoterismo da Cabala.

O fim do Império Romano Ocidental, a expansão islâmica e as invasões mongóis assinalam terremotos históricos que foram concentrando as comunidades da diáspora judaica em solo europeu e na orla do Mediterrâneo. Mas agora, com o predomínio do Cristianismo, alternavam-se, nos vários países, períodos de tolerância para com os judeus, pequena minoria religiosa, com períodos de perseguições e até massacres. O antijudaísmo era postura freqüen-

te das autoridades, e a plebe, muitas vezes, era incitada contra os judeus. Os judeus foram confinados em bairros separados, os guetos, geralmente em más condições habitacionais, e proibidos de exercer numerosas profissões e certos direitos civis, tendo se concentrado durante séculos nas atividades de artesanato e comércio. Essa era a situação durante a Idade Média e mesmo vários séculos depois.

Com a Revolução Francesa, as idéias de cidadania e de direitos individuais e de minorias espalharam-se pela Europa. A maioria dos países baixou leis específicas emancipando os judeus, isto é, liberando-os das odiosas restrições e discriminações medievais. Mais lentos na adoção dessas leis progressistas foram os países da Europa do leste, principalmente o império czarista. Nesses países, a partir do século XVIII, vivia a maior parte dos judeus.

Autorizados a ingressar em escolas e universidades e a exercer qualquer profissão, os judeus começaram a se destacar nas artes, ciências e profissões liberais. Esse era o panorama no século XIX e início do século XX. No entanto, se a maioria da sociedade acolhia de bom grado essa igualdade e esse progresso, surgiu também uma reação negativa, propriamente reacionária, na forma de hostilidade contra os judeus, em nova modalidade: que foi e é até certo ponto, hoje, o antijudaísmo.

**O Sr. Edison Lobão (PFL-MA)** – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Ouço V. Exª com prazer, Líder do meu Partido no Senado.

**O Sr. Edison Lobão (PFL-MA)** – Senador Bernardo Cabral, não desejo interromper o brilhante discurso de V. Exª por muito tempo. Serei breve. O meu desejo fundamental, como Líder do PFL, é que, ao fazer em seu nome próprio essa notável dissertação sobre o Estado de Israel e sobre os judeus, V. Exª o faça também em nome do nosso Partido por inteiro. O Estado de Israel, criado há 50 anos, tem sido motivo de orgulho para a humanidade. Quando a ONU criou o Estado de Israel, fez aquilo que o mundo desejava que se fizesse, porque a sua não-criação constituía um atentado contra a História e contra a Bíblia. Peço a V. Exª, então, que prossiga com esse brilhante discurso, mas já agora falando em nome de todos os seus companheiros do PFL.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Senador Edison Lobão, devo dizer-lhe que me surpreendo e não me surpreendo – pode ser até um paradoxo – com a intervenção de V. Exª, ao me conceder a honra de falar em nome do Partido por inteiro,

o que só V. Exª poderia fazer. Não fico muito surpreso, porque esse é um gesto de independência de V. Exª e, sobretudo, do nosso Partido, mas me surpreendo porque poderia, pelo menos, ter sido advertido com antecedência para que pudesse pedir as luzes de V. Exª para escrever, neste discurso, algo que não ficasse na palidez que ele deve ter. Mas bastou o discurso de V. Exª para eu já sentir que não ficarei a dever a esta solenidade o brilho que ela merece.

**O Sr. Edison Lobão (PFL-MA)** – V. Exª é possuidor de todas as qualificações necessárias.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Além do mais, Senador Edison Lobão, V. Exª me permite, com essa interrupção, registrar a presença no plenário de um velho amigo, o Embaixador da Venezuela no Brasil, o velho e querido amigo Milos Alcalay, cuja presença eu não havia registrado.

Prossigo, Sr. Presidente, já agora em nome do Partido da Frente Liberal, o PFL, e retomo onde ficara, no chamado antijudaísmo.

Apesar de ter suas raízes no antijudaísmo feudal, o anti-semitismo não se manifestou como fenômeno religioso, mas, sim, político, moderno, preenchendo essa fraqueza de vários seres humanos de discriminar e odiar, à qual se rendeu uma minoria atuante. Ocorrem, na virada do século XIX para o século XX, perseguições e massacres contra os judeus, não só na Europa do Leste. Na Europa Ocidental, a pressão anti-semita atuava na forma de manifestações políticas e ideológicas, como ficou absolutamente evidenciado, correndo o mundo inteiro, no famoso caso Dreyfus, que deu a Émile Zola a oportunidade, com seu **Jacuse**, de mostrar o que estava acontecendo.

Essa era também a época da onda nacionalista na Europa: pugnavam por sua formação como Estados modernos países como Alemanha e Itália. E lutavam pela simples independência de vizinhos opressores povos como o grego, o polonês e o húngaro. No contexto da onda nacionalista e como reação ao anti-semitismo, surgiu um movimento político no seio das massas judaicas, com a proposta de uma solução nacional e territorial para a situação dos judeus de minoria perseguida: era o movimento de volta a Sion, o sionismo, visando a construir um lar nacional, pelos judeus e para os judeus, em sua terra ancestral.

Esse movimento empolgou grande número de idealistas, que imigraram para a Terra Santa e lá passaram a se dedicar à agricultura. As primeiras cooperativas agrícolas foram estabelecidas em Israel em 1880, geradas por esse novo tipo de entusiasmo, antes ideológico e político do que religioso, mas, de qualquer forma, impregnado com os an-

seios de volta a Sion presentes milenarmente nas preces diárias das sinagogas.

O movimento sionista fortaleceu-se e, ao longo das primeiras décadas deste século, Israel povoou-se com uma próspera sociedade de pioneiros, numa economia que se ia diversificando e fortalecendo. O território era parte do Império Britânico, que o herdou, ao final da Primeira Guerra Mundial, de um Império Otomano que se desagregava. No entanto, agora surgia o nacionalismo árabe, associado à onda nacionalista, que varreria, em nosso século, a Ásia e a África, em reação à dominação européia.

Sobreveio a II Guerra Mundial, em que o nazismo, um furacão do Mal, arrasou o continente europeu e exterminou a maioria da população judaica. O mundo, assombrado, tomou conhecimento desse massacre sem precedentes, fruto extremo do anti-semitismo. Os judeus sobreviventes, em grande parte, emigravam para Israel. O conflito com os árabes crescia em seu potencial destrutivo. Era a época – 1947 – da independência da Índia, com os terríveis massacres mútuos entre hindus e muçulmanos. As Nações Unidas, em histórica Assembléia-Geral presidida pelo ilustre brasileiro Osvaldo Aranha, no dia 29 de novembro de 1947, decidiram pela partida da Palestina – o pequeno território entre o Mediterrâneo e o Jordão – em dois Estados: o Estado Judeu e o Estado Árabe-palestino.

O governo britânico opôs-se ao plano de partilha e anunciou que se retiraria do território em 15 de maio de 1948. Os países árabes, naquela ocasião, recusaram-se terminantemente à partilha. Cresceram os choques armados locais, e os países vizinhos, como a Síria, o Egito e a Jordânia, anunciaram que invadiriam a área se o Estado de Israel fosse proclamado. Assim mesmo, no dia 14 de maio, o 5 de Iyar, deu-se a proclamação da independência, liderada por David Ben-Gurion. Conflagrou-se um generalizado conflito armado.

A existência do Estado de Israel tem sido marcada por sucessivas guerras, situação que, felizmente, nos anos mais recentes, vem sendo amenizada por fortes esperanças de paz, de compromisso e de conciliação dos interesses das partes beligerantes. Tal perspectiva de paz é mais um motivo para que comemoremos o cinquentenário do Estado de Israel, de cuja fundação e existência podem os povos extrair profícuas lições. Ensinaamentos atinentes à criatividade política, a conquistas tecnológicas, à promoção social de massas de imigrantes pobres, ao desenvolvimento econômico.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL-PI)** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Com muita honra, meu bravo Líder, Senador Hugo Napoleão – Senador, por enquanto, Governador daqui a alguns meses.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL-PI)** – Deus saberá o destino. Agradeço a V. Exª, sensibilizado, a gentileza ao fazer essa proclamação. Eu me permitiria interromper o brilhante discurso de V. Exª – e, aliás, o nosso primeiro Vice-Líder, Senador Edison Lobão, já declinou que V. Exª fale pelo Partido, e eu ratifico isso.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Isso é o que se chama de uma honra dupla.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL-PI)** – Para mim, neste caso. Gostaria de dizer a V. Exª que nos idos de 1978, por uma iniciativa do Deputado Federal Cunha Bueno, presente a esta sessão, participei de uma delegação de Deputados brasileiros a Israel a convite do Governo desse país amigo. Participavam dessa delegação o atual Deputado Nelson Marchezan, o ex-Deputado Padre Nobre, o ex-Deputado Milton Steinbrücke, o ex-Deputado Emanuel Weisman e o ex-Deputado Aurélio Campos – os dois últimos, infelizmente, falecidos. No momento em que V. Exª tece considerações a respeito dessa efeméride que é em si o Estado de Israel, eu gostaria de lembrar e evocar, com muita emoção, os momentos que vivi, por exemplo, no lad Vachem, que é o símbolo da glória, do sofrimento, do sacrifício e, simultaneamente, por incrível que pareça, paradoxalmente, da grandeza do povo de Israel. Em verdade, há toda uma trajetória. Tive oportunidade de estar em Tel-Aviv e em Jerusalém. Em Jerusalém, absolutamente livre, pude orar e rezar, como Católico Apostólico Romano que sou, e lá vi também judeus, muçulmanos, cada um professando sua crença em ambiência de liberdade. O grande sonho de Israel e de todos aqueles que acreditam na fé é a ânsia da liberdade. Israel é uma constante luta pela paz. Muito obrigado a V. Exª. Shalom!

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM)** – Senador Hugo Napoleão, permita-me que eu possa levar ao conhecimento daqueles que não são afeitos ao Parlamento que uma das coisas que mais podem enriquecer o discurso de um parlamentar é quando ele é aparteado por um Líder. Isso não costuma ser fácil. E sei que o aparte do Líder hoje não é tanto pela amizade que há entre mim e o eminente Senador Hugo Napoleão, mas aqui S. Exª quis, de viva voz, homenagear o Estado de Israel. Se eu não tivesse outra riqueza neste discurso, já acolhendo o aparte de V. Exª e inserindo-o no mesmo, dou-lhe a



entender que as lacunas estão preenchidas, e aquilo que estava esmaecido adquiriu cor. Obrigado, Líder Hugo Napoleão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Srs. Deputados Federais, acerco-me da conclusão deste pronunciamento, ressaltando que, proclamado o Estado de Israel, em 1948, seu primeiro Presidente foi o renomado cientista Chaim Weizmann, veterano militante sionista que, ao final da I Guerra Mundial, negociara com a Grã-Bretanha e a Liga das Nações o reconhecimento da necessidade de um lar nacional para os judeus a ser estabelecido na Terra Santa.

Hoje, no cinquentenário, o Presidente de Israel é o seu sobrinho Ezer Weizmann, homem da política, ex-empresário, ex-comandante da Aviação Militar de Israel, ex-piloto de combate, um homem nascido em Israel e símbolo do renascimento de um povo. Esse é o Presidente.

Sr. Presidente, quando presidi a Ordem dos Advogados do Brasil, há quase 17 anos, recebi um convite para conhecer Israel. O convite não foi feito por uma organização política, não havia conotação parlamentar, porque eu não o era, mas foi feito pela Universidade de Tel-Aviv. Na visita que lá fiz – depois houve mais duas sempre pela Universidade – devo registrar que o que sentiu o Líder Hugo Napoleão senti eu também no Instituto Weizmann. Há 16 anos, já estavam na pesquisa da luta contra o câncer, numa dianteira, à frente de qualquer outro país, que me deu a idéia de que aquela diáspora do passado havia cedido lugar para o reencontro desses grandes cientistas. Hoje, é o seu sobrinho Presidente de Israel. Cito e fico apenas no sobrinho, porque quis homenagear, sobretudo, o grande cientista Weizmann.

E o que posso dizer ao final, Sr. Presidente, é que o melhor nessa notável coincidência é que o atual Presidente de Israel é um ativo batalhador pela paz e pelo compromisso, amigo pessoal de líderes árabes em vários países vizinhos. É na pessoa de Ezer Weizmann, Sr. Presidente, que saudamos o Estado de Israel na comemoração dos cinquenta anos de fundação. Mas também, por igual, na presença da figura do Embaixador Yaacov Keinan, quero que S. Ex<sup>a</sup> sinta que esta reunião do Senado, não só pela homenagem que traduz os seus integrantes, mas pela presença também do meu querido amigo Rabino Henry Sobel, que todo esse discurso, toda essa manifestação, todos esses apartes, eu poderia ter feito numa única palavra: bastaria que eu tivesse chegado aqui à frente deste microfone e dissesse a palavra com a qual encerro o discurso: Shalom! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Gostaria de assinalar que estão presentes na galeria do Senado jovens da Hebraica que vieram especialmente para assistir a esta sessão solene. Sejam bem-vindos!

Concedo a palavra ao Senador José Ignácio Ferreira.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, eminente Senador Eduardo Suplicy, que representa o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães e o Vice-Presidente Geraldo Melo; Sr. Deputado Nelson Trad, que é representante do eminente Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Embaixador de Israel no Brasil, Yaacov Keinan; Sr. Rabino Henry Sobel; Dr. Jack Leon Terpins, Presidente da Confederação Israelita do Brasil; Sr. Embaixador da Turquia; Sr. Deputado Cunha Bueno; Sr. Jaime Pascanick, Vice-Presidente da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria e ex-Presidente da Federação Israelita de São Paulo; Srs. Deputados aqui presentes; Srs. Representantes de países aqui já citados, Alemanha, Bélgica, Egito, Equador, Gabão, Guiana, Nicarágua, Noruega, Palestina, Polônia, Portugal, Suíça, Trinidad e Tobago; Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores; minhas senhores e meus senhores:

A comemoração dos 50 anos de fundação do Estado de Israel é uma ocasião excepcional, que nos leva a meditar sobre as profundas e múltiplas lições que se desdobram da história desse país e da história de seu povo. Lições e exemplos para cada um de nós e para todas as nações da Terra. História moderna e história antiga. Pois Israel, um país moderno, criado no caldo político e histórico dos últimos 100 anos, é também, por meio do povo judeu, que o construiu, um país com raízes milenares fincadas em séculos e mais séculos de espiritualidade e sofrimento.

São sagas comoventes, ricas de elevados ensinamentos para toda a humanidade: a saga política do Estado de Israel, com suas décadas de pioneirismo e entusiasmo ideológico que precederam a data de independência, em 1948, e com as conquistas econômicas e sociais obtidas desde então, por força da dedicação e criatividade de toda uma sociedade; e também a saga espiritual do povo judeu, no seu milênio de habitação na Terra Santa, quando criou a Bíblia e o monoteísmo, e, depois, como povo disperso entre as nações, como minoria religiosa freqüentemente perseguida, mas fiel e resistente em relação às suas raízes.

No vasto e variado tesouro ético e religioso, que é o Velho Testamento, vieram reunir-se à civilização cristã e à civilização islâmica. É evidente o im-

pacto dessas escrituras sobre a história da humanidade. Nelas encontramos infindáveis lições, que tanto marcaram os povos modernos. Da Bíblia surgem os vultos pastorais e arcaicos dos patriarcas, com sua dignidade e sua fé fundadora. Da Bíblia erguem-se as figuras do rei Davi, líder guerreiro e poeta, e do rei Salomão, sábio e realizador. A Bíblia dos episódios exemplares, que calam fundo na alma, como a fuga do Egito, com o confronto dramático entre Moisés e o Faraó, o poder espiritual e o terreno. O mesmo Moisés dos Dez Mandamentos esculpido em pedra e, desde então, esculpido na consciência das civilizações.

A Bíblia nos dá o exemplo impressionante de profetas divinamente inspirados, repreendendo reis poderosos, reprovando atos indignos que eles cometeram. Profetas armados apenas com suas palavras candentes, com sua liderança espiritual. Profetas que nos deixaram uma lição duradoura, quando condenaram a opressão dos pobres por ricos que insistiam em agregar ilegítimamente a seu patrimônio mais terras e mais riquezas. Profetas que clamaram em defesa dos órfãos e das viúvas desprotegidas, lançando a base das subseqüentes conquistas dos povos no âmbito da justiça social. Profetas que instaram os homens a dirigir-se diretamente a Deus, a orar, a praticar o bem e a seguir o caminho da retidão.

E a Bíblia é a Bíblia dos Salmos, dos poemas, que até hoje são o socorro das almas que se apóiam na fé. É a Bíblia que nos narra o primeiro exílio dos judeus, fato histórico advindo com a conquista de Jerusalém pela Babilônia, no ano 586 a.C. Às margens dos rios da Babilônia, como reza o Salmo 136, os judeus assumiram o compromisso de lembrar para sempre a sua pátria. O exílio da Babilônia, que se seguiu à destruição do Primeiro Templo, marcou o início da Diáspora Judaica. Lá, o judaísmo começou a desenvolver um sistema de vida religioso fora de sua terra, para assegurar a sobrevivência da identidade espiritual do povo.

A história dos judeus em sua terra ancestral nos transmite ainda o episódio da rebelião dos Macabeus contra a helenização forçada, contra as restrições às práticas da religião, contra a profanação do Templo. Foi uma luta de guerrilhas camponesas confrontando-se com um exército de ocupação, um exemplo de resistência contra culturas estranhas impostas à força. Uma luta vitoriosa. Isso, no ano 166 a.C. Também aí reside uma lição para todos nós, dos tempos de hoje.

Já a rebelião contra o Império Romano, no ano 66 d.C., terminou em tragédia para o povo judeu: a destruição do Templo, no ano 70, e a expulsão dos

judeus de seu território. É conhecido, nessa guerra, o episódio do cerco romano à fortaleza de Massada, na orla do Mar Morto, último ponto de resistência dos judeus, no qual a guarnição que a defendia preferiu suicidar-se a render-se. Hoje, Massada, sítio arqueológico recuperado e muito visitado por turistas, é ponto de peregrinação regular para a juventude israelense.

Data do período do início da dispersão dos judeus a consolidação da ascendência espiritual da sinagoga como lugar de preces e de estudo das escrituras.

Os últimos séculos que precedem a dispersão e os primeiros séculos subseqüentes foram de grande efervescência espiritual entre os judeus. É a época da elaboração do Talmud, a vasta coleção de comentários às escrituras sagradas, obra monumental relativamente pouco conhecida, a não ser pelos estudiosos. Seu conteúdo é tão fascinante quanto a própria história de sua elaboração. O Talmud é o registro escrito da tradição oral de discussão e interpretação das escrituras. É a transcrição das sinopses das sessões dos seminários rabínicos, de perguntas, respostas e polêmicas, cobrindo matéria jurídica e filosófica, sempre voltada para a orientação do ser humano na sua passagem por esta vida. O Talmud é um repositório de sabedoria acumulada ao longo de quase mil anos; é um texto em que se cultivava, também, muitas vezes, o estudar pelo próprio prazer de estudar, o estudo tendo como finalidade e prêmio a aquisição de conhecimento.

Nesse período, firmou-se o prestígio dos doutos, dos estudiosos, dos mestres rabínicos. Foi uma evolução importante, pois o respeito ao estudo e à erudição incorporou-se como um valor permanente das comunidades judaicas na Diáspora.

Em torno de suas sinagogas, aderindo às suas tradições e à liderança dos eruditos, conseguiram as comunidades dispersas dos judeus manter sua identidade, não obstante as freqüentes pressões e perseguições. O ideal de volta à terra ancestral nunca pereceu: as preces diárias do culto judaico sempre incluíram a esperança de uma redenção messiânica que levaria o povo de volta a Sion.

Residem aí importantes lições para todos os povos: a valorização da erudição, a resistência cultural, a manutenção de uma identidade coletiva, a consciência das raízes comuns, mesmo na ausência de um território politicamente unificador. Resistência diante de discriminações odiosas, de perseguições e, muitas vezes, de massacres, que tomaram o povo judeu o maior exemplo de minoria perseguida do universo.

A perseguição de minorias, que muitas vezes são alvo de chacinas, é fenômeno de que os sécu-

los, infelizmente, são pródigos e que chegou até os nossos tempos ditos esclarecidos. Basta ver, nos anos recentes, os ódios étnicos na ex-Iugoslávia, na África, na Índia, na ex-União Soviética, na Irlanda. As minorias inferiorizadas sofrem e sofrem muito. Isso, num século que parecia ter jurado livrar-se para sempre de suas terríveis guerras, de seus terríveis massacres, um século no qual a consciência dos direitos humanos parece, ao seu final, ter-se fortalecido.

Se voltarmos os olhos para a Idade Média, o panorama, certamente, é sombrio, se bem que, então, os meios de destruição do ser humano não eram tão sofisticados e poderosos. Pois é na Idade Média que se firma, no Ocidente, um antijudaísmo odioso, de fundo religioso, que deu origem a intermitentes e cruéis perseguições, expulsões e chacinas. Com o advento da Revolução Francesa e as conquistas de Napoleão, difundiram-se as noções de direitos de cidadania e de minorias, e foi aliviada a opressão contra os judeus, ao menos a que tinha como fundamento a intolerância religiosa.

O antijudaísmo medieval, recentemente condenado em documento do Vaticano, deu lugar, na Era Contemporânea, no século XIX, ao anti-semitismo, intolerância moderna, ideológica. E esse gerou, há cem anos, no seio das massas judaicas da Europa Oriental, como reação, o movimento político do sionismo, de volta ao Sion: os judeus começaram a migrar para a Terra de Israel com um ânimo diferente das comunidades que lá se estabeleceram ao longo dos séculos por motivação religiosa. Começou a tomar força o objetivo de construir para si um país.

O movimento sionista tinha como objetivo solucionar o chamado "problema judeu", de minoria perseguida, agora pelo anti-semitismo. Era o problema de um povo sujeito a repetidos **progroms**, como os da Europa do Leste, no final do século passado; eram comunidades discriminadas onde quer que se assentassem. Como não se percebia nenhuma perspectiva de transformar a intolerância em convivência harmoniosa, o sionismo aspirava a resolver essa situação por meio do retorno à pátria histórica dos judeus — a Terra de Israel.

O ideal de promover o renascimento de um país dos judeus realizou-se, inicialmente, por meio de pequenos contingentes populacionais de idealistas que se dedicavam à agricultura, com grande sacrifício pessoal, em meio à pobreza e a condições físicas adversas. Mas a pressão anti-semita alimentou a nova idéia e o novo entusiasmo, e as fileiras dos pioneiros foram engrossando. Esse movimento, ini-

ciado nas duas últimas décadas do século passado, tem seus marcos notáveis:

- 1897, primeiro Congresso Sionista, em Basileia, Suíça, sob o impacto do caso Dreyfus e dos **progroms** na Europa Oriental;

- 1909, fundação do primeiro **kibutz**; essas fazendas coletivas se multiplicaram e chegam, hoje, a algumas centenas;

- 1920, fundação da **Histadrut**, a Central Sindical, e da **Haganá**, a milícia de autodefesa;

- 1921, fundação do primeiro **moshav**; esses assentamentos agrícolas cooperativos tornaram-se numerosos e também contribuíram para a absorção de imigrantes e para a criação de uma agricultura moderna;

- 1924, fundação do Instituto de Tecnologia;

- 1925, inauguração da Universidade Hebraica, em Jerusalém.

São marcos que encerram lições vitais: de dedicação, de persistência, de dinamismo, de determinação, de orientação para a modernidade. E são marcos que balizariam o futuro desenvolvimento de Israel.

O grosso da imigração judaica, que viabilizou uma próspera sociedade pioneira, nas décadas que precederam a fundação do Estado de Israel, originou-se, efetivamente, de pressões anti-semitas. As primeiras ondas de imigrantes pioneiros vieram dos territórios do Império Tzarista, onde, no final do século passado e início deste, ocorreram vários **progroms**: Rússia, Ucrânia, Bessarábia. Nos anos 20, foram para Israel muitos judeus poloneses, pressionados por legislação intolerante que cerceava sua atividade econômica. Nos anos 30, vieram judeus da Áustria e da Alemanha, impelidos pelas perseguições nazistas, que apenas começavam.

Além dos fatores discriminação e opressão e do ideal de uma pátria própria a ser construída a partir do zero, o entusiasmo dos pioneiros sionistas bebia na fonte da tradição de coesão comunitária da diáspora e sorvia a energia típica do movimento religioso carismático do Hassidismo. Mas era bem distinto de um movimento religioso: tratava-se de um movimento político, subdividido em partidos políticos. Entretanto, desenvolveu uma prática política que soube conservar a unidade entre as várias correntes nos momentos críticos e que se apoiou para a condução dos órgãos de cúpula de direção, numa aliança entre socialistas de centro-esquerda e liberais de centro, aliança, de resto, que continuou a ser a base dos Governos de Israel nas três décadas decisivas que se seguiram à proclamação da inde-

pendência, em 1948. Nesses arranjos e iniciativas políticas, encerra-se também uma lição para todos: a da criatividade política em alta dose, a do descarte dos extremismos, a da consolidação de um bloco dirigente apto a fazer avançar a causa comum.

Assim, às vésperas da 2ª Guerra Mundial, já se esboçavam os traços políticos, culturais, sociológicos, enfim, a própria dinâmica do que viria a ser a sociedade israelense. Mas a 2ª Guerra trouxe consigo o unimaginável. O regime nazista executou, deliberada e sistematicamente, seu plano assassino de liquidação física das comunidades judaicas na Europa ocupada. Durante a guerra, foram assassinados milhões de judeus, entre os quais um milhão e meio de crianças. À proporção que as tropas nazistas varriam a Europa, os judeus eram perseguidos selvagememente, submetidos a torturas e humilhações inconcebíveis e fechados em guetos, onde algumas tentativas de resistência armada foram atos heróicos que não conseguiram impedir o massacre. Dos guetos, judeus eram transportados aos campos de concentração, onde alguns afortunados eram submetidos a trabalhos forçados e a grande maioria era assassinada em fuzilamentos em massa ou nas câmaras de gás.

Fui a Auschwitz, a alguns quilômetros de Varsóvia. A neve caía, e se comemorava mais um ano de reabertura do campo para visitação. Tive interesse de sair do alojamento onde ficavam os judeus e de seguir o mesmo percurso até a câmara de gás. Quando cheguei à câmara de gás, pensei: meu Deus! Essas pessoas eram tangidas como gado, eram levadas até a câmara de gás para morrer e, certamente, intuía que iam morrer! Pergunto-me até hoje: por que era tão difícil aquelas pessoas se levantarem contra o opressor naquele episódio? Hoje, tenho a resposta na ponta da língua, embora continue fazendo essa pergunta para poder respondê-la nas palestras que faço: ninguém enfrenta a máquina depois que ela já está pronta e montada; ninguém consegue resistir à opressão quando as estruturas da opressão já estão prontas. Temos que lutar contra a máquina quando esta começa a ser montada. Temos que dizer que estamos indignados na primeira bofetada do policial contra o laranjeiro da esquina e que não aceitamos isso, para que não se permita que a máquina seja montada. É muito difícil lutar contra a máquina que já está totalmente instalada.

Às vezes, arrepio-me – sei que isso pode ser um contra-senso – quando tenho que colocar a minha mala no detector de metais do aeroporto. Pode parecer – e a minha mulher pensa assim – que esse procedimento é para o nosso bem, mas isso não im-

pede que eu me arrepie ao passar por ali, porque me vem a sensação de que começa a montagem de algo semelhante ao que já houve. Pode ser até paranoia, mas me assusta realmente o fato de que possa se montar de novo algo como aquilo.

Dos nove milhões de judeus europeus, sobreviveram apenas cerca de três milhões.

A Segunda Guerra e o Holocausto foram o auge trágico da ideologia do anti-semitismo. Foram também um impulso decisivo na consolidação do empreendimento sionista. Os sobreviventes dos campos de concentração, os guerrilheiros judeus que se ocultavam nas florestas nevadas da Europa do Leste, iriam dirigir-se em massa à terra ancestral.

A administração britânica da Palestina impediu os judeus de entrarem em Israel, mas a comunidade judaica lá já estabelecida reagiu, organizando uma complexa rede de imigração ilegal, que conseguiu, entre 1945 e 1948, fazer ingressarem no país cerca de 85.000 refugiados. Mas um número bem maior foi detido pelos britânicos e aprisionado em campos na ilha de Chipre.

Já antes da Segunda Guerra, havia despertado o nacionalismo árabe, em oposição ao sonho da refundação de Israel. Esse fator, não previsto pela primeira geração de sionistas, transformou a realização daquele sonho num conflito de extrema complexidade. Em vista dos choques armados entre as duas comunidades, o problema foi levado às Nações Unidas, que, em 29 de novembro de 1947, votou pela adoção de um plano que estabelecia a partilha do pequeno território em dois Estados, um judeu e outro árabe. Os árabes rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, data do término do mandato britânico na Palestina, outorgado pela antiga Liga das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, o órgão dirigente da comunidade judaica na Terra Santa proclamou a fundação do Estado de Israel, objeto do justo júbilo da comemoração de hoje. Seguiram-se os anos de construção e consolidação de Israel, em que múltiplos desafios tiveram que ser enfrentados. Os mais urgentes seriam a absorção de massas de imigrantes e o desafio militar.

Após a proclamação da fundação do Estado de Israel, ocorrem várias ondas de imigração em massa, cada uma delas exigindo políticas sociais e econômicas dirigidas à sua absorção. As primeiras ondas foram a dos sobreviventes do Holocausto da Europa e a dos refugiados dos países árabes, onde os judeus passaram a ser perseguidos com o estabelecimento de Israel e o acirramento do conflito árabe-israelense. Seguiram-se os remanescentes dos ju-

deus poloneses, sob pressão do anti-semitismo, reativado pelo regime comunista nos anos 50. Mais recentemente, vieram centenas de milhares de judeus da ex-União Soviética, cujo colapso gerou temores de novos espasmos de anti-semitismo.

Israel teve de enfrentar sucessivas guerras. Hoje, os pensamentos se dirigem, e devem dirigir-se, às questões da paz. Em nosso século cansado de guerras não cabe mais cultivar qualquer espírito marcial. No entanto, tratando, como estamos, das lições de Israel para o mundo, não se pode deixar de fazer notar a medida de sucesso de um projeto nacional e social que encerram as campanhas militares travadas por Israel. O conflito armado deflagrado em 1948 foi enfrentado por Israel com meios militares muito modestos. Contou muito a motivação dos combatentes na defesa do chão que era deles e alguma experiência militar que havia sido acumulada pelas milícias informais e pela Brigada Judaica, que lutou ao lado dos britânicos na Segunda Guerra Mundial.

Em 1948, Israel conseguiu defender-se. Desde então, tratou de estruturar forças armadas que se revestem de características muito especiais. Elas compreendem um pequeno exército permanente, de pronto alerta, constituído de soldados na ativa e militares de carreira, além de forças aéreas e navais regulares. A maior parte das forças é constituída de reservistas, convocados regularmente para exercícios e prestação de serviços. São esses reservistas que, em tempo de guerra ou de crise, são mobilizados rapidamente em suas unidades e em todos os pontos do país.

Israel foi pioneiro na assimilação de mulheres em numerosas funções de forças armadas. Além disso, insiste em manter sempre um esforço de excelência tecnológica e de qualificação do pessoal militar, indispensáveis em sua situação de país pequeno em conflito com vizinhos.

O esforço em tecnologia militar levou ao desenvolvimento de sistemas avançados, o que acabou gerando uma indústria militar própria. Mas, acima dos exemplos de promoção social de sua população e de mobilização eficaz para a sua autodefesa, fica uma grande lição para os povos – talvez este seja um título para um discurso: "Cinquenta anos de Israel, uma lição para os povos". Fica uma grande lição para os povos: a lição de uma democracia mantida em funcionamento impecável, apesar das tensões sociais e dos conflitos militares, com seus partidos políticos, com suas eleições regulares, e um regime parlamentarista, inovação legal recente que promove a eleição direta do Primeiro Ministro, princípio que está sendo cogitado inclusive na Itália.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL-PI)** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES)** – Concedo a V. Exª o aparte com muita honra.

**O Sr. Hugo Napoleão (PFL-PI)** – Eu não deveria estar interrompendo o brilhante e emocionante discurso de V. Exª, já que o havia feito anteriormente, quando foi proferido o excelente pronunciamento do estimado amigo Senador Bernardo Cabral. No entanto, não posso deixar de significar-lhe, no momento em que V. Exª fala da democracia em Israel, a minha experiência no **Knesset**, onde se vive realmente a democracia – **Knesset** que tive a oportunidade de visitar, juntamente com a delegação a que fiz referência. Eis uma das grandes instituições de Israel. Há também o Instituto Weissmann, a que o Senador Bernardo Cabral também se referiu. V. Exª, ao citar a questão dos armamentos e do aparelhamento indispensável à defesa de Israel, trouxe-me à mente a magnífica indústria aeronáutica, na qual se sobressaem os **westwinds**. Digno de nota ainda, para dar um toque de brasilidade, é o **Kibutz Bror Chail**, onde encontramos as últimas manchetes da época, editadas pela Bloch Editores, do saudoso amigo Adolpho Bloch, amigo do meu amigo Juscelino Kubitschek. Enfim, são várias as instituições de Israel dignas de nota. Enfatizo ainda o momento de emoção de uma oração no Mar de Tiberíades, onde Jesus Cristo proferiu o Sermão da Montanha. Lá pode-se entender o porquê da necessidade da manutenção das Colinas de Golan, para que não pare uma ameaça permanente. É uma questão de defesa que entendemos perfeitamente. Termina, para não cansar mais ninguém, dizendo que tive a honra de ser colega de escritório – no escritório do saudoso ex-Ministro Victor Nunes Leal – do Dr. Euclides Aranha Neto, filho de Oswaldo Aranha, que realmente tem uma vida dedicada ao nosso País, extremamente vinculada ao Estado de Israel. Parabéns a V. Exª pelo magnífico e emocionante discurso que faz na tarde de hoje e obrigado, Senador José Ignacio Ferreira.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES)** – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hugo Napoleão. Quero dizer que já estava ficando enciumado, pensando que o meu discurso não abrigaria um aparte de V. Exª, como aconteceu com o brilhante discurso do eminente Senador Bernardo Cabral. Todos sabemos que o aparte do Senador Hugo Napoleão enriquece um discurso e eu contava com ele.

A esfera do governo municipal em Israel goza de acentuada autonomia, obedecendo à legislação nacional, e oferecendo serviços nas áreas de educa-

ção, saúde, assistência social, água e saneamento. As prefeituras e conselhos locais se associam a uma entidade que lhes fornece assessoria em matérias como procedimentos trabalhistas e assuntos jurídicos generalizados. Esse balanceamento entre poder central e local, e programas de desenvolvimento social e econômico, com pano de fundo de uma democracia de forte vitalidade, é, parece-me, exemplar.

Desafio notável foi erguer uma economia moderna com base nos modestos recursos naturais de um país de reduzido território. Nas primeiras décadas após a independência, a economia cresceu sob forte estímulo do Poder Público, com alto grau de estatização. Israel, entretanto, soube fazer a tempo, em meados da década de 80, a transição para uma economia mais competitiva, menos subsidiada, mais integrada aos mercados globais e menos estatizada. Tomou-se conhecido internacionalmente o exemplar programa econômico de estabilização, que deu combate ao surto inflacionário dos anos 80.

Além de políticas econômicas imaginativas e responsáveis, apoiou-se Israel, desde os primórdios de sua construção, no avanço e atualização tecnológica, aplicados à agricultura e à indústria, como caminho seguro para o progresso. Como país pequeno, Israel teve que decidir com precisão, dentro do vasto mundo da tecnologia e da ciência, as suas políticas em relação a esse universo, para poder atender às suas necessidades mais prementes, como praticar agricultura em áreas semi-áridas, e para reforçar sua capacidade competitiva. Ao mesmo tempo em que tenta manter um padrão mínimo de qualidade internacional em todos os campos científicos, Israel, no campo tecnológico, busca um alto desempenho, concentrando o esforço em um número limitado de áreas.

A percentagem da força de trabalho que se dedica à pesquisa científica e tecnológica, assim como os recursos dispendidos em pesquisa e desenvolvimento, em relação ao Produto Interno Bruto, estão entre os mais altos do mundo. Proporcionalmente à sua população, Israel, entre todos os países, apresenta o maior número de autores publicados nos campos das ciências naturais, engenharia, agricultura e medicina. É forte a integração entre universidades e indústrias. Isso pode ser aferido pelo grande número de patentes industriais registradas pelas suas universidades.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Embaixadores, Senhoras e Senhores, desde sua proclamação como Estado, Israel tem exibido exemplos notáveis no campo da promoção social e econômica de sua população,

atualmente de seis milhões de habitantes. Trata-se de um país, de uma sociedade, que evoluiu galgando sucessivos patamares de uma auto-afirmação positiva. A par das lições emanadas da multimilenar epopéia histórica do povo judeu, vemos que sua principal criação deste século – a construção de um novo país – também encerra preciosas lições para todos nós e para os povos de todos os quadrantes da Terra. É com empatia por esse painel histórico de experiências e feitos marcantes que nos devemos juntar à comemoração de Israel nos seus 50 anos de existência.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Com a palavra o nobre Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Eduardo Suplicy, que preside esta sessão solene, Exm<sup>as</sup> Autoridades, aqui já mencionadas pelos oradores que me antecederam, Srs. Membros da Comunidade Judaica, Srs. Deputados Federais, Srs. Convidados, Srs. Membros do Corpo Diplomático, minhas Senhoras e meus Senhores, a minha presença nesta tribuna obedece a uma condição singular.

Eu deveria me desincumbir de uma missão que me foi confiada para sanar uma lacuna de nosso Regimento: dar conhecimento ao Plenário, de modo especial aos Srs. Senadores, de uma carta que recebi da Confederação Nacional Israelita do Brasil, onde os seus dirigentes, os signatários da carta – deixarei para lê-la ao fim de meu pronunciamento –, agradecem a iniciativa do Senado Federal em promover esta justíssima comemoração para assinalar os 50 anos de fundação do Estado de Israel.

Adicionalmente, tocou-me outra incumbência: apresentar as escusas do Senador Ney Suassuna, que, inscrito para falar nesta sessão, não o fez por razões superiores, que levaram S. Ex<sup>a</sup> a ausentar-se de Brasília no dia de hoje. Confiou-me o discurso que havia escrito a fim de que o passasse à Mesa, para que, cumpridas as exigências regimentais, fosse publicado para que a comunidade judaica tomasse conhecimento de seu pronunciamento e de seu alto apreço ao Estado e ao povo de Israel.

Sr. Presidente, ouvindo esses discursos, essa evocação da saga do povo judeu, praticamente nada tenho a acrescentar, porque os discursos dos Senadores Bernardo Cabral e José Ignácio Ferreira esgotaram o assunto – foram minuciosos, profundos e, sobretudo, justos. Poderia resumir a minha palavra neste momento, porque não quero me limitar a ler a carta, mas também deixar aqui registrado o meu tri-

buto e a minha admiração a esse bravo povo. Não teria nada a acrescentar do ponto de vista histórico, nem do ponto de vista dos conceitos que foram aqui trazidos, os quais subscrevo integralmente, além dos apartes – dois do Senador Hugo Napoleão e um do Senador Edison Lobão – que complementam os pronunciamentos feitos aqui pelos Senadores Bernardo Cabral e José Ignácio Ferreira.

Mas me restaria, talvez, dar um depoimento das minhas impressões, ainda que resumidas, que estão vinculadas a uma viagem que fiz entre dezembro de 1989 e janeiro de 1990, então Deputado Federal, integrando uma comitiva composta do Deputado Paes de Andrade, que, na época, era Presidente da Câmara dos Deputados, e do ex-Deputado Alencar Furtado. Fomos convidados pelo Governo de Israel e lá ficamos uma semana. Fizemos uma visita demorada e extensa, deslocando-nos pelo país e tendo a oportunidade de travar conhecimento com diversos organismos do governo de Israel e, em algumas regiões do país, a oportunidade de aquilatar o seu alto nível de democracia, de desenvolvimento científico e tecnológico, a sua história, a sua evolução. Fomos à Universidade de Beer Sheva, visitamos o **campus** no deserto, tendo encontrado um laboratório funcionando que se dedicava, entre outros estudos, à pesquisa sobre a avestruz, sua reprodução, suas potencialidades econômicas e sua exploração racional.

Depois de tudo aquilo fomos almoçar em um restaurante com os cientistas que trabalhavam no laboratório. Durante a conversa, uma jovem cientista identificou que éramos brasileiros e perguntou de onde. Por coincidência, o Deputado Paes de Andrade e eu somos cearenses, um povo que também conhece esse fantasma da diáspora, que no nosso caso acontece por outras razões: pobreza, subdesenvolvimento e falta de oportunidade na terra, que terminam por espalhar cearenses pelo mundo todo. O nosso acompanhante durante a visita era um ex-Embaixador de Israel no Brasil, Moshe Erel, que é muito amigo do Ceará, porque o Governo de Israel mantinha, com o nosso Departamento Nacional de Obras contra Secas, um amplo convênio de colaboração técnico-científica, vinculado principalmente à área da irrigação e da piscicultura. Mas informamos, então, à jovem cientista que éramos cearenses, de Fortaleza. Até o Deputado Alencar Furtado, apesar de ter sido Deputado pelo Paraná, é também cearense. Para surpresa nossa, ela disse que conhecia Fortaleza, onde estivera a passeio. Disse-nos, inclusive, que havia adotado uma criança de lá. Achei uma situação curiosa, já que tivemos uma diáspora

cearense por razões de afinidade, e, seguramente, deve estar tendo uma criação muito adequada e um destino muito feliz.

Fomos a alguns kibutz, estivemos em Bror Chail como bem lembrou o Senador Hugo Napoleão – e fomos recebidos pelo Benjamim, um carioca, que com um tradicional humor judaico disse que esse era um dos kibutz mais endividados de Israel, para fazer jus à nossa origem, quando queria dizer do nosso tradicional problema de endividamento, que tem perseguido o Brasil durante tantos anos.

Estive com o Presidente de Israel, visitei a moderna Tel-Aviv, caminhei por todas as ruas de Jerusalém. Como católico, evidentemente fiquei extremamente emocionado de visitar todos aqueles lugares santos. Fomos a Belém, protegidos por um dispositivo militar muito forte, entramos na Igreja da Natividade quase que sorrateiramente, porque as condições eram muito difíceis e só a nossa insistência na visita fez com que o Governo de Israel autorizasse e protegesse a nossa ida.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, Srs. Convidados, de toda essa visita que fiz, de tudo que me foi dado ver, inclusive o Instituto Weissmann, dois lugares marcaram-me definitivamente – evidentemente, colocando à parte os lugares santos que me tocam por uma questão de fé e da minha crença na Igreja Católica. Que lugares são esses? Um deles é um museu que fica em Jerusalém, um museu dedicado às crianças que pereceram vítimas do Nazismo.

Não creio que alguém que visite aquele museu saia de lá sem um profundo toque de sensibilidade e revigorado em seu sentimento humano, para, com toda sua força, com toda sua energia, combater um tipo de movimento como aquele que trouxe a perda de tantas vidas e, particularmente, daquelas crianças inocentes. O museu é tocante em si; as fotos daquelas crianças; o ambiente de penumbra em que estão; aquela música e ainda o nome daquelas crianças, que são repetidos incessantemente; o jogo de luzes; as velas, tudo aquilo nos enche de profunda indignação e, ao mesmo tempo, mune-nos de uma condição de resistência contra qualquer tipo de movimento que possa atentar contra a paz, contra o ser humano e, de modo especial, contra aquelas crianças. Visitei vários museus, mas esse, particularmente, marcou-me de forma muito forte. E o outro, lá no deserto, não sei exatamente precisar qual o local, há um monte e ali, em um ambiente com algumas árvores se projetando sobre o deserto estão duas lápides simples: a de Ben-Gurion e de sua esposa. Então, esses dois lugares definitivamente me marca-



ram durante essa visita que tive a oportunidade e a satisfação de fazer, quando da minha visita ao Estado de Israel. Na simplicidade daquelas lápides certamente há uma grandeza maior do que qualquer monumento que se pudesse construir, porque falam, por si mesmas, desse homem que foi o grande líder e fundador do Estado de Israel.

Voltasse a Israel e, certamente, aumentaria esses dois lugares que me marcaram para três, incluindo aquele outro onde tombou vítima da insensatez, do radicalismo este grande homem que foi Yitzhak Rabin. É preciso ter muito mais grandeza para construir a paz do que para combater na guerra. É preciso ser muito mais bravo para enfrentar o desafio de fazer a paz, de combater a cizânia, o radicalismo, o que separa, o que desune, do que para enfrentar a guerra, para enfrentar a luta.

E por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Convidados, é que, rendendo essa homenagem pelos 50 anos da fundação do Estado de Israel, considere importante trazer aqui este depoimento, que é muito mais fruto da minha vivência, do que pude ver e sentir durante aquela visita e pelos desdobramentos dos fatos que culminaram com a morte de Yitzhak Rabin, como uma lição – como falou o nobre Senador José Ignácio Ferreira – e, como S. Ex<sup>a</sup> disse, não é apenas uma lição mas muitas lições, mas todas elas só podem servir para abastecer a nossa disposição de procurarmos construir um mundo justo, um mundo muito mais fraterno, um mundo onde todos possam, livremente, professar as suas crenças, as suas preferências políticas e suas tendências e ser fiel às suas origens e às suas etnias. Essa é a grande lição que nós devemos retirar deste momento.

Sr. Presidente, como o Regimento não permite que pessoas ou instituições homenageadas possam usar da palavra para agradecer iniciativas como esta de hoje, vou ler, para que conste dos Anais da Casa, a correspondência que recebi do Sr. Jack Leon Terpins e Berel Aizenstein, em nome da Confederação Nacional Israelita do Brasil, que vem vazada nos seguintes termos:

"A CONIB – Confederação Israelita do Brasil – entidade que representa a comunidade judaica do Brasil, vem a público, através desta tribuna, apresentar os agradecimentos à Mesa do Senado Federal e a todos os Senadores que compõem esta ilustre Casa de leis, em particular, o Senador Bernardo Cabral, autor do requerimento pedindo que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente fosse dedicado a home-

nagear a passagem dos 50 anos de fundação do Estado de Israel.

O Brasil sempre recebeu as comunidades estrangeiras com o maior carinho e os imigrantes, que aqui chegaram em busca de uma vida nova, se integraram, definitivamente, na vida brasileira, cujo caldeão de raças é um exemplo para o resto das nações do nosso planeta.

Aqui não há racismo – que, por sinal, é considerado crime passível de punição por lei – há liberdade total de cultos e de religião e todos os cidadãos deste País, quaisquer que sejam suas origens étnicas, raciais ou religiosas se irmanam num único propósito, o amor à Pátria brasileira.

Há uma simbiose de carinho e respeito entre Israel e o Brasil. Quis o feliz destino que um brasileiro, o saudoso chanceler Oswaldo Aranha, presidiu a sessão histórica da Assembléia Geral das Nações Unidas que criou o Estado de Israel, marcando, perenemente, seu nome e o do Brasil à história da jovem nação que surgia.

A proclamação do Estado de Israel se deu há 50 anos, quando um punhado de idealistas judeus se reuniu numa assembléia memorável e David Ben-Gurion, seu primeiro dirigente, leu a Declaração da Independência, um documento vibrante, corajoso e destemido, que, hoje, 50 anos depois, ainda continua atual como se tivesse sido recém escrito."

Muito obrigado.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LÚCIO ALCÂNTARA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

#### **DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DO ESTADO DE ISRAEL**

**Pronunciamento de David Ben Gurion em Tel Aviv no dia 14 de maio de 1948 (5.º Iyar, 5708 no calendário judaico).**

A terra de Israel foi o berço de nascimento do povo judeu. Aqui, sua identidade espiritual, religiosa e nacional e universal. Aqui eles escreveram e deram a Bíblia para o mundo.

Exilado da Palestina, povo judeu permaneceu fiel à sua terra e a todos os países da dispersão nunca deixando de rezar e esperando seu retorno e a restauração de sua liberdade nacional.

Impelidos por esta histórica associação, os judeus se esforçaram ao longo dos séculos voltar à terra de seus antepassados e recuperar a sua nação. Em recentes décadas começou o retorno de forma massiva. Desertos, foram recuperados, nosso idioma foi revivido, se construíram cidades e aldeias e foi estabelecida uma comunidade vigorosa e sempre-crescente com vida



econômica e cultural próprias. Buscamos a paz mas sempre estaremos preparados para nos defender. Eles trouxeram a bênção de progresso para todos os habitantes do país.

Os imigrantes trouxeram suas bênçãos de progresso para todos os habitantes do país.

No ano 1897 o Primeiro Congresso sionista, inspirado pela visão do Estado judeu de Theodor Herzl, proclamou o direito do povo judeu para revivificação nacional de seu próprio país.

Este direito foi reconhecido pela Declaração de Balfour de 2 de novembro de 1917, e confirmado pelo Mandato da Liga de Nações que deu reconhecimento internacional explícito à conexão histórica do povo judeu com a Palestina e o seu direito de reconstituir seu Lar Nacional. O Holocausto Nazista que engolfou milhões de judeus na Europa provou novamente a urgência do reestabelecimento do estado judeu que resolveria o problema dos refugiados e desabrigados judeus, abrindo os portões para todo seu povo para ficar em igualdade com todos na família das nações.

Os sobreviventes da catástrofe europeia, bem como os judeus de outras terras, proclamando o seu direito a uma vida digna de liberdade e trabalho e tentaram entrar destemidamente na Palestina, enfrentando obstáculos e obstruções.

Na II Guerra Mundial, o povo judeu da Palestina deu total contribuição no esforço de libertar as nações ocupadas do mal nazista.

O sacrifício de seus soldados e o esforço de seus trabalhadores valeu para eles o alinhamento com as nações que fundaram as Nações Unidas.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou uma Resolução para o estabelecimento de um Estado judeu independente na Palestina, e convocou os habitantes de seu país para tomar as medidas necessárias para concretizar este plano.

Este reconhecimento pelas Nações Unidas dos direitos do povo judeu para estabelecer um Estado independente não pode ser revogado. E, além de tudo, o direito inalienável do povo judeu para ser uma nação, como todas as outras nações, em seu próprio Estado soberano.

Adequadamente, nós, membros do Conselho Nacional, representando a população judaica da Palestina e o movimento Sionista Mundial nos reunimos em assembléia solene hoje, o dia do término do mandato britânico para a Palestina, por virtude do natural e histórico direito do povo judeu e da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Por este meio proclamo o estabelecimento do Estado judeu na Palestina, a ser chamado Israel.

Nós declaramos por este meio que com o término do Mandato à meia-noite, de 14 a 15 de maio, 1948, e até a formação do corpo diretivo, legitimamente eleito por uma Constituição, a ser redigida por uma Assembléia Constituinte não mais tarde que o primeiro dia de outubro de 1948, que o Conselho Nacional presente agirá como a administração provisional e constituirá o Governo Provisório do Estado de Israel.

O Estado de Israel estará aberto à imigração de judeus de todos os países da Diáspora, promoverá o desenvolvimento do país para o benefício de todos seus habitantes; estará baseado nos preceitos de liberdade, justiça e paz ensinadas pelos Profetas hebreus; apoiará a igualdade social e política plena de todos seus cidadãos, sem distinção de raça, credo ou sexo; garantirá liberdade total de consciência, privilegiará educação e cultura; salvaguardará a santidade e inviolabilidade dos santuários e Lugares Santos de todas as religiões; e se dedicará aos princípios da Carta das Nações Unidas.

O Estado de Israel estará pronto para cooperar com os órgãos e representantes das Nações Unidas na implementação da Resolução da Assembléia de 29 de novembro de 1947, e tomará providências para criar uma União Econômica em todo seu território.

Apelamos às Nações Unidas para ajudar o povo judeu a construir seu Estado e admitir Israel na família de nações.

No limiar de agressão temerária, conclamamos os habitantes árabes do Estado de Israel para retomar aos métodos de paz e participar no desenvolvimento do Estado, com cidadania plena e igual e representação devida em suas instituições e corpos diretivos – provisional ou permanente. Oferecemos paz e unidade a todos os Estados vizinhos e seus povos e os convidamos a cooperar com a nação judaica independente para o bem comum de todos.

Nosso chamado se destina a judeus do mundo inteiro para cooperar no esforço de aumentar a imigração e criar desenvolvimento e nos dar apoio na grande luta que é a realização do sonho de gerações – a redenção de Israel.

Confiando em Deus Todo-Poderoso, nós colocamos nossa mão sobre esta Declaração, na Sessão do Conselho Estadual Provisional, na cidade de Tel Aviv, nesta véspera de Sábado sagrado, o quinto de Iyar, 5708, o décimo quarto dia de maio, 1948.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senhor Senador Ney Suassuna enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.**

Sua Excelência será atendido.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a comemoração, hoje, aqui neste plenário, da passagem do cinquenta anos de criação do Estado de Israel, é uma homenagem a um povo que – embora instalado no centro de uma região conturbada por guerras incessantes – soube construir, num curto espaço de tempo, uma nação com impressionantes indicadores sociais, econômicos, educacionais, militares e políticos.**

Desde 1948 até nossos dias, os israelenses tiveram cinco grandes conflitos armados com seus vizinhos árabes, nos quais milhares de pessoas morreram. Além disso, centenas de atentados terroristas geraram desolação e medo naquela região. Houve, porém, um momento em que o mundo acreditou que israelenses e palestinos estavam bem próximos de uma convivência pacífica, mas esse otimismo foi por águas abaixo quando, em 1995, o então primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, foi assassinado por um terrorista judeu, contrário justamente ao avanço das negociações com os palestinos. Neste momento, infelizmente, não há indicadores seguros de que a paz chegará tão cedo, mas estamos esperançosos de que os líderes israelenses e palestinos retomarão, em breve, as conversações.

Esse é o grande paradoxo vivido hoje por Israel. Embora a nova nação tenha construído uma economia dinâmica, instituições políticas sólidas e um sistema educacional exemplar, não logrou alcançar uma convivência pacífica com seus vizinhos. Por

isso, o mundo inteiro aguarda ansiosamente que o processo de paz seja reativado, sem tergiversações de lado a lado.

A situação do Oriente Médio interessa-nos particularmente, porque o Brasil é um País que acolheu um número expressivo de pessoas de origem judia ou árabe. Os palestinos aqui são contados aos milhares. Também os judeus têm numerosa colônia, estimada em cerca de cem mil pessoas, nas maiores cidades do País. E isso nos leva a olhar para o Oriente Médio sempre com muita atenção. Nós, brasileiros – que temos uma tradição de cordialidade e de resolução pacífica de impasses –, estamos desejosos de que tanto o Estado de Israel quanto a Palestina árabe possam desfrutar daquele que é o bem mais valioso para uma nação: a paz.

Num artigo publicado pela **Folha de S.Paulo**, no dia 23 do corrente, Amós Oz, o mais destacado escritor israelense do momento, escreveu: "Em Israel, cada fila num ponto de ônibus corre o risco de pegar fogo com qualquer faísca, e transformar-se num exaltado e fascinante seminário de rua, com pessoas que nunca se viram antes discutindo política, estratégias, a Bíblia, moralidade, ética e o verdadeiro propósito de Deus. Impacientes, algumas pessoas de fora perguntam: "Quando é que vocês vão nos brindar com uma guerrinha civil judaica? Elas querem briga: colonos atirando em defensores da paz, judeus de origem européia contra judeus de origem oriental, religiosos contra seculares. Digo a essas pessoas: "A guerra civil israelense já se arrasta há 70 anos, mas é uma guerra civil em sua maior parte verbal. Lutamos com palavras, xingando uns aos outros e, desse modo, inflingindo câncer e ataques cardíacos uns nos outros".

Esse texto de Amós Oz resume de forma brilhante as contradições de um País construído em apenas 50 anos, por pessoas vindas das mais diversas regiões, com diferentes crenças políticas, com posições divergentes quanto à religião, e de línguas e tradições díspares. Mas, ressalte-se, uma nação cimentada pela cultura judaica.

Apesar do inegável sucesso da aproximação de pessoas e origens nacionais tão diversas, o País não é monolítico, como pode parecer à primeira vista. De certo modo, o escritor mostra que o pequeno Israel é um rico laboratório onde podem ser examinadas algumas das grandes questões contemporâneas, como, por exemplo, o avanço do fundamentalismo religioso. Ou o aprofundamento do abismo entre ricos e pobres. Ou o crescimento do desemprego entre os menos preparados. Escreve Amós Oz: "Não pode ha-

ver um estado judeu; ele precisa ser o estado do povo judeu e de todos os seus cidadãos, o que significa que os árabes israelenses terão a opção de ser cidadãos totais, com todos os direitos e deveres que isso implica. Israel precisa encarar a tragédia palestina de frente e dizer: 'Excetuando o suicídio, faremos tudo que pudermos para curar essa tragédia'".

Como disse inicialmente, Israel soube construir uma economia fortíssima, apesar de condições muito adversas, a começar pelo próprio meio ambiente. Os israelenses são famosos no mundo todo como os agricultores que conseguiram tornar férteis até mesmo as terras desérticas, com a criação de suas fazendas coletivas. Aliás, o aproveitamento de solos pobres, com pouca água, é algo que deveríamos assimilar dos israelenses, para que se possa acelerar ainda mais o desenvolvimento de certas zonas do Nordeste brasileiro, que têm condições idênticas às de Israel. O intercâmbio técnico entre os dois países deveria ser bem maior.

Na indústria militar, e em outros setores que exigem tecnologia de ponta, os israelenses também ocupam lugar de destaque mundial. Mas, apesar de sua pujança – que pode ser entrevista no PIB **per capita** de US\$15.900, bem próximo dos países europeus –, a economia de Israel também se defronta com problemas comuns às demais nações. Afinal, aquele país também está dentro do mundo globalizado, marcado pela perspectiva de riqueza para uns poucos e de miséria para muitos, pela disputa acirrada por mercados, e pela destruição dos empregos tradicionais.

Como muitos outros países, Israel debate, atualmente, uma reforma do seu sistema previdenciário, sofre com os efeitos danosos da crise asiática e tenta achar seu espaço de atuação no mercado internacional. Se tivesse que fazer um paralelo entre a economia israelense e a brasileira, eu diria que a dificuldade das duas, no momento, é a mesma, mas por diferentes motivos. Tanto Israel quanto Brasil precisam de investimentos externos, mas enquanto no Brasil a instabilidade econômica pode afastar possíveis aplicadores, em Israel a dificuldade está na instabilidade política. No Brasil, ainda precisamos mostrar ao mundo que nossa economia foi saneada, que o real é sólido, e que existe potencial de crescimento. Em Israel, o que inibe os investidores externos é o congelamento do processo de paz.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, formado para receber os judeus que haviam escapado do holocausto hitlerista, e que estavam espalhados pelo mundo, o Estado de Israel surgiu apenas três anos

após o final da II Guerra Mundial. O Brasil teve participação direta neste formidável evento, pois a Assembleia Geral, da Organização das Nações Unidas, em que se decidiu que os judeus voltariam a viver na terra que lhes pertencera há quatro mil anos, foi presidida pelo gaúcho Osvaldo Aranha.

O surgimento de Israel está ligado ao holocausto, a maior barbárie deste século, em que morreram seis milhões de judeus. Mas, na verdade, a nova nação começou a nascer com a publicação do livro *O Estado Judeu*, do jornalista Theodor Herzl, criador do Sionismo, movimento que pregava a criação de um "lar nacional judaico". Entre 1904 e 1914, ocorreu uma grande leva de imigrantes judeus, na maioria russos e poloneses, para a Palestina. Em 1906, foi fundado o primeiro *kibutz*, fazenda coletiva. Entre 1922 e 1927, houve mais uma leva de imigrantes. Até que, em 1948, veio a fundação do Estado de Israel.

É claro que todo esse longo processo foi muito doloroso. Custou muitas vidas. Mas o certo é que, hoje, Israel é um Estado consolidado, desenvolvido e democrático, embora lhe falte a paz, que será o coroaamento de todas essas conquistas. Ao encerrar este pronunciamento, quero ao bravo povo israelense os meus mais sinceros votos de que uma paz duradoura.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Suplicy) – Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados Fábio Feldmann e Cunha Bueno, Sr<sup>a</sup> Eva Blay, ilustre ex-Senadora desta Casa, Exm<sup>o</sup> Sr. Embaixador do Estado de Israel, Yaacov Keinan, prezado Presidente da Confederação Israelita do Brasil, Sr. Jack Leon Terpins, Sr. Jaime Pasmanick, Vice-Presidente da Confederação Israelita do Brasil; Rabino Henry Sobel, autoridades civis e militares, Srs. Embaixadores e representantes, Senhoras e Senhores, esta Presidência quer associar-se às manifestações de augúrio pelo cinquentenário de existência do Estado de Israel e reafirmar os notórios laços de amizade que unem os povos brasileiro e israelense.

Desejo consignar o que é a expectativa de cada um de nós e de todos os povos: que Israel possa prosseguir em seu promissor e radiante destino, sob o signo da paz, da solidariedade e da imanação com todas as Nações, em especial com as que o vizinha.

Albert Einstein observou, certa feita, que:

"O vínculo que uniu os judeus durante milhares de anos e que os une hoje é, acima de tudo, o ideal democrático de justiça social, ligado ao ideal de mútuo auxílio e tolerância entre todos os homens."

E prosseguia o genial cientista:

"Até as mais antigas escrituras dos judeus estão impregnadas dessas idéias sociais, que afetaram profundamente o Cristianismo e o Islamismo e tiveram influência benéfica na estrutura social de grande parte da humanidade. Cabe lembrar aqui a introdução do dia de repouso semanal – uma profunda bênção para toda a humanidade. Personalidades como Moisés, Spinoza e Karl Marx, por diferentes que possam ser entre si, viveram e se sacrificaram, todas, pelo ideal de justiça social; e foi a tradição de seus ancestrais que os levou a esse caminho espinhoso."

Somente a natureza e a força desses ideais podem explicar por que um povo que passou por dominações, exílios e diásporas e foi imolado no mais tenebroso dos holocaustos teve ainda condições de reunir energias para soerguer-se e retomar com altivez o seu caminho de progresso, manter a sua tradicional vocação intelectual e perseverar em seu esforço de comunhão espiritual.

Nenhuma nação está mais capacitada, por suas próprias cicatrizes, a dar o exemplo de que devemos buscar sempre, sem tergiversar, o entendimento entre os homens e as mulheres.

As dificuldades que se apresentam no momento para que o processo de pacificação do Oriente Médio chegue a bom termo – tenho certeza – haverão de ser superadas. Apesar dos obstáculos de percurso, os avanços precisam ser reconhecidos, conforme assinalou o Prefeito de Jerusalém em recente entrevista. Digo mais: devem ser preservados e respeitados, a fim de que se possa dar um passo adiante.

Os entendimentos iniciados em Madrid em 1991, as negociações levadas a efeito em Washington em 1992 e os compromissos firmados em Oslo que conduziram à assinatura da Declaração de Princípios na capital norte-americana, em setembro de 1993, desdobrados em pactos selados no Cairo e em Hebron, foram recebidos pelos povos de todo o mundo como sinais de obrigações recíprocas e não como interlocuções diletantes.

Não podemos esquecer o gesto de aperto de mãos entre o saudoso Yitzhak Rabin e Yasser Arafat nos jardins da Casa Branca. Nunca o significado desse gesto, surgido do costume entre os cavaleiros medievais de estender vazia a mão direita – a da espada – para dar ao interlocutor a garantia de intenções pacíficas, esteve tão perto de suas origens.

O mesmo Einstein chamava a atenção para o problema do "nacionalismo exacerbado, engendrado pelo ódio cego", por ele tido como "a doença fatídica de nosso tempo". E assinalava o eminente físico e humanista:

"Eu veria como muito mais sensato um acordo com os árabes, com base numa vida pacífica comum, do que a criação de um Estado judeu. Agora às considerações práticas, minha consciência da natureza essencial do judaísmo resiste à idéia de um Estado judeu com fronteiras, um exército e algum grau de poder temporal, por mais modesto que seja. Temo o prejuízo interno que o judaísmo sofrerá — especialmente a partir do desenvolvimento de um nacionalismo tacanho dentro de nossas filiares, contra o qual já tivemos de lutar vigorosamente, mesmo sem ter um Estado judeu. Já não somos os judeus do período dos Macabeus. Voltar a ser uma nação, no sentido político da palavra, seria o mesmo que dar as costas à espiritualização de nossa comunidade, que devemos ao gênio de nossos profetas."

O Estado de Israel é uma realidade pujante que a ninguém é dado ignorar. Isso, porém, não é motivo para que — na esteira de Einstein — sejamos pessimistas em relação às possibilidades de "vida pacífica" na Palestina, em razão da constituição de um ente estatal judaico, em primeiro lugar, porque os herdeiros políticos de Theodor Herzl e Ben Gurion sabem que a existência de Israel, com o termo final do mandato britânico a 14 de maio de 1948, só se tornou viável devido às diretivas e esforços das Nações Unidas. O mesmo Direito das Gentes que lhes proporcionou o assentamento nas terras de seus ancestrais deve, por equidade, ser observado ante reivindicações também lícitas de populações árabes, em particular dos palestinos. Postulações essas já foram acolhidas pelo Direito Internacional e de mandam aplicação. É a firme resolução do concerto de todas as comunidades; em segundo lugar, porque um povo que tem nos caminhos de sua história os caminhos de Deus, não ignorará jamais os mandamentos de Javé, inscritos no Levítico: "Não guarde ódio contra o seu irmão. Ame o seu próximo como a si mesmo. Quando um imigrante habitar com vocês no país, não o oprimam. O imigrante será para vocês um concidadão: você o amará como a si mesmo, porque vocês foram imigrantes na terra do Egito".

As gerações de Isaac e de Israel são ramos que se nutrem de uma mesma seiva. Isso nos leva a

afirmar solenemente que a concórdia ainda prevalecerá na casa comum de pai Abraão.

Qualquer pessoa que passeie hoje pelas ruas de Jerusalém — não tive ainda essa oportunidade, mas é o testemunho de todos que ali estiveram — ao entardecer e veja os judeus rezando suas preces no Muro Ocidental, enquanto ouve o badalar dos sinos numa igreja das proximidades e o canto plangente de um *muezzin*, chamando os muçulmanos à oração, sentirá que a fraternidade humana não é um sonho inatingível.

*"Tzitzit Cheverad [Levítico 19:13] 'shalom'!"* (\*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — Acabo de receber mensagem que o Presidente Antonio Carlos Magalhães também fez questão que fosse transmitida a todos.

Por motivos de todos conhecido, não pôde S. Ex<sup>a</sup> estar presente e presidindo esta homenagem que o Senado presta ao Estado de Israel, mas se associa, em nome da Mesa, a essas justas homenagens, congratulando-se com os oradores e agradece a presença dos representantes da comunidade judaica no Brasil, em especial ao rabino Henry Sobel.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas aditar o meu requerimento — sei que V. Ex<sup>a</sup> ao final vai deferi-lo — para que sejam incluídos também os pronunciamentos dos eminentes Senadores José Ignácio Ferreira e Lúcio Alcântara para serem enviados ao Embaixador, ao Rabino e ao Presidente da República. É a primeira parte dessa intervenção.

A segunda parte, Sr. Presidente, tem por objetivo lembrar às pessoas que não estavam no começo que, assim que V. Ex<sup>a</sup> suspender esta reunião, no Salão Negro, por deferência do Presidente Antonio Carlos Magalhães, o professor Samuel Benchimol fará o lançamento do seu livro *Judeus na Amazônia*, com distribuição gratuita. De modo que pediria que as pessoas se dirigissem ao Salão Negro, porque ele vai autografar todos os livros que mandou imprimir por conta própria e que os trouxe de avião também à sua custa pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) — V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

A Presidência suspenderá a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

*(Suspensa às 16 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 20 minutos.)*

*O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúcio Alcântara.*

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

## EXPEDIENTE

### MENSAGEM

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:*

Nº 139, de 1998 (nº 498/98, na origem), de 28 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1997 (nº 1.403/95, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que transforma cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS na Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, sancionado e transformado na Lei nº 9.631, de 28 de abril de 1998.

### AVISO

#### DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 245/98, de 16 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 171/97, adotada pelo Egrégio Tribunal, referente aos Requerimentos nºs 774 e 803, de 1991, dos Senadores Eduardo Suplicy e Saldanha Derzi, respectivamente.

*A Decisão foi encaminhada, em cópia, ao Senador Eduardo Suplicy.*

*Ao Arquivo.*

### PARECER

#### PARECER Nº 210, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Propostas de Emenda à Constituição nº 39, de 1996 (nº 367 de 1996, na Câmara dos Deputados), e nº 23, de 1996, tendo como 1º signatário o Senador Esperidião Amin, que tramitam em conjunto, ambas alterando o § 7º do art. 14 da Constituição Federal (em reexame, nos termos do RQS nº 806, de 1997).

Relator: Senador Edison Lobão

## I – Relatório

Por requerimento do ilustre Senador Jader Barbalho (Requerimento nº 806/97, aprovado em 24-9-97), retomam a esta comissão para reexame, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 23 e 39, ambas de 1996, que promovem duas alterações importantes no texto do § 7º do art. 14 da Constituição. A primeira substitui a expressão "os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau e os afins de primeiro grau". A segunda alteração retira do texto a palavra "Território", para adequá-lo à atual estrutura federativa do Estado Brasileiro, em que não existem mais territórios, apenas União, Estados e Municípios.

Ao relatar a matéria, recomendei a aprovação da PEC nº 39/96, originária da Câmara dos Deputados, e a declaração de prejudicialidade da PEC nº 23/96, o que foi acatado por esta comissão em 25 de junho de 1997, passando a constituir o Parecer nº 356, de 1997.

## II – Voto

Em discussão que precedeu a votação do referido requerimento, argumentei que a matéria já havia sido aprovada por esta comissão, no mesmo momento em que se votava no Congresso a emenda constitucional que permite aos titulares de mandato no Poder Executivo a disputa da reeleição no exercício do cargo. (Emenda Constitucional nº 16/97). Com a aprovação dessa nova regra não faz sentido manter-se a proibição de candidatura de parentes dos candidatos, enquanto se permite a eles a reeleição no exercício do cargo. Entendo, todavia, que a aprovação da PEC nº 39/96 se faz necessária, como uma primeira conquista no sentido de se eliminarem as inelegibilidades que afetam os parentes, enquanto a comissão aprofunda os estudos com vistas à eliminação total das inelegibilidades contidas no § 7º do art. 14.

Deste modo, mantenho a posição firmada no Parecer nº 356, de 1997, desta CCJ, concluindo pela recomendação de que se aprove a PEC nº 39/96, declarando-se prejudicada a PEC nº 23/96.

É o parecer.

Sala da Comissão, 29 de abril de 1998. – **Bernardo Cabral, Presidente** – **Edson Lobão** – Relator – **Pedro Simon** – **Lúcio Alcântara** – **Élcio Alvares** – **Antonio Carlos Valadares** – **Francelino Pereira** – **Esperidião Amin** – **Epitácio Cafeteira** – **Romeu Tuma** – **Jefferson Péres** – **José Eduardo Dutra**.

### VOTO, EM SEPARADO DO SENADOR FRANCELINO PEREIRA

O instituto das inelegibilidades, como previsto na Constituição Federal (art. 14, § 9º) e em sua lei própria (art. 23), visa proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício da função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta e o interesse público de lisura eleitoral.

Com esse propósito, busca a lei evitar que se macule a manifestação popular pela influência que possam exercer os que detenham cargo ou função pública.

Além de outras hipóteses tratadas na Lei Complementar nº 64/90, a Constituição Federal (art. 14, § 7º) estatui também como fonte de inelegibilidade a relação de parentesco.

Diz a norma constitucional:

"art. 14.....

.....

§ 7º – São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição."

Vê-se, portanto, que, no território da jurisdição do titular dos cargos que menciona, inelegíveis são o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção.

Em 1996, por ocasião das eleições municipais, o Diretório Regional do Partido da Frente Liberal, em Minas Gerais, fez distribuir aos seus filiados no Estado o gráfico em anexo que ilustra claramente a abrangência das inelegibilidades na relação de parentesco, em face da norma constitucional vigente.

Como esclarecido no estudo que acompanha a proposição e o gráfico que ilustra este parecer, longe atinge a limitação, afastando da disputa eleitoral um número elevado de possíveis candidaturas, especialmente nas eleições municipais.

A realidade social nos municípios do interior do país, onde natural é o entrelaçamento de famílias ali radicadas, reclama seja amenizada a restrição constitucional para permitir a participação de expressivas lideranças da comunidade no processo eleitoral.

A proposta enseja a liberação tão só dos parentes afins de 2º grau, aí incluídos, entre outros, os cunhados, mantendo ainda bem ampla a inelegibilidade por parentesco na jurisdição do titular do cargo, preservando o salutar propósito moralizador do constituinte de 1988.

Assim, por não ferir a proibição contida no art. 60, § 4º, da Constituição Federal, meu voto é no sentido de que a proposição seja como já aprovada, como acatada pela Câmara dos Deputados.

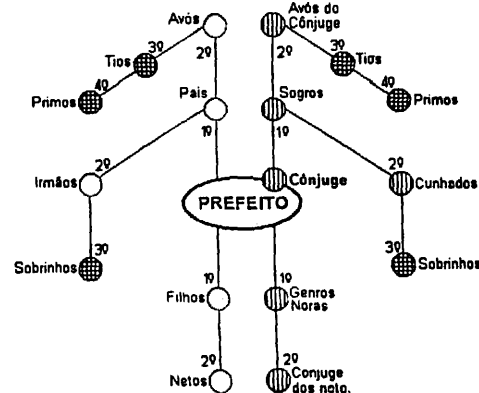
Brasília, 16 de fevereiro de 1998. – Senador **Francelino Pereira**.

### PARTIDO DA FRENTE LIBERAL Diretório Regional – MG

#### INELEGIBILIDADES

A inelegibilidade atinge o cônjuge e os parentes até o 2º grau, consanguíneos ou afins, do Prefeito ou de quem o substituir dentro dos seis meses anteriores ao pleito – salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

GRÁFICO



#### LEGENDA:

- Parentes consanguíneos INELEGÍVEIS
- Parentes afins INELEGÍVEIS

Observação: ● Estes são ELEGÍVEIS

### DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

#### REQUERIMENTO Nº 806, DE 199

#### Adiamento da votação para reexame da Comissão.

Nos termos do art. 315 combinado com o art. 279, alínea b., do Regimento Interno, requiero adiamento da votação da PEC 39 e 23/96, a fim de que seja encaminhado ao reexame da Comissão de Constituição, Justiça, e Cidadania.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1997. – Senador **Jáder Barbalho**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA  
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 16, DE 1997**

**Dá nova redação ao § 5º do art. 14,  
ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29,  
ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Consti-  
tuição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14, o caput do art. 28, o inciso II do art. 29, o caput do art. 77 e o art. 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.....

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente."

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no penúltimo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77."

"Art. 29. ....

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores."

"Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente."

"Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de junho de 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 1998**

**Concede isenção dos impostos federais às pessoas maiores de setenta anos de idade.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas dos impostos federais as pessoas físicas, residentes no País, a partir do mês em que completarem setenta anos de idade.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

Esse projeto representa um ato de reconhecimento da Nação para com os seus cidadãos que dedicaram toda a vida à construção da riqueza, à formação de novas gerações e ao progresso da pátria.

Traduz, também, o reconhecimento de que a Nação só deve exigir de seus filhos contribuições financeiras compulsórias, enquanto eles estão em condições e satisfatórias condições físicas e mentais para participar do esforço nacional. Ultrapassado o estágio normal de vida produtiva do ser humano, determinado pela natureza, o mais justo, lógico e natural é proporcionar-lhe condições para merecido repouso e desfrute dos anos que lhes restam. Aos mais produtivos, em fase produtiva, fique a tarefa de dar continuidade à construção nacional e, também de proporcionar o descanso aos idosos.

É necessário que o País desperte para a necessidade de se preocupar com a existência e com o bem-estar do seu contingente idoso. Acostumamo-nos a dizer e a ouvir que somos um país de jovens. Todas as políticas públicas, tendo sido sistematicamente enviesadas por esse viés. A maioria absoluta dos investimentos públicos são direcionados para os jovens. Isso é um erro absoluto, incorreto. O investimento na juventude é investimento no futuro da Nação.



Contudo, isso não deve significar o esquecimento dos não-jovens. Não deve, por exclusão, significar a política do descarte puro e simples dos que não mais tenham condições de produzir, assim como quem atira ao lixo uma máquina obsoleta e desgastada pelo uso. O idoso não é sucata. Deve ser tratado com dignidade e consideração.

A proporção de idosos na população está praticamente dobrando a cada geração. Em menos de vinte anos representarão cerca de vinte milhões de pessoas, ou dez por cento da população.

As políticas públicas precisam começar a levar na devida conta a inversão da pirâmide etária que se está processando, graças às mudanças nos padrões de unidade, de natalidade, de mortalidade e de qualidade de vida, que determinam o alongamento da expectativa de vida média simultaneamente à menor reposição demográfica.

Nas primeiras décadas do milênio que se aproxima, essa será, certamente, a grande problemática social a ser enfrentada pelo Estado brasileiro. Não se ignora que o aparato assistencial terá de ser redimensionado e ampliado para atender a essa nova realidade. A própria sociedade e o mercado a ela se readaptarão.

Nesse contexto, a renúncia fiscal proposta neste projeto tem, desde já, a característica clara de política oficial, no sentido de que o acréscimo de renda proporcionada aos cidadãos idosos certamente diminuirá a demanda por assistência social. A idéia é de que, dispondo de renda, o próprio cidadão proveja sua manutenção, abrigo, assistência médica, etc.

Esse acréscimo de renda é necessário, uma vez que, na idade avançada, o cidadão fica definitivamente excluído do mercado de trabalho, impossibilitado de exercer atividades destinadas à complementação da renda. Por outro lado, suas despesas de saúde aumentam, porque, à medida que envelhece, fica mais sujeito a patologias do tipo degenerativo e crônicas, demandantes, por sua própria natureza, de tratamentos longos (às vezes, de caráter permanente) e caros.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1998. – Senador Odacir Soares.

*(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 1998

**Dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares aplicadas a servidor público federal e sobre o abono de faltas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São canceladas as penas de advertência, repressão e suspensão aplicadas a servidor público civil da União, suas autarquias e fundações, se no decurso de cinco anos de efetivo exercício o servidor não cometer nova infração disciplinar ou penal.

Art. 2º São abonadas as faltas ao serviço de funcionário público civil da União, suas autarquias e fundações, se no decurso de cinco anos de efetivo exercício não ocorrer nenhuma outra falta.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica à hipótese de abandono de cargo.

Art. 3º O cancelamento das punições e o abono das faltas, de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, acarretarão a revisão de quaisquer atos deles decorrentes, exceto para os efeitos de promoção ou progresso funcional.

Art. 4º Do disposto nesta Lei decorrerão efeitos financeiros retroativos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

No passado a União era magnânima com seu funcionalismo público civil, sem deixar de ser justa. De tempos em tempos costumava cancelar todas as penalidades de advertência, repreensão e suspensão aplicadas aos seus servidores, abonando-lhes também as faltas ao serviço não justificadas. E o fazia *ex officio*, beneficiando a todos indistintamente. É o que ocorreu por força dos Decretos nºs 24.761, de 14 de julho de 1934, 28.969, de 13 de dezembro de 1950, 29.641, de 6 de junho de 1951, e do Decreto nº 40.000, de 17 de setembro de 1956, que regulamentou a Lei nº 2.839, de 2 de agosto de 1956. Atualmente, a Lei nº 6.879, de 9 de dezembro de 1980, prevê apenas o cancelamento de punições, condicionando-o a que o funcionário não cometa nova infração no decurso de dez anos. Silencia quanto ao abono de faltas ao serviço.

O projeto de lei que ora apresentamos à apreciação dos ilustres pares propõe o abono de faltas e o cancelamento das punições de advertência, repreensão e suspensão, desde que o servidor faça jus, por mérito próprio, à concessão do benefício.

No caso do cancelamento das penalidades, a condição é a de comportamento irrepreensível no decurso de cinco anos, tempo suficiente e adequado para que o funcionário, anteriormente punido, se redima e, mantendo ininterrupto bom comportamento, mereça ver apagado de seus registros o ato faltoso. O tempo para a concessão de abono por faltas ao



serviço é também de cinco anos sem reincidências, tempo suficiente, igualmente, para caracterizar a assiduidade do servidor, o que o torna merecedor do benefício.

Por motivos óbvios o projeto não contempla as punições graves de destituição de função, demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, nem a de multa, que, com a advertência, repreensão e suspensão, compõem o elenco das medidas punitivas aplicáveis ao servidor público da União.

A aplicação da pena tem, sabidamente, função reparatória e educativa. A primeira dessas funções se contempla no próprio momento da punição, na medida em que são restabelecidas a ordem e a disciplina que a infração ofendeu. Contrariamente, o caráter educativo da punição revelar-se-á eficaz só com o decurso do tempo, se e quando o infrator, mudando o próprio comportamento, não reincidir na falta. Ter-se-á, então, completado o ciclo que vai desde a prática do ato punível até a reabilitação do infrator, objetivo máximo da punição, em vista de seu caráter educativo.

Além disso, é princípio universalmente aceito que a punição deve ser proporcional à infração. A aplicação da pena disciplinar a funcionário nem sempre tem guardado a desejada proporcionalidade. Frequentemente, uma suspensão, ainda que branda, ou o registro de uma falta acarretam ao servidor efeitos danosos que transcendem a gravidade da infração ou da falta, prejudicando irremediavelmente direitos e vantagens, como o gozo de licença especial. Assim, se ocorrer uma falta no nono ano de efetivo exercício, o servidor terá, a partir daí que trabalhar mais dez anos sem qualquer falta para adquirir o direito à licença especial. Terá, ao final, que trabalhar nada mais nada menos que 19 anos para usufruir o benefício da licença especial, tudo isso porque, ao longo de 5.035 dias, faltou um dia ao serviço. O exemplo é por bastante ilustrativo.

Ao permitir o cancelamento das punições e o abono das faltas, nas condições que especifica, o projeto de lei retoma a tradição de magnanimidade das administrações do passado, porém com maior equanimidade e senso de justiça, pois não concede o favor indiscriminadamente a todos senão àqueles que o merecem.

O projeto de lei está de acordo com os princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, a proposta nele contida é justa e salutar, na medida em que possibilita a adequação da pena à infração e, sobretudo, porque recompensa o bom comportamento e assiduidade do servidor público,

com reflexos benéficos na qualidade dos serviços e aprimoramento do quadro de pessoal da administração pública federal.

Em face do exposto, esperamos contar com o apoio dos nossos ilustres Pares para a aprovação do projeto de lei.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1998. – Senador **Odacir Soares**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 24.761, DE 14 DE JULHO DE 1934(\*)

**Cancela as penas disciplinares impostas aos funcionários públicos civis.**

DECRETO Nº 28.969, DE 13 DE  
DEZEMBRO DE 1950

**Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores públicos civis federais.**

DECRETO Nº 29.641, DE 6 DE JUNHO DE 1951

**Dá nova redação ao ART. 1º do Decreto nº 28.969, de 13 de dezembro de 1950.**

DECRETO Nº 40.000, DE 17 DE  
SETEMBRO DE 1956

**Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 2.839, de 2 de agosto de 1956.**

LEI Nº 2.839, DE 2 DE AGOSTO DE 1956

**Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e abono de faltas não justificadas.**

LEI Nº 6.879, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980

**Dispõe sobre o cancelamento de penas disciplinares.**

*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.*

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

(À Mesa para decisão.)

#### **REQUERIMENTO Nº 273, DE 1998**

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, para esclarecimento da matéria submetida a apreciação do Senado Federal através do Ofício S/30 de 1998, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda solicitando as seguintes informações:

1. Valor total, credores e condições de pagamento da dívida do Estado de Rondônia até 30 de dezembro de 1997, e até 30 de abril de 1998, discriminando-se o que for passível de refinanciamento junto ao Governo Federal, ao amparo da Resolução nº 70 de 1995, alterada pela Resolução nº 12 de 1997;

2. Balanço geral do Banco do Estado de Rondônia – BERON, levantado, conforme o art. 9º da Lei nº 6.024 de 1974, composição e valor de seu ativo e passivo em dezembro de 1994, dezembro de 1997 e 30 de abril de 1998, destacando-se os principais bens, direitos e créditos, bem como os principais credores e respectivos valores.

3. Cópia e fundamentação da prévia autorização do Banco Central para a venda dos ativos do Beron, de acordo com o disposto no § 3º, do art. 3º, do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e cópia do relatório a que se refere o art. 11 da Lei nº 6.024 de 1974, ou eventual proposta do interventor, e decisão do Banco Central, conforme seu art. 12, bem como avaliação das consequências de eventual liquidação extrajudicial do Beron.

4. Valores adiantados pelo Banco Central para o saneamento do Beron, imediatamente após a declaração do Regime de Administração Temporária, de acordo com o art. 9º do Decreto-Lei nº 2.321 de 25 de fevereiro de 1997, em face ao art. 9º do Decreto-Lei nº 2.321 de 25 de fevereiro de 1997, em face da inexistência de recursos na Reserva Monetária, extinta por lei.

5. Providência adotada para suprir as necessidades de caixa da instituição, quando procedeu-se ao Regime de Administração Especial Temporária, e posteriormente.

6. Termos do Programa de Ajuste Fiscal e Financeiro dos Estados a que se refere a Resolução nº 70 de 1995, em que é previsto a abertura de crédito para aquisição de ativos de instituição financeira com vistas a sua extinção ou privatização.

#### **Justificação**

Impõem-se as informações solicitadas para avaliação da legalidade e mérito do refinanciamento a que se refere o Ofício S/30, de 1998. Salientando-se que relatórios do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas de 1996, apontam inexistência de controle sobre suas dívidas pelo atual governo, o que implica na possibilidade de continuidade de dívidas que poderiam ser refinanciadas ao amparo da Resolução nº 70; e ainda que há indícios de não-cumprimento do disposto na legislação pertinente ao Regime de Administração Especial Temporária quanto ao saneamento da instituição, ensejando-se o aumento do passivo do Beron durante gestão do Banco Central, que estaria sendo atribuído à conta do Estado no refinanciamento solicitado.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1998. – Senador **Ernandes Amorim**, PPB – RO.

#### **LEGISLAÇÃO CITADA**

##### **RESOLUÇÃO Nº 70, DE 1995**

**Autoriza os Estados a contratar operação de crédito previstas no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados.**

##### **RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1997**

**Altera a Resolução nº 70, de 1995, do Senado Federal, que autoriza os Estados a contratarem operações de crédito previstas no Programa de Apoio à Reestruturação ao Ajuste Fiscal dos Estados.**

##### **LEI Nº 6.024 DE 13 DE MARÇO DE 1974**

**Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.**

Art. 9º Ao assumir suas funções, o interventor:

a) arrecadará, mediante termo, todos os livros da entidade e os documentos de interesse da administração;

b) levantará o balanço geral e o inventário de todos os livros, documentos, dinheiro e demais bens da entidade, ainda que em poder de terceiros, a qualquer título.

parágrafo único. O termo de arrecadação, o balanço geral e o inventário, deverão ser assinados também pelos administradores em exercício no dia anterior ao da posse do interventor, os quais pode-

rão apresentar, em separado, as declarações e observações que julgarem a bem dos seus interesses.

DECRETO-LEI Nº 2.321, DE  
25 DE FEVEREIRO DE 1987

**Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.**

Art. 3º A administração especial temporária será executada por um conselho diretor, nomeado pelo Banco Central do Brasil, com plenos poderes de gestão, constituído de tantos membros quantos julgados necessários para a condução dos negócios sociais.

§ 1º Ao conselho diretor competirá, com exclusividade, a convocação da assembléia geral.

§ 2º Os membros do conselho diretor poderão ser destituídos a qualquer tempo pelo banco Central do Brasil.

§ 3º Dependerão de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil os atos que, não caracterizados como de gestão ordinária, impliquem disposição ou oneração do patrimônio da sociedade.

OFÍCIO Nº S/30, DE 1998

PRESI-98/0921

Brasília, 14 de abril de 1998

Senhor Presidente,

Tendo em vista a solicitação do Governo do Estado de Rondônia e em cumprimento ao disposto na Resolução nº 70, de 14-12-95, alterada pela Resolução nº 12, de 30-1-97, do Senado Federal, encaminhando a V. Exª o Parecer DEDIP/DIARE-98/348, de 3-4-98, contendo manifestação do Banco Central a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 12-2-98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, ao amparo dos citados normativos, no valor total de R\$146.950.101,90 (cento e quarenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil, cento e um reais e noventa centavos).

2. Cabe informar que a união se compromete, ainda, a financiar, até o valor de R\$502.487.683,00 (quinhentos e dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e seiscentos e oitenta e três reais), posição

de 31-12-97, destinados a privatização ou extinção do Banco do Estado de Rondônia S.A. – BERON e da Rondônia Crédito Imobiliário S.A. – RONDONPOUP, ambos sob Regime de Administração Especial Temporária – RAET, conforme disposto na Medida Provisória nº 1.612-20, de 5-2-98 e no Protocolo de Acordo firmado entre as partes, cujo processo já foi submetido a essa Casa através do ofício PRESI nº 0843, de 2-4-98.

3. Ante as características peculiares da operação, na qual não haveria liberação de novos recursos, mas apenas substituição dos credores originais pelo Governo Federal, e tendo em vista que os empréstimos cumpriram as exigências regulamentares à época das contratações, entendemos que a operação poderá ser realizada, sem onerar o limite estabelecido no art. 3º, da Resolução nº 69, de 14-12-95, do Senado Federal.

4. Não obstante ao contido no parágrafo anterior, caso a operação fosse considerada para fins do cálculo fixado no referido artigo, o limite em questão seria extrapolado.

5. Com relação ao disposto na Lei Complementar nº 82/95, o Governo de Rondônia apresentou certidão do Tribunal de Contas informando que as despesas do Estado com pessoal totalizaram 78% das receitas correntes líquidas, não atendendo, portanto, ao estabelecido no art. 13, inciso VII, da Resolução nº 69/95.

6. Saliento ainda que, com relação a exigência contida na Resolução nº 117, de 21-11-97, do Senado Federal, conforme despacho publicado no Diário de Justiça, o Supremo Tribunal Federal deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, com eficácia *ex nunc*, a execução e aplicabilidade do mencionado normativo.

7. Dessa forma, considerando o interesse do Governo Federal e dado os objetivos preconizados no Protocolo de Acordo, este Banco Central manifesta-se favoravelmente à concretização do refinanciamento em questão.

Respeitosamente, **Francisco Lopes**, – Presidente em exercício.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 22, DE 1998**

*Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 93 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.93.....

.....  
*XII - os Tribunais Superiores não poderão ser integrados por mais de dois terços de magistrados do mesmo sexo.”*

**Art. 2º** As vagas de magistrados dos Tribunais Superiores que ocorrerem após a promulgação desta Emenda serão preenchidas com observância do disposto no art. 93, XII, da Constituição Federal.

**Art. 3º** Esta Emenda entra vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Uma sociedade moderna tem como característica fundamental a igualdade de oportunidade para todos.

No Brasil de hoje, a mulher vem ampliando, cada vez mais, seu espaço de participação na vida política e administrativa nacional.

Todavia, os Tribunais Superiores ainda é um reduto quase que exclusivamente masculino, em que pese existir, atualmente, um razoável número de juristas e magistradas do sexo feminino dotado de alto nível intelectual e de elevada qualidade moral.

Por outro lado, a legislação do nosso País começa a estabelecer proporções mínimas de participantes do mesmo sexo na disputa de cargos. É o

caso da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições", a qual fixa em vinte e cinco por cento, e a partir das eleições do ano 2000, em trinta por cento, o percentual mínimo de candidatos de um mesmo sexo.

A nosso ver, esta proposta de emenda à Constituição vai ao encontro dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecidos no art. 3º, IV, da Carta Política de 1988 com vistas a "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", e também ao princípio da igualdade previsto em seu art. 5º, caput: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, ...".

Temos certeza que a acolhida desta proposta por parte dos demais Parlamentares representa um grande avanço para a nossa sociedade, pois rompe com práticas do passado não-condizente com uma nação democrática e moderna.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1998.

(assinatura)

(nome)

José Ignácio Ferreira

Beto Leivas

JOÃO RICHAR

COELHO TROSC

LEOMAR QUINTANILHA

Elcio Alvaros

Regina Assunção

João de Hollanda

GILVANA BORGES

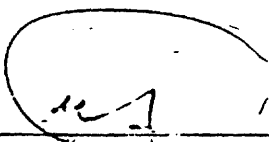
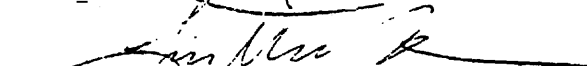
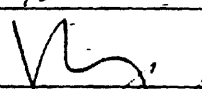
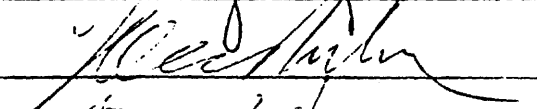
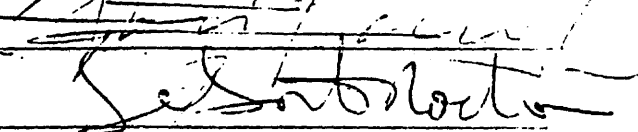
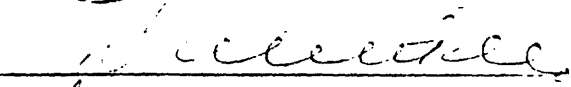

Marcelo Silva


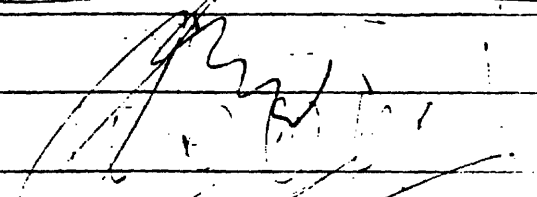

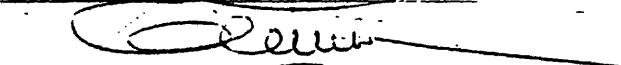
Amador Francisco Soares

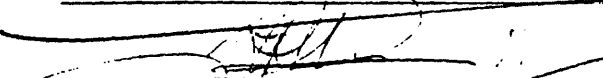
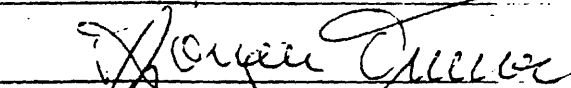
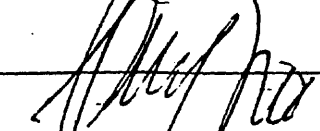
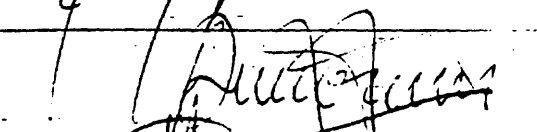
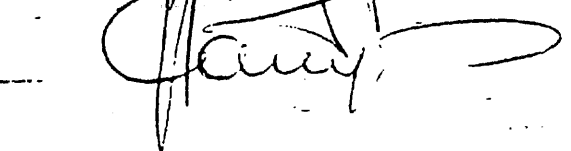
RAFAEL TEBET

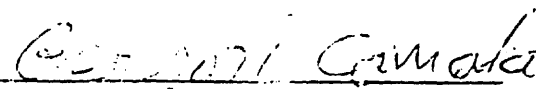
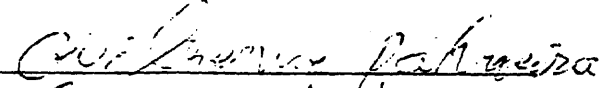
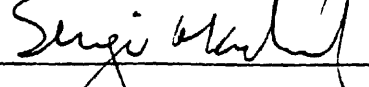
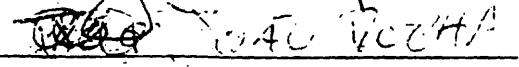
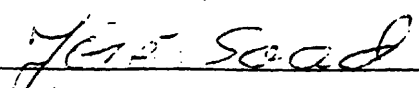

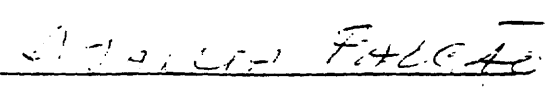

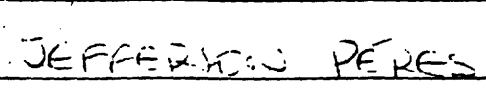



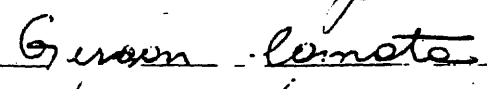
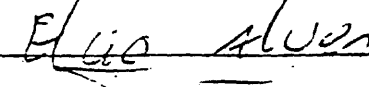
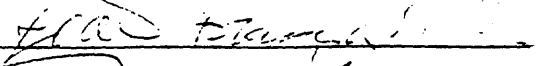
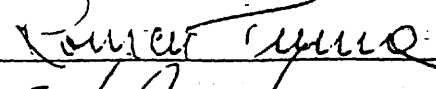
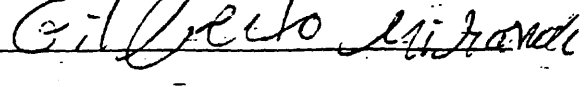
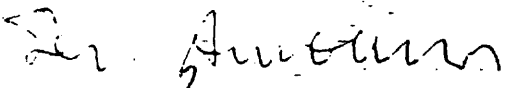
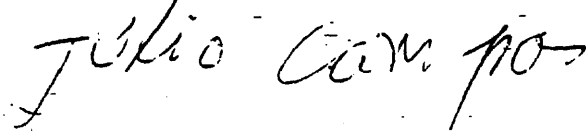
Enio de Oliveira

Albino de Oliveira

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**  
**FEDERATIVA DO BRASIL**

.....

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
  - II – garantir o desenvolvimento nacional;
  - III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
  - IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- .....

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

**Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

.....

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 -

Estabelece normas para as eleições.

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas e consta dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF. 20/98 LPSDB

Brasília, 29 de abril de 1998

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, indicar o Senador Pedro Piva em substituição ao Senador José Serra, nas Comissões Permanentes, conforme especificação abaixo:

– Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – TITULAR

– Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI – TITULAR

– Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – Suplente

– Comissão de Educação – CE – SUPLENTE

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Sergio Machado – Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado aprovou, em reunião realizada no dia 29 do corrente mês, os Requerimentos nºs 169, 170, 173, 178., 180, 183, 189, 198, 200, 221, 222, 230 a 232, 234, 238, 239, 249, 253, 254, 261 e 264, de 1998, de autoria dos Srs. Senadores José Bianco, Carlos Patrocínio, Eduardo Suplicy, João Rocha, Guilherme Palmeira, Sebastião Rocha, Ernandes Amorim, José Eduardo Dutra, Esperidião Amin, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Romero Jucá, Gilberto Miranda, e da Srª Júnia Marise, solicitando informações a Ministros de Estado.

Comunica, ainda, que aprovou, na mesma reunião, os Requerimentos nºs 207, 227, 228, 260 e 262, de 1998, de autoria dos Senadores Gilberto Miranda, Esperidião Amin e Romeu Tuma, solicitando informações ao Ministro de Estado com vistas a esclarecer matérias constantes dos Projetos de Resolução nºs 34 e 35, de 1998, e a do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997.

De acordo com o disposto no art. 216, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, fica, em consequência, interrompida a tramitação dos projetos em referência.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – A Presidência recebeu Ofício nº 1.014/98, de 29 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 1998, documentação relativa à rolagem da dívida mobiliária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 179, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – Passamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. S. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje faço um pronunciamento em homenagem ao índio, uma vez que dia 19 de abril último, Dia do Índio, foi um domingo.

Quando os conquistadores europeus desembarcaram em terras americanas e estabeleceram os pequenos contatos com as populações existentes, logo se perguntaram se aquela gente tão estranha possuía ou não alma. Foi preciso esperar mais de 40 anos para que o Papa Paulo III, em 1537, declarasse, numa Bula, que os índios eram seres humanos como os brancos, tinham alma e eram também descendentes de Adão e Eva. Daí para frente, apesar de terem sido reconhecidos pela Santa Igreja Católica como "filhos de Deus", os índios começaram a ser caçados e abatidos implacavelmente pelos mosquetes, pelas lâminas das espadas, pelas doenças trazidas pelos descobridores, pela aculturação forçada e pelo avanço feroz do colonizador em suas terras. Assim, empunhando arcos e flechas contra armas de fogo, os povos indígenas foram covardemente assassinados no maior genocídio da humanidade. Em pouco mais de 500 anos, das pradarias da América do Norte ao extremo sul do continente, a história americana foi escrita com o sangue de milhões e milhões de autóctones.

No Brasil, passados quase 500 anos da chegada das Caravelas de Pedro Álvares Cabral, não sabemos precisar exatamente quantos são os sobreviventes do massacre americano. Infelizmente, o conhecimento de nossa diversidade sociocultural restringe-se aos ambientes universitários e aos círculos



acadêmicos especializados, dedicados ao estudo das sociedades indígenas.

O repúdio de uma cultura sobre a outra, a discriminação dos costumes ou a não-aceitação de uma raça, principalmente quando uma delas se sente superior, é uma atitude enraizada nos seres humanos. Em relação aos índios, esse etnocentrismo era patente por parte dos conquistadores que os definia como indolentes, primitivos, selvagens e bárbaros.

Calcula-se que a população indígena existente hoje no Brasil não ultrapassa os 100 mil indivíduos. Eles compreendem cerca de 143 grupos tribais. Mais da metade está localizada na Amazônia e no Maranhão, que abrigam 94 grupos. No Centro-Oeste, encontramos 34 grupos.

Desses 143 grupos, 33 ainda vivem isolados, ou seja, mantêm apenas contatos esporádicos com o homem branco e, mesmo assim, já são vítimas das chamadas moléstias da "civilização".

Como já dissemos anteriormente, da mesma maneira com aconteceu na América do Norte, a conquista do Brasil, desde os primeiros momentos até os dias de hoje, foi realizada a ferro e a fogo. O avanço para abrir o território e tomar posse da hinterlândia habitada pelos aborígenes aconteceu de maneira feroz e cruel, sob a égide da violência, da impunidade, da proteção da metrópole e da Igreja. Assim, com uma espada ou um mosquete e um documento real de posse no bolso, o conquistador branco promoveu uma verdadeira carnificina no território brasileiro.

Para termos uma idéia do tamanho do genocídio e da luta desigual que foi travada em nosso solo e que continua até hoje entre brancos e índios, basta avivarmos um pouco a nossa memória, regredirmos no tempo e recordarmos todos os passos que foram dados até este momento para a construção da sociedade brasileira.

Sem dúvida nenhuma, a primeira preocupação deve ser a de saber como era o mapa do Brasil nos primeiros momentos do descobrimento. Alguns estudiosos admitem que, por volta dos primeiros anos de 1500, a nação indígena brasileira era representada por cerca de 6 milhões de pessoas, enquanto Portugal tinha apenas 1,5 milhão de habitantes.

Nos primeiros 100 anos de nossa formação, mais precisamente no século XVI, os índios, habitantes do litoral leste de sudeste, membros da nação Tupi, foram passados nas armas. Os que conseguiram escapar tiveram de entregar suas terras, morreram vitimados pelas doenças ou viraram escravos nas mãos dos senhores da guerra. É justamente

nessa época que acontece a varredura e a limpeza do litoral brasileiro, onde pouco depois surgiram os primeiros núcleos habitacionais. Em primeiro lugar, as capitâneas; em seguida, os povoados e os vilarejos; mais adiante, as vilas; depois, as cidades e, por fim, nos dias atuais, as grandes metrópoles litorâneas.

Hoje, apenas alguns remanescentes da outrora orgulhosa nação Potiguar, tronco do grupo Tupi no litoral da Paraíba, abandonados à sua própria sorte, analfabetos, doentes, prostituídos, perambulando e esmolando nas feiras do interior, servindo como motivo de graça e piada para os turistas nacionais e estrangeiros ávidos por uma fotografia exótica, são os únicos sobreviventes, as únicas testemunhas que sobraram para contar a história dessa tragédia americana que eles sabem que existiu um dia e que vitimou em massa os seus antepassados.

No século seguinte, o XVII, foi a vez das nações que habitavam o Maranhão e o Pará. Os conquistadores tinham ordens para expandir a lavoura, garantir o desempenho da indústria da cana-de-açúcar em plena efervescência e conquistar novos pastos para o gado. Assim, em nome do "progresso desejado", o Governo português, mais uma vez, colocou suas tropas em ação de combate efetivo, que atingiu também o resto do Nordeste e a região do rio São Francisco.

No século XVIII, um novo interesse estava em jogo e o ouro passou a ser a grande obsessão da metrópole portuguesa, comprometida até o "pescoço" com as dívidas que precisavam ser saldadas com a Inglaterra. Para isto, era preciso matar mais índios e desta vez liberar as Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Foi assim que os Kayapo começaram a desaparecer em Goiás e no Triângulo Mineiro e os Timbiras pagaram muito caro no Maranhão.

Os grandes massacres continuaram no século XIX com o avanço acelerado das pastagens no centro do Brasil e com a presença do gado. Os Xavantes são caçados e mais uma vez os Kayapo.

O povo indígena Yanomami, o maior das Américas que ainda mantém praticamente intactas as tradições culturais de seus antepassados, vive na Amazônia, na fronteira do Brasil com a Venezuela, numa área de florestas tropicais, lagos e montanhas que é uma das maiores reservas ecológicas do mundo. No entanto, a partir dos anos 70, essas tradições estiveram sob a ameaça de desaparecer, por força da expansão maciça da fronteira econômica da mineração.

Com a desenfreada corrida ao ouro e a outros minérios do subsolo amazônico, os Yanomami – um dos mais numerosos povos indígenas brasileiros – fi-

caram encurralados e ameaçados de genocídio. Dia após dia viram-se violentados na sua cultura milenar, submetidos à manipulação pelo Estado e cooptados pelos invasores, vítimas do avanço incontido de uma inquestionável "civilização" e de um duvidoso "desenvolvimento econômico", sinônimos de morte, de extermínio de um povo.

A delimitação oficial de seu território, em 1992, representou para as novas gerações Yanomami um novo alento na defesa e preservação de sua herança histórica e ecológica. Cabe agora à sociedade brasileira ajudá-los a responder ao duplo desafio de reconstruir sua sustentabilidade socioecológica e cultural após o contato predatório das décadas de 70 a 90, adaptando-se à conjuntura em que suas vidas se vêem inseridas mas resguardando sua capacidade de transmitir suas tradições enquanto pesam os novos parâmetros de sua realidade social.

No século XX, e até agora às vésperas da comemoração dos nossos 500 anos de descobrimento, o genocídio continua e encontra a proteção da impunidade. Tenho certeza de que é realmente chocante para os verdadeiros cidadãos deste País, Sr. Presidente Lúcio Alcântara, saberem que, no século das grandes tecnologias, ao mesmo tempo em que um foguete é lançado ao espaço, em que um minúsculo chip de um computador é capaz de armazenar milhões de informações, em que um satélite varre o espaço à procura de novas vidas e de novas realidades e um robô realiza com perfeição as tarefas de muitos operários ao mesmo tempo, um pobre índio, de madrugada, numa parada de ônibus, em plena capital do Brasil, tenha sido queimado vivo por um bando de jovens de classe média alta da nossa sociedade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, infelizmente é este o saldo de nossa evolução histórica, pautada pelo crime, pela destruição e pelo saque. Dessa maneira, não há motivos para comemorações neste "dia do índio". Deve ser, sim, um dia de tristeza, de luto e de perguntas sérias sobre os destinos da raça humana. É mais uma oportunidade que teremos para fazer uma reflexão sobre o tamanho da maldade, da perversidade e da monstruosidade que ainda existem em muitas cabeças.

Termino este pronunciamento pedindo justiça para quase 6 milhões de índios que foram exterminados pelos conquistadores brancos ao longo de toda a nossa história. Além disso, nunca podemos esquecer que o saldo desse genocídio envergonha os habitantes do mundo civilizado.

O índio Galdino merece hoje a nossa homenagem póstuma.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúcio Alcântara) – Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Benedita da Silva, Odacir Soares, Mauro Miranda, Teotônio Vilela Filho e Ernandes Amorim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>. serão atendidos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PPB-SC) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, as universidades federais brasileiras estão pedindo socorro. Para o movimento dos docentes, as universidades federais estão mesmo é agonizando. O alerta está vindo na forma de uma greve cada vez mais ampla, que está contando com a adesão de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos.

Sabemos, Srs. Senadores, quanto uma greve nas universidades é prejudicial para a formação acadêmica e profissional de nossa juventude. É lamentável que ocorram paralisações em qualquer âmbito de ensino, dada a importância que se atribui à educação no contexto das rápidas transformações por que passa o mundo neste final de milênio.

Mas entendemos também que a greve pode vir a ser um instrumento eficaz para ser fazer ouvir a voz de uma instituição que reclama de sucateamento há tanto tempo. Instrumento a que se deve apelar em último caso, porque doloroso e desgastante. Reclama o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES que o Governo vem mantendo uma postura de ouvidos surdos diante das denúncias da comunidade universitária, que insistentemente têm destacado o desmonte a que vem sendo submetida a universidade pública brasileira.

Em carta informativa enviada aos membros do Congresso Nacional, com data de 23 de março último, assim se expressa o Sindicato dos Docentes: "A redução na contratação do quadro funcional e o desmonte da carreira do magistério, pela precarização das relações de trabalho e a não abertura de concursos, são exemplos concretos do trato que vem sendo dispensado às universidades".

A esse quadro, soma-se o arrocho salarial imposto a toda a categoria dos servidores públicos, que vai completando 3 anos e 4 meses. O aviltamento dos salários no ensino superior chegou a tal ponto que as vagas abertas por professores que abandonam a carreira e por outros que se aposentam ficam sem serem preenchidas, por absoluta falta de candidatos. Em algumas universidades federais,

cursos já foram extintos e muitas disciplinas deixaram de ser oferecidas por falta de professores.

Circula inclusive uma anedota pela Internet, que me permito reproduzir no momento, como ilustração para o quadro desesperador dos salários dos docentes. Consta que um amigo acercou-se de um alto funcionário do Governo e lhe fez a interpelação: "Quero um emprego para meu filho, mas que ele tenha de trabalhar muito e ganhe apenas dois mil reais por mês." O funcionário, sem pestanejar, lhe respondeu: "Aí fica difícil, porque ele vai ter que fazer graduação, mestrado e doutorado!"

Humorismo à parte, Sr. Presidente, a verdade é que é impossível manter os quadros da universidade se não forem oferecidas aos docentes condições adequadas de trabalho e dignidade salarial. Particularmente num momento em que há grande ofensiva das instituições particulares de ensino em oferecer salários altamente compensadores para atrair professores doutores e titulares das universidades públicas, e, dessa maneira, qualificar seus programas de pós-graduação para obter verbas públicas na área de fomento à pesquisa. Há quem veja no procedimento de sucatear as universidades públicas uma tática para a privatização e para o ensino superior pago.

A gota d'água que levou a comunidade universitária a apelar para a greve foi o anúncio do Programa de Incentivo à Docência – PID, com o qual o governo acenou com um reajuste para os professores que atuassem na graduação. Avaliado por docentes e reitores como inadequado, equivocado e incapaz de responder à demanda salarial da categoria, o Programa foi rejeitado majoritariamente, com o respaldo dos órgãos colegiados e Conselhos Superiores das universidades.

Em greve desde o último dia 31 de março por tempo indeterminado, o movimento universitário quer o imediato atendimento desses quatro pontos: 1) reajuste salarial emergencial de 48,65%; 2) compromisso de não redução dos quadros funcionais; 3) ampliação das vagas e abertura de concursos; 4) retirada da medida provisória que criou o PID.

No reconhecido quadro de debilidade de nossa universidade pública, é forçoso admitir que esses pontos pleiteados pelo movimento têm procedência e devem ser atendidos com urgência, como medida de salvação de um doente já transferido para a UTI.

A falência das universidades federais públicas não provoca apenas a deterioração da qualidade do ensino superior. Seu dano é mais amplo e mais deletério: desmonta o sistema de pesquisa e de avanço do conhecimento no Brasil, sem o qual o País fica

irremediavelmente para trás, na total dependência científica e tecnológica dos países centrais, cujos dirigentes tiveram o descortino e lucidez de fortalecer, no devido tempo, suas universidades e seus institutos de ensino superior e de pesquisa.

Esta Casa, que tem tantos representantes oriundos da docência em universidades, não pode permanecer passiva diante do grito de socorro que nos enviam desesperadamente as universidades federais. Não fosse por isso, deveríamos nos mobilizar pelas gerações de jovens que aguardam formação no ensino superior público, pela preservação dos vínculos indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão, pela continuidade no avanço do conhecimento científico e tecnológico, enfim, pela soberania de um País que não pode se submeter a recomendações duvidosas de instituições internacionais, como o Banco Mundial, tendentes a subtrair do Estado a responsabilidade pela manutenção do ensino universitário.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ)**

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, comemoramos, hoje, 30 de abril, o Dia Nacional da Mulher, mais uma oportunidade para chamar a atenção de autoridades e opinião pública sobre as condições das mulheres e sua situação na sociedade. Registramos, também nesta data, o transcurso do 10º aniversário do Instituto da Mulher Negra – Geledés, pois nada mais oportuno do que, no dia de hoje, reverenciar a memória das mulheres brasileiras celebrando a criação de uma organização não governamental de defesa dos direitos das mulheres da mais alta importância para o movimento popular brasileiro.

O Geledés foi criado em 30 de abril de 1988 e essa denominação – "Geledés" – significa uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso, existente nas sociedades tradicionais africanas, que expressam o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade. O culto Geledés visa apaziguar e reverenciar as mães ancestrais para assegurar o equilíbrio do mundo.

Inspirado nesta tradição e na perspectiva de atualizá-la à luz das necessidades contemporâneas das mulheres negras, concebeu-se uma organização política de mulheres negras – o Geledés – que tem por missão institucional o combate ao racismo, ao sexismo e a valorização e promoção das mulheres negras em particular e da comunidade negra no geral.

Enfrenta, de frente o problema da marginalização dos jovens negros com programas eficazes de

fortalecimento da auto-estima, de formação política e profissional e com projetos culturais de reconhecido sucesso, como é o caso do Projeto Rappers/Programa de Capacitação e Profissionalização. Combate o racismo e a discriminação racial atendendo pessoas vítimas dessas práticas sociais, acionando juridicamente empresas e veículos de comunicação flagrados em atos de preconceito e discriminação racial.

Combate o abuso de poder, condenando policiais militares por homicídio, médicos por atos de negligência, atendemos às famílias de presos mortos no massacre do Carandiru, promovendo a indenização de vítimas de racismo e violência sexual.

Na área da saúde, o Geledés luta pelos direitos das vítimas de doenças como a AIDS e promove a formulação de políticas públicas específicas para o atendimento de doenças genéticas ou de maior incidência na população negra.

O seu Núcleo de Educação e Formação Política da entidade vem desenvolvendo as seguintes atividades:

Sistematizar todo conhecimento e experiência produzidos pelo Geledés em seus 10 anos de existência, colocando-os à disposição do movimento social, através de cursos e outras atividades de formação;

Subsidiar professores(as) para a discussão e o trabalho com relações raciais e de gênero na instituição escolar, tendo como eixo a discussão do racismo e a escola enquanto espaço sócio-cultural, onde os sujeitos envolvidos no processo educativo fazem dialogar as suas identidades;

Problematizar os rituais pedagógicos, conteúdos de livros didáticos e posturas pedagógicas que reproduzem o racismo e a discriminação racial, bem como contribuir para a reprodução de papéis socialmente construídos para mulheres e homens e as várias etnias;

Contribuir para a construção de novos sujeitos políticos na escola, através do fomento das discussões e necessidades levantadas pelos estudantes, especialmente negro, politizando-as e tentando propor encaminhamentos e soluções para que a escola compreenda a diversidade étnico-cultural em seu interior;

Estabelecer parcerias com o movimento social, no sentido de formar lideranças capazes de fazer os recortes raciais e de gênero em todas as suas discussões e atividades;

Contribuir para a produção do conhecimento na área da educação a partir da inserção das categorias raça e gênero, quer através da sistematização e análise crítica da produção já existente, quer através da pesquisa inovadora;

Convergir toda a ação e acúmulo das diferentes atividades do Núcleo de Educação e Formação Política, para subsidiar na assessoria e administrações de todos os níveis de formulação de políticas públicas que tenham como eixo de intervenção as necessidades educacionais de alunos(as) negros.

Desencadeando a estratégia de dar visibilidade ao problema racial em nosso país, sensibilizando governos e sociedade para a discussão da exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo, o Geledés tomou-se referência para outras ONGs do Brasil e da América Latina.

Nesses 10 anos de existência impulsionou o debate político sobre a necessidade de adoção de políticas públicas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos e levantou o debate sobre a problemática da mulher negra como um aspecto fundamental da temática de gênero em nossa sociedade.

O Geledés comemora seu aniversário de 10 anos com uma semana de debates e eventos culturais na cidade de São Paulo no período de 27 de abril a 03 de maio próximo. É um momento de júbilo e de avaliação da trajetória percorrida nesta década. Um ciclo foi cumprido e nele grandes tarefas foram e continuam a ser realizadas, contribuindo para o avanço da discussão racial e de gênero na sociedade brasileira.

Por essas razões comemoramos, nesse 30 de abril, 10 anos de significativas vitórias e grandes batalhas do Instituto da Mulher Negra – Geledés..

**O SR. ODACIR SOARES (PTB-RO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, dizer que a universidade pública brasileira vive um momento difícil é afirmar o óbvio. No entanto, não são tão óbvias, nem tão facilmente identificáveis as razões da crise; uma crise que efetivamente existe.

A universidade encontra-se enclausurada entre duas visões contrastantes, polarizadas, fortemente prevenidas, o que dificulta grandemente o estabelecimento de um diálogo construtivo. A questão, por um lado, não é encarada dentro de um prisma institucional, tendo por horizonte um projeto de universidade para a sociedade de hoje e de amanhã. Movimentam-se e defendem-se idéias, de acordo com in-

teresses predominantemente restritos. Por outro, há enorme dificuldade de conceber, difundir e justificar programas e metas.

É também constatação inegável que a universidade em si mesma tem enorme dificuldade de reformar-se. Gasta muito e mal os recursos e está prisioneira de tendências e interesses que a impedem de perceber e encaminhar mudanças capazes de solucionar os novos desafios. Em um contexto assim, muito dificilmente haverá condições para implementar as iniciativas necessárias ao enfrentamento da situação. Em grande medida também, tais iniciativas dependem do papel que for definido para o Estado moderno, no que diz respeito à educação.

Existem também setores e grupos ligados à representação universitária, mas que não se limitam à representação profissional. Avançam para além dessas atribuições. Por esses setores e grupos, o governo é visto como força que optou pela asfixia da universidade, mediante contenção de recursos, movido por uma ótica tecnocrática que lhe suprime a capacidade de se dar conta dos problemas pelos quais passa o ensino superior no Brasil.

Essa atitude tem-se manifestado não apenas em segmentos ligados diretamente aos sindicatos, mas é assumida também por pessoas que possuem concepção mais ampla do papel da universidade.

Num contexto assim caracterizado, a problemática perde ou simplesmente não adquire a necessária tensão transformadora, embota-se a criatividade e o percalço agiganta-se.

Essas dicotomias anulam e inviabilizam o caminho das possíveis lideranças com potencial para projetar encaminhamentos renovadores e obrigam o Estado, por força dos instrumentos de que dispõe, entre os quais o controle dos recursos, a ser o único tomador de decisões. Esse fato, porém, impossibilita o desenvolvimento de uma mais nova e ampla concepção do ensino superior no País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil às vésperas do século XXI, convive com extraordinárias inovações, inovações que marcam os dias presentes com características de fascinante contemporaneidade. Vive-se uma época de desafios e paradoxos, de extrema velocidade, a época da instantaneidade.

Apesar disso, a questão da universidade tem-se arrastado roneiramente, prolongando a vida de um modelo há muito superado. Não se vêem, não se sentem avanços, instalando-se uma impressão de que ainda se encontram em plena vigência os princípios que assinalaram a gênese da universidade no longínquo século XI.

A universidade brasileira é nova. Nasceu em 1934, quando foi criada a de São Paulo. Não é compreensível, portanto, que seja tão vagarosa quando está em jogo a sua atualização aos novos tempos.

A greve em curso dos professores universitários tem como principal motivo os baixos salários. Efetivamente, considerando-se os requisitos necessários à formação, inclusive no que se refere à indispensável necessidade de atualização e à relevância da função, como bem afirmou o Ministro Paulo Renato, os salários são baixos, extremamente inadequados.

É verdade, muitos professores têm acesso a bolsas de pesquisa ou a complementações salariais decorrentes de convênios e de contratos, mas a grande maioria não tem acesso a esses ganhos complementares e vive situações constrangedoras. Mas também não resta dúvida de que convênios e bolsas não podem constituir mecanismo rotineiro de aumento salarial. O salário deve ser decorrência de uma acertada política de remuneração do pessoal docente.

A questão salarial, portanto exige debate, requer acertos, clama por adequação. Mas não é o único problema a pedir reforma.

O Regime Jurídico Único é um dos instrumentos inibidores da ação da universidade pública, pois vincula o aumento salarial ao princípio da isonomia, independentemente da instituição, da área de conhecimento ou da região em que atuam os professores e centraliza na União toda iniciativa nesse campo.

Segundo informações publicadas pelo Ministério da Educação, em 1997, as universidades públicas gastaram 3 bilhões e 200 milhões de reais com a folha de pagamento do pessoal ativo e 1 bilhão e 500 milhões com os inativos, totalizando 4 bilhões e 700 milhões de reais.

Compreende-se que qualquer reajuste a ser dado, com o alcance determinado pelo Regime Jurídico Único, aumentaria de modo significativo esses valores, gravando ainda mais as já restritas disponibilidades da União.

Outras questões de ordem estrutural estão a exigir impostergável e corajoso exame. É de todos sabido, por exemplo, que no sistema ocorrem notórios desperdícios; há excesso de professores e funcionários em relação ao número de alunos; pouca atenção é dada aos alunos de graduação, caracterizada de modo especial na falta de professores mais qualificados, na inexistência de laboratórios adequados e no baixo nível de exigência acadêmica para os matriculados.

Há exceções, é certo, mas o conjunto do sistema é perdulário, provocando custos incompatíveis com a realidade do País e em contraste com os rigores exigíveis na administração pública.

O País precisa, por outro lado, ampliar as vagas no ensino superior. Não pode continuar com percentuais de inscritos nesse grau inferiores em relação a nações que se encontram no mesmo patamar de desenvolvimento.

Entre os países da América Latina, o Brasil tem um dos mais baixos índices de acesso à universidade, inclusive levando em conta o setor particular. De acordo com dados contidos no Plano Nacional de Educação de 1998, proposta encaminhada ao Congresso Nacional, "a percentagem de matriculados no ensino superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se muito desfavoravelmente com os índices da Argentina (40%), do Chile (20,6%), da Venezuela (26%) e mesmo da Bolívia (20,6%).

Esses dados desvendam a extensão do caminho a ser feito para anular a desvantagem, sobretudo, em face das necessidades do País, de modo especial no campo do desenvolvimento industrial e tecnológico alcançado.

Atualmente, o número de vagas oferecidas ainda se encontra em patamares razoáveis, considerando que para cada vaga há uma média de 1,3 estudantes saídos do ensino médio. Na medida, porém, em que o estrangulamento representado pela repetência e pela evasão do ensino fundamental for solucionado, a tendência será de forte aumento da demanda, realidade, aliás, que já começa a se materializar.

Hoje, as universidades federais ministram 1 mil e 636 cursos de graduação, atendendo a cerca de 390 mil alunos. Nelas trabalham 53 mil professores, com uma média de 7,3 alunos por professor. No País, existem em andamento 1 mil e 277 cursos de mestrado e 677 de doutorado. Nestes, há 24 mil alunos inscritos. Nos cursos de mestrado, 47 mil. Deve-se observar que o setor público é responsável por 90% dos cursos de doutorado e de mestrado no Brasil.

A expansão das vagas no ensino superior de graduação não pode dar-se somente pelo aumento do segmento privado, na atualidade responsável por 60% delas. É preciso também abrir mais vagas nas universidades públicas, especialmente as direcionadas para a pesquisa. Essas ainda constituem predominantemente responsabilidade do Estado, por serem o suporte necessário ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País.

A questão do custo *per capita* do estudante brasileiro na universidade pública é outro gargalo que requer equacionamento. O custo do universitário brasileiro é exageradamente alto, de duas a quatro vezes mais se comparado com os gastos nos demais países latino-americanos e superior ao custo praticado em muitos países desenvolvidos. A diminuição desse custo, aliada a uma competente racionalização dos financiamentos, permitirá aumentar o número de vagas disponíveis sem aporte adicional de recursos.

Uma efetiva autonomia das universidades constitui também uma meta a perseguir. Por sua vez, a autonomia administrativa viabilizará a autonomia didática e científica e é pré-requisito para a introdução de novos modelos de gestão financeira e patrimonial. Os recursos financeiros e patrimoniais passarão a ser bens institucionais, provocando uma utilização mais criteriosa, com destinação certa e maior responsabilidade diante da finalidade pública que orienta a existência da instituição. Com autonomia, as universidades terão maior produtividade, reduzindo custos, ganhando em eficiência, em produção científica, em número de títulos e em atividades de extensão universitária.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em síntese, a universidade brasileira vive momentos difíceis, momentos críticos. É preciso não deixá-la perder a força da criatividade, é preciso recuperar-lhe as forças porventura já amortecidas, no horizonte de uma visão clara do papel que lhe está reservado no processo de desenvolvimento sustentado do Brasil.

A crise existe, mas existe para ser vencida. E é preciso superá-la não por meio de uma revolução passiva que instaura o novo ao lado da manutenção do arcaico. A reforma precisa ser uma reforma democrática, fruto de tensão inovadora, de radicalidade criadora. Nesse campo, o Estado tem papel insubstituível, de modo particular em um país como o Brasil em que ainda subsistem enormes desigualdades e inaceitável pobreza para grande parte dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, numa demonstração inequívoca de que a sociedade civil em nosso País está, a cada dia, mais madura e preparada para vencer os desafios que se lhe interpõem, reuniram-se, em setembro do ano passado, os presidentes das federações de indústrias dos Estados do Centro-Oeste e de três Estados do Norte, com o objetivo de instituir o Mercoeste.

Formado pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre e Rondônia, o Mercoeste quer tornar-se um grande foro em prol do desenvolvimento da região oeste, área compreendida pelas 7 Unidades da Federação mencionadas. Para isso, o Mercoeste será o **locus** do encontro das lideranças da sociedade civil e da representação política dessas Unidades, as quais, num esforço coordenado, traçarão os rumos, o projeto do desenvolvimento regional pretendido e tratarão de viabilizá-lo junto ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e às instituições nacionais e internacionais de crédito.

É de conhecimento geral que, hoje, a denominada região oeste é talvez a área mais dinâmica e de crescimento mais rápido do País, principalmente em função da expansão da fronteira agrícola que se verifica em suas terras. Ainda carente de infra-estrutura adequada, a região tem-se destacada em relação à produtividade alcançada tanto na lavoura, propícia à mecanização em função do relevo plano, quanto na pecuária. Infelizmente, esse esforço produtivo continua sendo estiolado pela infra-estrutura precária, mormente de transporte.

Com imensa vontade de superar tais constrangimentos, o grupo fundador do Mercoeste propôs-se, de forma imediata e preliminar, a promover as seguintes ações concretas:

- Constituição de grupo técnico para elaboração de proposta de desenvolvimento da região oeste;
- Articulação com a Secretaria de Políticas Regionais do Governo Federal para, em conjunto, elaborar propostas de desenvolvimento a serem debatidas em um grande seminário do Mercoeste, a ser realizado na segunda quinzena de outubro, aqui no Senado Federal;
- Articulação e mobilização das lideranças políticas do Distrito Federal e dos Estados mencionados em favor da liberação dos recursos federais já destinados à região pelo Orçamento Geral da União e pelo Plano Plurianual, bem como por programas, projetos e atividades do Governo Federal previstos e em execução.
- Articulação com os Governos das Unidades da Federação associadas, no sentido de garantir contrapartidas estaduais a esse grande esforço de desenvolvimento; e
- Organização de um Comitê Dirigente do Grupo dos Sete, que será o braço executivo do Mercoeste.

Assim, a sociedade civil, preliminarmente representada por suas lideranças empresariais, mani-

festa profundo interesse no desenvolvimento de sua região, passando, sem demora, das intenções às medidas práticas para implementá-las. Este Senador, como entusiasta de primeira hora dessa iniciativa, há de acompanhar de perto e de cobrar agilidade ao recém-instituído Mercoeste.

Parabéns aos presidentes das federações das indústrias de Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre!

Todo o povo dessa região aguarda com ansiedade e com confiança os resultados positivos, para seu desenvolvimento e para a melhoria de seus padrões de vida, que certamente não tardarão em seguir da instituição do Mercoeste.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL)**

— Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup>. e Srs. Senadores, Vivendo um momento difícil, com o flagelo impiedoso da seca voltando a castigar seus filhos mais sofridos, o nordeste recebeu com preocupação a notícia do pedido de demissão do General Newton Moreira Rodrigues do cargo de Superintendente da Sudene.

O desempenho brilhante do General à frente daquela instituição, resgatando a missão e a função institucional do órgão, bem como sua respeitabilidade política diante da opinião pública nordestina e nacional, coaduna-se perfeitamente com os propósitos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que reconhece a eficiência, a lisura e os resultados 100% positivos da administração Newton Moreira Rodrigues na Sudene.

Daí, a surpresa e a apreensão geradas pelo pedido de demissão do General no Governo, no presidente e em todas as lideranças efetivamente preocupadas com o desenvolvimento do nordeste e o bem estar do seu seu povo.

O General Newton Moreira Rodrigues comandou a Sudene por quatro anos e quatro meses. Nomeado pelo Presidente Itamar Franco e mantido no posto pelo Presidente Fernando Henrique, teve uma missão objetiva mas muito difícil: recuperar a credibilidade da instituição, dando eficiência às suas atividades e modernizando sua estrutura.

Agora, quando ele se retira por iniciativa própria, nossa apreensão só vem a ser contida pela constatação de que o General Newton conseguiu o objetivo, cumpriu sua missão com mérito, e, se leva com ele as motivações pessoais que o fazem renunciar ao cargo que honrou e valorizou, deixa para o Brasil e para o Nordeste uma Sudene renovada, reanimada funcionalmente, acreditada pelo público e preparada para uma nova quadra de sua história.



Sim, é hora da Sudene agregar poderes e recursos para combater a seca com medidas urgentes e, sobretudo, com ações definitivas, com investimentos que gerem trabalho e produção no Nordeste, pagando ao sertanejo uma dívida secular que envergonha a todos os brasileiros.

E a Sudene está pronta para isso, para receber os meios e cumprir a missão que lhe atribuiu Celso Furtado e Juscelino Kubistchek, porque o General Newton Moreira Rodrigues lhe resgatou do descrédito, baniu da sua órbita os favores oficiais e lhe deu o lastro moral para que hoje afirme: — acabou a indústria da seca; é chegada a hora de promover o progresso no Nordeste brasileiro.

A Administração do General Newton revitalizou o finor. De pouco mais de 204 milhões orçados em 1993, o finor cresceu progressivamente, ano a ano, chegando a atingir em 1997 um orçamento de mais de 430 milhões de reais, o segundo maior de toda a sua história.

Tão importante quanto essas cifras, é a constatação da correta aplicação dos recursos, a certeza de investimentos efetivamente realizados, graças a adoção de critérios objetivos, transparentes e impessoais para a liberação de recursos.

De fato, 1997 foi o ano da consolidação das mudanças promovidas pelo General Newton na Sudene. Consolidação que se reflete nos resultados práticos do Finor, que neste ano passado implantou um projeto a cada três dias, gerando emprego e renda para os nordestinos, considerando os quatro anos da gestão do General, essa média mantém a excelente marca de um projeto implantado a cada quatro dias, totalizando trezentos e cinquenta e dois projetos.

Nesse período a Sudene também retomou a preocupação com o planejamento regional, do que resultaram documentos básicos fundamentais à reorganização do modelo econômico praticado no Nordeste, tais como: Nordeste \_ Cidadania e Desenvolvimento, Pacto Nordeste, Nordeste em números e estudo dos agregados econômicos regionais.

O General Newton colocou a Sudene de volta ao centro das discussões das políticas públicas para a região, contribuindo com sucesso para realizações importantes, como as obtidas a partir da criação dos grupos de articulação e negociação, a exemplo da viabilização da privatização da malha nordeste da Rede Ferroviária Federal e a conseqüente ativação da Transnordestina; revitalização do plantio de algodão; capacitação de administrações municipais e o Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata do Nordeste.

Foram tantas e tão amplas as realizações do General Newton Moreira Rodrigues à frente da Su-

dene, que a própria instituição lhe fará justiça, registrando e reconhecendo suas ações, mas todo o Nordeste lhe é grato por este trabalho e a Nação fica lhe devendo o reconhecimento de grande brasileiro que provou ser.

Preocupado com o que poderia representar a saída do General Newton Moreira Rodrigues do comando da Sudene, o Presidente Fernando Henrique Cardoso empenhou-se pessoalmente na identificação, difícil, de um substituto que pudesse garantir a continuidade do seu trabalho, sem prejuízo do já realizado.

Ao anunciar o nome do executivo alagoano Sérgio Moreira, o Presidente Fernando Henrique afirma ao Nordeste e ao Brasil que a filosofia de mudanças com seriedade do General Newton, continuam norteando a Sudene.

É uma solução doméstica, interna, realizada dentro do próprio Governo, sem disputa, sem apelos e sem vaidades. Sérgio Moreira, inclusive, é primo do General Newton e seu amigo dileto. São, ambos, filhos ilustres da pequenina cidade de Capela, plantada na Mata Alagoana, à margem do rio Paraíba, mantendo com minha Viçosa um laço permanente de cultura e civismo, feito de terra e de água, de amizade e confiança.

Em nome do meu Estado, do Nordeste e de todos os brasileiros solidários com minha região, agradeço ao General Newton Moreira Rodrigues por tudo que fez na Sudene, pelos relevantes serviços prestados ao Governo do Presidente Fernando Henrique e pela certeza de que seu espírito feito de civismo e sua formação voltada para bem servir, o mantém de prontidão pelas boas causas brasileiras.

Muito obrigado.

**O SR. ERNANDES AMORIM (PPB - RO) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores,** Em fevereiro de 1995 o Banco do Estado de Rondônia - BERON, apresentava prejuízos de 27 milhões de reais; sua necessidade de caixa era de 36 milhões; e um aporte de capital da ordem de 11 milhões poderia equilibrar sua situação.

Mas ao invés de capitalizar o banco com 15 milhões de reais, conforme previsto no orçamento do Estado, o governador recém eleito preferiu anular a dotação orçamentária para pagar reajustes ilegais a empreiteiras que colaboraram com sua campanha, e entregou o Beron ao Regime de Administração Especial Temporária do Banco Central.

Desde então as dívidas do Beron aumentaram, e ao final de 1997 uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa do Estado con-



cluiu pela responsabilidade do Banco Central no agravamento da situação financeira do Beron.

Agora, passados 3 anos, objetivando o saneamento da instituição para posterior privatização, o Banco Central encaminha à apreciação do Senado, uma solicitação do Governo de Rondônia pedindo abertura de crédito de 502 milhões de reais.

Para esclarecer, requeri informações sobre as providências adotadas em relação ao relatório final da CPI, encaminhado em novembro pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Presidente da República, e ao Ministro da Fazenda.

Conforme o Ofício S/30 que tramita nesta Casa, o crédito solicitado deverá ser resgatado em 30 anos, com juros de 6% ao ano. Assim, ao final da intervenção do Banco Central, a conta de 27 milhões será de 1 bilhão e 400 milhões de reais.

Pretendem retirar este dinheiro em sangrias mensais de 3 milhões e 800 mil reais, o que corresponde a 9% da receita líquida real do Estado, que não chega a média de 44 milhões de reais.

Por mês são 40 km de estradas asfaltadas, ou 10 salas de aula que não serão construídas. Ou 4 mil casas de sem terras e sem tetos em assentamentos do Incra.

No total, com estes valores, 225 mil famílias de agricultores poderiam ser financiadas, por um ano inteiro, nos moldes do Proterra.

Todo este saque objetiva engordar a agiotagem da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, e do próprio Banco Central. Estes são os credores do endividamento havido com taxas acima do mercado, durante o Regime de Administração Especial Temporária.

Também, desta forma, evitam a extinção do Banco para possibilitar sua venda ao Banco Rural de Minas Gerais, por 10 milhões de reais, que segundo informações que recebemos, já teria assegurado empréstimos de 100 milhões de reais do BNDES para o funcionamento da nova instituição financeira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, isto tem nome, chama-se bandalheira.

Eu não fui eleito senador para aprovar este tipo de coisa.

Acredito que também Vossa Excelência e os demais membros desta Casa, conhecendo que se trata de uma negociata que vai penalizar o sofrido de meu Estado, não concordam com esta operação.

Se poderia dizer que também em outros Estados o poder público arca com os custos do saneamento de suas instituições financeiras para a privatização.

Mas no caso de Rondônia os prejuízos faram acumulados sob gestão do Banco Central.

Verifiquei as informações constantes do Relatório da CPI da Assembléia, e também constatei que não se cumpriu os procedimentos ditados ao Regime de Administração Especial Temporária, estabelecido no Decreto lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987.

Então requeri as informações, e informei destes requerimentos à Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas interessados na operação apresentaram os interesses de servidores desejosos dos benefícios de um Programa de Demissão Incentivada, alegando que o prazo do Regime de Administração Especial Temporária estava xpirando em prejuízo destes servidores, e que a abertura do crédito assegurava sua continuidade.

Então, em minha ausência, antes que a Mesa deliberasse sobre os requerimentos de informação que solicitei para esclarecer, a matéria foi submetida ao plenário.

Aprovou-se a Resolução nº 27, que autoriza a abertura do crédito conforme contrato cuja eficácia depende da aprovação de outro contrato, que tramita através do Ofício S/30, relativo ao refinanciamento da dívida do Estado de Rondônia.

Assim, Sr. Presidente, na apreciação deste segundo contrato resta oportunidade de correção do primeiro, de forma que se deduza do saldo da dívida o passivo havido durante a gestão do Banco Central.

Este é o nosso pensamento.

O Estado fica responsável pelo passivo realizado sob sua gestão.

O Banco Central fica responsável pelo passivo realizado em sua gestão.

As despesas trabalhistas decorrentes da liquidação, ou relacionadas ao Plano de Demissão Incentivada em seu saneamento, são debitadas ao Estado, conforme autorização da Assembléia Legislativa para a abertura de crédito nesta finalidade.

Convém ressaltar que a Assembléia Legislativa aprovou o endividamento necessário ao Plano de Demissão Incentivada, não à cobertura do passivo havido durante a gestão do Banco Central.

Senhor Presidente, o Regime de Administração Especial Temporária ao qual o Beron foi submetido não é regido a sabor da vontade discricionária.

Existe um diploma legal sobre esta matéria, o Decreto – Lei nº 2.321 de 1987, que foi recepcionado como lei complementar na constituição de 1988, ainda vigente.

Seu art. 9º dispõe que uma vez decretado o Regime de Administração Especial Temporária, o Banco Central está autorizado a utilizar recursos da Reserva Monetária para o saneamento econômico-financeiro da instituição.

O parágrafo do artigo acrescenta que se estes recursos não forem suficientes – o que ocorre porque a Reserva Monetária foi extinta; o Banco Central adianta-

rá os valores, e o adiantamento constará da proposta da lei orçamentária do exercício subsequente.

Este mesmo decreto-lei prevê que o ressarcimento dos valores ao Banco Central se dará com a cessão e transferência dos créditos, direitos e ações da instituição beneficiada. Podendo chegar até a apropriação de suas ações por valor simbólico.

Também salienta que se aplicam os dispositivos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, que trata da liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Mas, Sr. Presidente no caso de Rondonia, nada disto aconteceu.

Permitiram que o Beron continuasse operando com déficit, sem ao menos cobrir suas despesas; e buscaram os recursos para as necessidades de caixa emprestados nas mais altas taxas do mercado, junto a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, e o próprio Banco Central.

Também resta examinar a forma pela qual a matéria tramitou.

Na verdade, cabe à Comissão de Constituição e Justiça examinar esta questão.

Trata-se de solicitação de abertura de crédito que alega cumprimento da Resolução nº 70 de 1995 e da Resolução nº 12 de 1997.

Mas o objeto do crédito é a aquisição de ativos de instituição financeira pública com vistas seu saneamento e privatização.

Acontece que não consta que a abertura de crédito para esta finalidade esteja entre os créditos previstos no Programa de Ajuste Fiscal e Financeiro dos Estados que foi aprovado através do Voto 162 de novembro de 1995, do Conselho Monetário Nacional.

Mas o que exatamente constitui o passivo do Beron?

Qual era, e qual é sua composição? Quem são os credores?

Qual a natureza do ativo que se pretende adquirir com 502 milhões de reais em títulos de dívida pública conforme solicitado?

O que é? Que bens, direitos e créditos constituem este ativo? Qual o valor real?

Por outro lado, quanto ao Regime de Administração Especial Temporária, não precisaríamos de conhecer a fundamentação da prévia e expressa autorização do Banco Central para a venda dos ativos do Beron, conforme determina o parágrafo 3º, do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.321 de 25 de fevereiro de 1987?

Esta expressa autorização foi emitida? Se foi, porque não foi juntada na solicitação da abertura do crédito?

Também não precisaríamos do balanço geral levantado pelo interventor logo que assumiu a função, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 6.024 de 1974?

E a cópia do relatório com o exame da escrituração, da aplicação dos fundos e disponibilidades, e da situação econômico-financeiro da instituição, que

está previsto no art. 11 da mesma lei? Por que também não foi encaminhado para avaliação da Administração Especial Temporária?

A vista este relatório – se foi elaborado; ou eventual proposta do interventor, o que foi decidido pelo Banco Central conforme o art. 12, e qual a fundamentação desta decisão?

Quais as consequências da alternativa liquidação extrajudicial?

Porque a alternativa da liquidação extrajudicial não é apresentada?

Verifica-se portanto, Senhor Presidente, que existem pendentes uma série de questões a serem esclarecidas para o financiamento do crédito aberto através da Resolução nº 27.

Este financiamento é previsto na cláusula 19ª do contrato encaminhado para apreciação através do Ofício S/30 de 1998.

Assim, para esclarecer a matéria, além das informações já requeridas ao Chefe da Casa Civil, e ao Ministro da Fazenda sobre as providências adotadas perante o Relatório da CPI da Assembléia Legislativa, eu estou solicitando novas informações ao Ministério da Fazenda.

Quero alertar que também estou requerendo que nos termos regimentais, a matéria constante do Ofício S/30, de 1998, permaneça sobrestada até a resposta destes requerimentos.

Além disto, para esclarecer o restante do conteúdo do Ofício S/30, também estou requerendo informações sobre as operações ARO que se pretende financiar consoante o item II da cláusula primeira daquele contrato, pois até 31 de dezembro de 1994 não havia qualquer operação de Antecipação da Receita no Estado.

Por fim, a vista relatório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia que aponta o desconhecimento do Estado sobre suas dívidas, solicito ainda informação sobre o montante e natureza destas dívidas, com especificação daquelas passíveis de refinanciamento ao amparo da Resolução nº 70 de 1995, alterada pela Resolução nº 12 de 1997.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara)** – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.)*

## REPUBLICAÇÃO

Discurso pronunciado pelo Senador Humberto Lucena na sessão do dia 5-2-98, publicado no **Diário do Senado Federal** do dia imediato e republicado no **Diário do Senado** do dia 11-2-98, que se republica para fazer constar a tradução para o português de documento em inglês que integra o referido pronunciamento:

**O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB - PB.**  
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, há dias estou para abordar o assunto que me traz à tribuna, por uma questão indeclinável de dever parlamentar.

Foi uma honra para nós acompanhar os trabalhos da 52ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, particularmente compreendidos no período de 1º a 17 de dezembro deste ano, por designação do Senhor Presidente da República para compor a Delegação do Brasil, atendendo à indicação do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Inicialmente, fazemos questão de exaltar o excelente trabalho de comando e coordenação da Delegação do Brasil junto à ONU, desenvolvido pelo Embaixador Celso Luiz Nunes de Amorim, Embaixador Chefe da Missão do Brasil, que tão relevantes serviços já prestou à diplomacia brasileira, destacando-se, de modo especial, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no Governo José Sarney.

S. Ex<sup>a</sup> nos dispensou toda atenção como Observadores Parlamentares, realizando reuniões de trabalho, para expor e discutir conosco, na sede da Missão do Brasil na ONU, os temas que suscitaram maior interesse do Brasil na Assembleia-Geral, a fim de que pudéssemos acompanhar de perto o desenrolar das atividades de tão importante conclave, nas comissões técnicas e no próprio plenário.

Visto assim, de um modo mais geral, não podemos deixar de sentir certa frustração, sobretudo diante da repetição anual dos debates em torno dos principais temas constantes da agenda dos trabalhos da ONU (comissões e plenário), cuja solução final leva anos e anos para se conhecer e, mesmo assim, em termos de meras recomendações.

Entretanto, ninguém pode negar o imenso diálogo de bastidores, mantido, diariamente, nos mais diversos setores da Assembleia-Geral, sobre-

tudo com o superior propósito de superar conflitos, conjurando, assim, o desdobramento de graves crises que poderiam trazer novas e graves tensões ao panorama internacional, às vezes até de forma apenas localizada.

Aproveitamos o ensejo, Sr. Presidente, após a leitura do noticiário de hoje, para lançar daqui o nosso veemente protesto contra as inoportunas declarações do Presidente da Rússia, Boris Yeltsin, no sentido de que a interferência americana, no que tange ao bloqueio econômico do Iraque, poderia nos levar à Terceira Guerra.

Sr. Presidente, não é hora de falar em guerra: é hora de falar em paz, em desenvolvimento, em justiça social.

Mais adiante, porém – voltando ao problema da ONU -, chamaremos a atenção para alguns aspectos da maior relevância no contexto geral do desenvolvimento e da paz.

Mas, como afirmávamos, nessa fase, alguns dos temas que suscitaram novos interesses do Brasil na Assembleia Geral (AGNU) foram:

I – Reforma das Nações Unidas: a Assembleia-Geral adotou, em novembro, projeto de resolução aprovando a implementação, dentro dos parâmetros específicos, das "ações" propostas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), Kofi Annan, no relatório "Renovar as Nações Unidas: propostas para reforma" (Rene Wing, "the United Nations proposes for reform"), de 16.07.1997, em áreas sob sua competência direta. Durante o processo negociador, o Brasil e a Noruega desempenharam, a convite do Presidente da Assembleia Geral, em processo que, dada a sua complexidade e natureza das questões envolvidas, deverá estender-se no médio prazo.

II – A Primeira Comissão (assuntos políticos) aprovou projeto de resolução sobre minas terrestres, que exortou toda a comunidade internacional e assina a Convenção sobre Proscrição de Minas Terrestres. O Brasil co-patrocinou o referido projeto de resolução e esteve entre os signatários da Con-

venção, firmada em dezembro, em Otawa, no Canadá. O Brasil apresentou, ainda, projetos de resolução sobre o hemisfério sul livre de armas nucleares, que foi aprovado pela Primeira Comissão.

III – A Terceira (assuntos especiais e de descolonização) e Sexta (assuntos jurídicos) Comissões concluíram o exame de projetos de resolução sobre o segmento das decisões adotadas durante a Cúpula de Copenhague das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Social, bem como questões relacionadas a direitos humanos, situação da mulher, direito das crianças, combate ao narcotráfico, prevenção do crime, operações de paz da ONU, terrorismo, direito do mar e estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional.

IV – A Quinta Comissão que deliberou sobre temas administrativos e orçamentários da própria ONU realizou discussões sobre a definição dos critérios para a escala de contribuições financeiras dos países membros da ONU, para o biênio 1998/1999.

Mas, na verdade, durante as duas primeiras semanas de dezembro, em particular, os temas que mais interessaram ao Brasil na Assembleia-Geral foram:

V – Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: na consideração do item da agenda da 52ª AGNU referente à reforma do Conselho de Segurança Nacional – CSNU, o debate no plenário centrou-se nos resultados do Grupo de Trabalho sobre a Reforma e a Ampliação do Conselho de Segurança sobre o tema. O representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Celso Amorim, pronunciou importante discurso de ampla repercussão sobre o tema. Houve 70 oradores inscritos, muitos dos quais sublinharam a importância de se chegar a um entendimento sobre o assunto durante a 52ª Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Pela grande relevância do tema, Sr. Presidente, peço a V. Exª que dê como lido, para inscrição nos Anais do Senado, esse oportuno discurso do Embaixador Celso Amorim.

VI – A segunda Comissão chegou à etapa final dos seus trabalhos, após examinar diversos projetos de resolução, um dos quais sobre "Fluxos Econômicos Globais", Comércio e Desenvolvimento" e "Financiamento do Desenvolvimento". O primeiro trata

das questões relativas aos fluxos internacionais de capitais de curto e longo prazo, inclusive do fenômeno da volatilidade dos capitais, assunto que vem preocupando bastante a comunidade internacional. Basta lembrar a crise do México e, mais agora, a persistente crise que abala os países mais desenvolvidos do mundo asiático. O segundo registra os resultados das últimas negociações e lança idéias para a X Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) a realizar-se na Tailândia no ano 2000.

O projeto de resolução sobre financiamento do desenvolvimento decidiu pela realização da sessão reconvocada, de três dias, da Segunda Comissão, em princípios de 1998, para discutir o tema e preparar elementos para a análise, por um Grupo de Trabalho sobre o Financiamento de Desenvolvimento, o qual deverá reunir-se a partir da 53ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Enfim, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ao finalizar este relatório, devemos informar a nossa crescente estranheza diante do atraso de pagamentos dos países membros da ONU, sendo de salientar, nesse aspecto, a liderança dos Estados Unidos da América do Norte e também, infelizmente, do Brasil.

Sr. Presidente, gostaria, ao encerrar este pronunciamento, de fazer uma observação. Solicitei, e sei que V. Exª a deferirá, a anexação a este pronunciamento – que é, em verdade, um relatório de nossa estada como Observador Parlamentar na ONU, durante a primeira quinzena de dezembro – do discurso proferido pelo ilustre Embaixador Celso Luiz Nunes de Amorim no plenário da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Entretanto, Sr. Presidente, não posso deixar de estranhar não ter conseguido, apesar do esforço que fiz – inclusive fui eu, como Presidente, quem criou o Serviço de Tradução do Senado – durante vários e vários dias, que esse discurso viesse a ser traduzido para o português. Por isso, segue o discurso aqui anexado em inglês, o que não me agrada, pois gostaria que constasse nos Anais na língua pátria, a língua portuguesa.

Solicito, pois, a V. Exª que tome algumas providências nesse sentido.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. HUMBERTO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Statement by the Permanent Representative of Brazil, Ambassador Celso Amorim on Item 59 (Equitable Representation on and Increase in the Membership of the Security Council)/New York, 4 December 1997

Mr. President,

I would like to start by expressing my Delegation's sincere appreciation for your skillful guidance in preparing the ground for today's debate. Security Council reform being one of the central issues in the United Nations' agenda, it is reassuring to note that the President of the General Assembly is ready to exercise his leadership in order to move our debate forward.

Mr. President,

2. We have traveled a considerable distance since I last took the podium to address this issue a year ago. Thanks to the competence and dedication demonstrated by the co-Vice Chairmen of the Working Group, Ambassadors Breitenstein of Finland and Jayanama of Thailand, we were able to start the year of 1997 under the sign of a renewed dynamism. The exchange of views which they carried out with a total of 165 delegations, large and small, individually or in groups, revealed certain trends, providing delegations with a more focused image of where the possibilities for agreement lay. Their important findings, as transmitted to the Working Group on 10 and 14 March, have been included in our latest report, document A/51/47, under Annex VII and deserve to be recalled.

3. The co-Vice-Chairmen were able to discern the existence of a very large majority which favours an increase in both permanent and non-permanent membership. It is also of great significance that this majority believes there should be permanent members from both developing and industrialized countries.

4. These are the essential elements on the basis of which we must search for general agreement. My Delegation, along with many others, is ready to proceed on Council reform taking fully into account the solid preparatory groundwork undertaken during this active year. As was made clear in the speech delivered by the Brazilian Minister of External Relations, Ambassador Luiz Felipe Lampreia:

"There is a new thrust to negotiations. There is leadership, as well as carefully crafted proposals. We must take advantage of this unique opportunity in the history of the United Nations. We must not let the moment pass. Reform has become, more than a key concept, the order of the day".

5. In January of 1998, the Working Group will resume its activities. Brazil is convinced that there is no need for additional exploratory debates and that we should fully embark on a negotiating process. We do not favour the establishment of artificial targets of any kind for completing our work. But we also oppose attempts to unduly slow down proceedings. Let us put aside the idea of artificial time-frames of any kind, either to impose hasty solutions or to obstruct the process. Let us make the most of the present session of the General Assembly in its entirety and concentrate our attention on the issues that require further refinement, such as veto and numbers (to which I shall come back later).

Mr. President,

6. In this year's general debate, Brazil expressed its willingness to accept the responsibilities of permanent membership in the Security Council, if called upon by the international community to do so. In this case, Brazil is determined to carry out the role of permanent member as the representative of Latin America and the Caribbean so that our region may be present in the Council on a permanent basis and, through regular coordination and consultation, have a stronger collective voice. As a non permanent member, we have endeavoured in the past to maintain close coordination with countries in the region, and we will continue to do so during our next mandate. We are prepared to make this coordination and these consultations even more systematic and formal, in order to ensure that the interests and concerns of the region will be reflected to the fullest extent possible.

7. We consider that the proposal contained in Annex 1 of this year's Report - the so called "Razali proposal" - constitutes an appropriate framework, with the necessary adjustments, for reforming the Security Council in a non-discriminatory and democratic way, allowing for Member States to express themselves in the General Assembly on candidacies for permanent membership from both the industrialized and the developing world. The proposal provides sufficient leeway for regional consultation and does not prejudice any outcome, although it does rule out discriminatory ones, which is one of the main reasons why we

value it. We should not forget, in this respect, that since the adoption, at the end of the 50th session of the GA, of the report contained in document A/50/47, we have been working under the assumption that "in the event of an increase in the permanent membership, an increase only by industrialized countries would be widely regarded as unacceptable".

8. We would regard a reform which ascribed full permanent seats to two industrialized countries and rotating seats to the developing world as unacceptable and contrary to this conclusion. It is a different matter if one part of the world comes forth with a specific suggestion arrived at by consensus - at the regional level - and submits it to the General Assembly. We understand this has been a position held by African countries and we fully respect that.

9. We are confident that we will continue to move away from discriminatory conceptions of expansion, and that those who contemplate the idea of "permanent rotating seats" as a solution for their own region will continue to hold that it is not exportable. As far as we are concerned, there is no market in Latin America and the Caribbean for this product.

Mr. President,

10. In spite of the important strides made this year, we have still not found a center of gravity as regards some complex issues such as the veto, and the total number of members in an expanded Council. Brazil has advanced several ideas with the objective of rendering the decision making process in the Security Council more democratic, without impinging upon Charter privileges which the five permanent members are clearly unprepared to give up. We believe that there should be no discrimination, in principle, between current and new permanent members. At the same time, we have suggested that new permanent members might consider the option of not exercising their veto rights, until a comprehensive agreement on decision making, involving all permanent members, can be arrived at. In other words sensitive as the veto issue may be - it should not prevent us from moving ahead in expanding the Council's composition.

11. As to the overall number of members, a few delegations continue to have misgivings about a Council of more than twenty-one participants, in contrast with the preference of the wide majority for a higher figure, somewhere in the mid-twenties. While the problems related to the veto - in spite of the fact that they touch on difficult



questions of principle - may be surmountable through intensified dialogue and negotiation, it appears that the numbers issue is at once a simpler and more immediate stumbling block. It is our expectation that, as other aspects fall into place, some creative thinking on matters such as the action threshold, and on improved Security Council practices and procedures, may be able to help us in this regard.

12. It is sometimes alleged that the incapacity of the developing regions to reach consensus on prospective permanent members constitutes a major obstacle at this stage of our work. This is a gross distortion of the facts. To start with, as we all know, the strongest opposition to expansion in permanent membership is to be found in the industrialized world. The argument according to which there is no consensus in the regions of the South applies with greater validity to regions of the North. But this is not the issue. Consensus, although desirable, may not be attainable in any region, North or South. The real issues that are impeding progress are the veto and the numbers question. These should be the focus of attention as we resume our discussions within the Working Group next year.

Mr. President,

13. If so many delegations express an interest on this item of our agenda it is because we are here discussing the credibility of the United Nations in a principal area of concern, the maintenance of international peace and security. The future of the multilateral system of collective security rests on the legitimacy and representativeness of the Security Council. As recently stated in the British magazine, "the Economist", in an article on one of the major crises the world is facing, "the Security Council is in a poor way, knowing that it should long ago have reformed itself".

14. Let us not prolong this agony indefinitely. Let us work firmly and responsibly towards a solution that is equitable and balanced, that takes into account aspirations of all nations, large and small, developed and developing, but - above all - let us bear in mind that this exercise is not about the prestige of any individual country or group of countries. It is about the prestige and effectiveness of our Organization.

THANK YOU

Pronunciamento do Representante Permanente do Brasil, Embaixador Celso Amorim, sobre o Item 59 (Representação Equitativa e o Aumento da Representação no Conselho de Segurança), em Nova York, em 4 de dezembro de 1997.

Sr. Presidente,

1. Eu gostaria de começar expressando a sincera apreciação de minha Delegação por sua habilidosa orientação na preparação do terreno para o debate de hoje. Sendo a reforma do Conselho de Segurança uma das questões centrais da agenda das Nações Unidas, é tranquilizador observar que o Presidente da Assembléia-Geral está pronto a exercer sua liderança para dar prosseguimento a nosso debate.

Sr. Presidente,

2. Caminhamos uma distância considerável desde a última vez que vim ao pódio tratar dessa questão, há um ano. Graças à competência e dedicação demonstradas pelo co-Vice Presidentes do Grupo de Trabalho, os Embaixadores Breitenstein, da Finlândia, e Jayanama, da Tailândia, pudemos iniciar o ano de 1997 sob o signo de um dinamismo renovado. O intercâmbio de opiniões que eles fizeram com um total de 165 delegações, grandes e pequenas, individualmente ou em grupos, revelou algumas tendências, oferecendo às delegações uma imagem mais nítida sobre onde estão as possibilidades para acordo. Seus importantes resultados, como transmitidos ao Grupo de Trabalho em 10 e 14 de março, foram incluídos em nosso último relatório, documento A/51/47, sob o Anexo VII, e merecem ser lembrados.

3. Os co-Vice-Presidentes foram capazes de discernir a existência de uma maioria muito grande em favor de um aumento na participação dos membros permanentes e não-permanentes. É também de grande importância que essa maioria acredite que deveria haver membros permanentes das nações industrializadas e em desenvolvimento.

4. Esses são os elementos essenciais sobre os fundamentos dos quais nós devemos procurar o acordo geral. Minha delegação, juntamente com muitas outras, está pronta a prosseguir na reforma do Conselho, levando em total consideração o sólido trabalho de base preparatório empreendido durante este ano laborioso. Como ficou claro no discurso pronunciado pelo Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia:

“Há um novo impulso para as negociações. Há liderança, assim como propostas cuidadosamente elaboradas. Devemos tirar vantagem desta oportunidade única na história das Nações Unidas. Não devemos deixar passar a ocasião. A reforma tornou-se, mais do que um conceito-chave, a ordem do dia”.

5. Em janeiro de 1998, o Grupo de Trabalho recomeçará suas atividades. O Brasil está convencido de que não há necessidade de mais debates exploratórios e nós deveríamos embarcar integralmente em um processo de negociação. Não somos a favor do estabelecimento de alvos artificiais de qualquer tipo para completar nosso trabalho. Vamos deixar de lado a idéia de qualquer tipo de cronogramas artificiais, ou para impor soluções apressadas ou para obstruir o processo. Vamos aproveitar ao máximo a sessão atual da Assembléia-Geral, em sua totalidade, e concentrar nossa atenção nas questões que requerem mais refinamento, tais como veto e números (sobre as quais eu falarei mais tarde).

Sr. Presidente,

6. No debate geral deste ano, o Brasil expressou sua disposição de aceitar as responsabilidades de membro permanente no Conselho de Segurança, se convocado para isso pela comunidade internacional. Nesse caso, o Brasil está determinado a cumprir o papel de membro permanente como representante da América Latina e do Caribe, de forma que nossa região possa estar presente no Conselho em base permanente e, por meio de coordenação e consulta regulares, ter uma voz coletiva mais forte. Como membro não-permanente, temos nos empenhado no passado para manter uma coordenação íntima com os países da região, e continuaremos a fazer isso durante nosso próximo mandato. Estamos preparados para fazer essa coordenação e essas consultas ainda mais sistemáticas e formais, com o objetivo de garantir que interesses e preocupações da região venham a ser refletidos o mais integralmente possível.

7. Consideramos que a proposta contida no Anexo 1 do Relatório deste ano - a chamada "Proposta Razali" - constitui uma moldura apropriada, com os ajustes necessários, para a reforma do Conselho de Segurança de uma forma democrática e não-discriminatória, permitindo aos Estados-Membros se expressarem na Assembléia-Geral sobre as candidaturas para membros permanentes, tanto das nações industrializadas como dos países em desenvolvimento. A proposta oferece espaço suficiente para consulta regional e não faz pré-julgamento de nenhum resultado, apesar de excluir a discriminação, o que é uma das principais razões pelas quais nós a valorizamos. Não devemos esquecer, a esse respeito, que desde a adoção, no final da 50a. sessão da AG, do relatório contido no documento A/50/47, temos trabalhado sob a suposição de que "na eventualidade de aumentarem os membros permanentes, um aumento apenas das nações industrializadas seria amplamente considerado como inaceitável".

8. Nós considerariamos uma reforma que designasse assentos totalmente permanentes a dois países industrializados e assentos rotativos a nações em desenvolvimento, como inaceitável, e seríamos contrários a essa conclusão.

9. Estamos confiantes em que continuaremos a nos afastar de conceitos de expansão discriminatórios, e que aqueles que contemplam a idéia de "assentos permanentes rotativos" como uma solução para a sua própria região continuarão a manter que isso não é exportável. De nossa parte, não há mercado na América Latina e no Caribe para esse produto.

Sr. Presidente,

10. A despeito das importantes distâncias que percorremos neste ano, nós ainda não encontramos um centro de gravidade com relação a algumas questões complexas, tais como o veto, e o número total de membros no Conselho expandido. O Brasil avançou algumas idéias com o objetivo de tornar mais democrático o processo de tomada de decisão no Conselho de Segurança, sem colidir com os privilégios da Carta dos quais os cinco membros permanentes claramente não estão preparados para desistir. Acreditamos que não deveria haver nenhuma discriminação, em princípio, entre os membros atuais e os novos membros permanentes. Ao mesmo tempo, temos sugerido que os novos membros permanentes possam considerar a opção de não exercerem seus direitos de veto, até que seja possível se chegar a um acordo abrangente sobre a tomada de decisão, envolvendo todos os membros permanentes. Em outras palavras - embora a questão do veto seja sensível - não deveria nos impedir de avançar na expansão da composição do Conselho.

11. Quanto ao número total dos membros, umas poucas delegações continuam a ter apreensões sobre um Conselho de mais de vinte-e-um participantes, em contraste com a preferência da grande maioria por um número mais elevado, por volta de vinte-e-cinco. Enquanto os problemas relacionados ao veto - a despeito do fato de envolverem difíceis questões de princípios - podem ser superados por meio de diálogos intensificados e negociação, parece que a questão dos números é ao mesmo tempo mais simples e um impedimento mais imediato. É nossa expectativa que, à medida que outros aspectos sejam resolvidos, um pouco de pensamento criativo sobre matérias como o limiar da ação, e sobre práticas e procedimentos aperfeiçoados do Conselho de Segurança, possam nos ajudar a esse respeito.

12. Alega-se às vezes que a incapacidade das regiões em desenvolvimento para alcançar consenso sobre os membros permanentes previstos constitui um grande obstáculo neste estágio de nosso trabalho. Isso é uma distorção total

dos fatos. Para começar, como todos sabem, a oposição mais forte ao aumento do número dos membros permanentes encontra-se no mundo industrializado. O argumento segundo o qual não há consenso nas regiões do Sul aplica-se com maior validade às regiões do Norte. Mas isso não é a questão. Consenso embora desejável, pode não ser atingido em qualquer caso no Sul. As questões reais que estão impedindo o progresso são o veto e o bloqueio de números. Essas matérias deveriam ser o foco da atenção quando reiniciarmos nossas discussões no Grupo de Trabalho no próximo ano.

Sr. Presidente,

13. Se tantas delegações expressam um interesse nesse item de nossas agenda é porque nós aqui estamos discutindo a credibilidade das Nações Unidas em uma área primordial de preocupação, a manutenção da paz e da segurança internacionais. O futuro do sistema multilateral de segurança coletiva depende da legitimidade e da representatividade do Conselho de Segurança. Como recentemente declarado na revista britânica *"The Economist"*, em um artigo sobre uma das grandes crises que o mundo enfrenta, "o Conselho de Segurança é um meio insuficiente, sabendo-se que há muito deveria ter promovido a sua reforma".

14. Não vamos prolongar esta agonia indefinidamente. Vamos trabalhar com firmeza e responsabilidade para uma solução que seja equitativa e equilibrada, que leve em consideração as aspirações de todas as nações, grandes e pequenas, desenvolvidas e em desenvolvimento, porém acima de tudo vamos ter em mente que este exercício não é sobre o prestígio de qualquer país individualmente ou grupo de países. Trata-se do prestígio e da eficiência de nossa Organização.

OBEDIADO

Traduzido por: Theresa Catharina de G. Campos  
Serviço de Tradução  
Secretaria de Informação e Documentação  
do Senado Federal

## **Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 de abril de 1998**

### **4ª Sessão Legislativa Ordinária 50ª Legislatura**

**(Art. 269, II, do Regimento Interno)**

#### **PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa do Presidente da República.....	1
De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça .....	1
Total.....	2

**Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1997 (nº 2.381/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a inclusão no rito processual da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, das liquidações do Banco de Roraima S.A. - BANRORAIMA e da Companhia Usinas Nacionais - CUN, e dá outras providências.***

**Sessão: 06.04.98**

**Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1997 (nº 4.797/94, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que *dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região, e dá outras providências.***

**Sessão: 29.04.98**

## PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	1
De iniciativa do Senado Federal.....	4
<b>Total.....</b>	<b>5</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1997, de iniciativa da Comissão Especial do “El Niño”, criada através do Requerimento nº 533, de 1997, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil.**

**Sessão: 06.04.98**

**Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1996 (nº 770/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições privadas de educação beneficiárias de isenção de impostos terem em seus conselhos fiscais representante do corpo discente.**

**Sessão: 07.04.98**

**Projeto de Lei do Senado nº 325, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos saneantes e outros produtos, e dá outras providências.**

**(Decisão terminativa)**

**Sessão: 08.04.98**

**Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1996 - Complementar, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que altera as alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, que trata de inelegibilidades, e determina outras providências.**

**Sessão: 15.04.98**

**Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 87, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime, e dá outras providências.**

**Sessão: 28.04.98**



**PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	9
De iniciativa do Senado Federal.....	4
<b>Total.....</b>	<b>13</b>

**Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1997** (nº 386/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e aquela organização, em Paris, em 17 de junho de 1996.*

**Sessão:** 06.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 1997** (nº 562/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.*

**Sessão:** 06.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 1997** (nº 526/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, em Brasília, em 18 de abril de 1997.*

**Sessão:** 06.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1998** (nº 399/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Emenda aos arts. 6 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite - INTELSAT, aprovada pelo XXV Encontro dos Signatários, em 4 de abril de 1995.*

**Sessão:** 06.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1998** (nº 577/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais, entre os Governos da República Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996.*

**Sessão:** 06.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1998** (nº 440/97, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto das Emendas aos Artigos I, II, VIII, IX e XVI do Acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT).*

**Sessão:** 07.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1998** (nº 561/97, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto das emendas relativas à mudança do nome da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite - INMARSAT e ao art. 13 da Convenção da INMARSAT, aprovadas em Londres, em 9 de dezembro de 1994.*

**Sessão:** 07.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1997** (nº 397/97, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.*

**Sessão:** 15.04.98

**Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 1997** (nº 560/97, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana, concluído em Nova Iorque, em 9 de março de 1995*

**Sessão:** 15.04.98

**Projeto de Resolução nº 32, de 1998**, *que autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de dezessete milhões, trezentos e quatorze mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos, cujos recursos se destinam à execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento institucional naquele Estado.*

**Sessão:** 16.04.98

**Projeto de Resolução nº 37, de 1998**, *que autoriza o Governo do Estado de Rondônia a assinar contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, com a União, o Banco do Estado de Rondônia S/A - BERON e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A - RONDONPOUP, no valor de quinhentos e dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três re-*

*ais), no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no amparo da Medida Provisória nº 1612-21/98.*

**Sessão: 16.04.98**

**Projeto de Resolução nº 36, de 1998**, que *autoriza a elevação temporária do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, para que possa contratar operação de crédito externo, no valor total, em ienes japoneses, até o equivalente a duzentos e setenta e um milhões, dezessete mil, duzentos e vinte e oito dólares norte-americanos e noventa e cinco centavos, junto ao The Export-Import Bank of Japan - EXIMBANK.*

**Sessão: 28.04.98**

**Projeto de Resolução nº 26, de 1998**, que *autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a elevar temporariamente os seus limites de endividamento para contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de setenta milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a setenta e cinco milhões, oitocentos e dez mil reais, a preços de 31.07.97, cujos recursos serão destinados à implantação do Programa de Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais no Rio Grande do Sul - PNMRE.*

**Sessão: 28.04.98**

### **MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS**

**Mensagem nº 94, de 1998** (nº 177/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Carlos Luiz Coutinho Perez**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Dinamarca e, cumulativamente, junto à República da Lituânia.

**Sessão: 15.04.98**

**Mensagem nº 95, de 1998** (nº 178/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Gilberto Vergne Saboia**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia e, cumulativamente, junto à República da Letônia.

**Sessão: 15.04.98**

**Mensagem nº 110, de 1998** (nº 302/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

Sessão: 15.04.98

**Mensagem nº 111, de 1998** (nº 303/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Sérgio Henrique Nabuco de Castro**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Sessão: 15.04.98

### **MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO**

De iniciativa do Senado Federal.....	1
<b>Total.....</b>	<b>1</b>

**Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1996**, de autoria do Senador José Bonifácio, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

(Rejeitado nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno)

Sessão: 03.04.98

### **MATÉRIAS RETIRADAS PELO AUTOR**

De iniciativa do Senado Federal.....	3
<b>Total.....</b>	<b>3</b>

**Proposta de Emenda a Constituição nº 1, de 1998**, de autoria do Senador Esperidião Amin, que *altera o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal*.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 191, de 1998)

Sessão: 28.04.98

**Projeto de Lei do Senado nº 200, de 1997**, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que *dispõe sobre a expropriação de terras rurais onde se verifique a ocorrência do trabalho escravo de crianças e adolescentes*.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 219, de 1998)

Sessão: 28.04.98

**Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1997**, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que *extingue o Programa de Integração Nacional - PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA e dá outras providências*.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 209, de 1998)

Sessão: 28.04.98

### OUTRAS DELIBERAÇÕES

**Requerimento nº 202, de 1998**, dos Senadores Carlos Wilson e Roberto Freire, solicitando, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União preste informações relacionadas à Decisão nº 123/98-TCU-Plenário, proferida em resposta à Consulta da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (Processo nº TC-000.852/98-8).

Sessão: 06.04.98

**Requerimento nº 229, de 1998**, dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Tarcisio de Vasconcelos Maia, ex-Deputado Federal, Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Secretário de Estado da Educação, além de ter exercido outros importantes cargos, como Presidente da Companhia Nacional de Álcalis e Presidente do IPASE.

Sessão: 13.04.98

**Requerimento nº 233, de 1998**, dos Senadores Ronaldo Cunha Lima e outros senhores Senadores solicitando, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do Senador Humberto Lucena:

Sessão: 14.04.98

**Requerimento nº 255, de 1998**, do Senador Artur da Tavola e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as

tradições da Casa, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do Dr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, Ministro de Estado das Comunicações.

**Sessão: 20.04.98**

**Requerimento nº 256, de 1998**, do Senador Geraldo Melo e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Luís Eduardo.

**Sessão: 23.04.98**

**Requerimento nº 257, de 1998**, do Senador Hugo Napoleão, solicitando, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Luís Eduardo.

**Sessão: 23.04.98**

**Requerimento nº 258, de 1998**, do Senador Hugo Napoleão e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de sessão especial do Senado Federal, destinada a homenagear a memória do Deputado Federal Luís Eduardo, falecido no dia 21 do corrente.

**Sessão: 23.04.98**

**Requerimento nº 263, de 1998**, do Senador Teotônio Vilela Filho e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial destinada a prestar homenagem ao Ministro Sérgio Roberto Vieira da Motta, falecido no dia 19 de abril de 1998.

**Sessão: 28.04.98**

**Requerimento nº 259, de 1998**, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando, nos termos regimentais, que o Tribunal de Contas da União realize inspeção especial e extraordinária sobre os contratos firmados entre o Departamento da Polícia Federal e as empresas SOFREMI e Fundação Atech (Aplicação de Tecnologias Críticas).

**Sessão: 29.04.98**

**Requerimento nº 266, de 1998**, da Senadora Emilia Fernandes e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 5 de maio próximo seja dedicado a homenagear o trabalhador, por ocasião das comemorações do dia 1º de maio.

**Sessão: 29.04.98**

**Requerimento nº 267, de 1998, do Senador Júlio Campos e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 7 de maio próximo seja dedicado a homenagear os 250 anos do Estado do Mato Grosso.**

**Sessão: 29.04.98**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS**  
**(1º a 30 de abril de 1998)**

Não deliberativas ..... 9

Deliberativas ordinárias ..... 7

**Total ..... 16**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS**  
**(6 de janeiro a 30 de abril de 1998)**

Não deliberativas ..... 25

Deliberativas ordinárias ..... 36

Deliberativas extraordinárias ..... 6

**Total ..... 67**

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL**  
**(1º a 30 de abril de 1998)**

**MATÉRIAS APROVADAS ..... 24**

Projetos aprovados e enviados à sanção ..... 2

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados ..... 5

- *Projetos apreciados pelo Plenário ..... 4*
- *Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa ..... 1*



Projetos aprovados e enviados à promulgação .....	13
• <i>Operações de crédito</i> .....	4
• <i>Acordos Internacionais</i> .....	9
Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas .....	4
<b>MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO .....</b>	<b>4</b>
Matérias rejeitadas (art. 101, § 1º, do Regimento Interno) .....	1
Matérias retiradas pelo autor .....	3
<b>TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS .....</b>	<b>28</b>

## **SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL** **(6 de janeiro a 30 de abril de 1998)**

<b>MATÉRIAS APROVADAS .....</b>	<b>115</b>
Proposta de Emenda à Constituição enviada à promulgação .....	1
Projetos aprovados e enviados à sanção .....	19
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados .....	13
• <i>Projetos apreciados pelo Plenário</i> .....	9
• <i>Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa</i> .....	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação .....	71
• <i>Acordos internacionais</i> .....	17
• <i>Concessões de telecomunicações</i> .....	24
• <i>Operações de crédito</i> .....	28
• <i>Assuntos administrativos</i> .....	2
Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas .....	8
Mensagens relativas a escolha de Autoridades .....	3

**MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO..... 16**

Matérias rejeitadas (art. 254 do Regimento Interno) ..... 2

Matéria rejeitada (art. 101, § 1º, do Regimento Interno) ..... 1

Matérias declaradas prejudicadas ..... 7

Matérias retiradas pelo autor ..... 6

**TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS..... 131****CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. SF 282/98	Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	Encaminha cópia da publicação da Resolução nº 82, de 1967, do Senado Federal.
Of. SF 285/98	Ministro de Estado das Relações Exteriores	Encaminha cópia das notas taquigráficas de debates da sessão de 6.4.98 sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997, acerca de acordo entre o Brasil e a França em matéria de segurança pública.
Of. SF 283/98	Ministro-Relator do Superior Tribunal de Justiça	Encaminha cópia do processado do Projeto de Resolução nº 143, de 1995, que originou a Resolução nº 71, de 1995, relacionados com autorização de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Alagoas destinadas a liquidação de precatórios judiciais.

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
Of. SF 359/98	Presidente da Câmara dos Deputados	Encaminha, visando subsidiar a apreciação da Proposta de Emenda à Constituição que trata de imunidade parlamentar, quadro contendo informações sobre solicitações do Supremo Tribunal Federal, em tramitação, para processar membros do Senado Federal.
Of. SGM 108/98	Dr. Humberto Fenner Lyra, Médico Legista	Encaminha informações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 1991, que originou a Lei nº 8.974, de 1995, que dispõe sobre o uso das técnicas de engenharia genética.
Of. SGM 147/98	Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo	Encaminha documentos constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101/96 (CPI dos títulos públicos).
Of. SGM 152/98	Sr. Matheus Casado Martins, Delegado de Polícia Federal no Rio de Janeiro-RJ	Encaminha cópias dos Diários do Senado Federal em que constam depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1.101/96 (CPI dos títulos públicos).

**CONGRESSO NACIONAL - 1998**  
**RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 30 DE ABRIL**

PLVs - sancionados..... 03  
 MPs - promulgadas..... 04

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	146/98-CN (nº 279/98, na origem)	MP nº 1.580-8, publ. no D.O. de 6-3-98	Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e a União a adquirirem ações da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, da Companhia Energética do Piauí - CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON e da Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE, para efeito de inclusão dessas empresas no Programa Nacional de Desestatização - PND, bem como o aumento do capital social das Companhias Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e Docas do Estado de São Paulo - CODESP, e dá outras providências.	1º-4-98, às 14h30min	Lei nº 9.612, de 2-4-98 (DO 3-4-98)
Abril	149/98-CN (nº 280/98, na origem)	MP nº 1.592-5, publ. no D.O. de 6-3-98	Extingue a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRAS e dá outras providências.	1º-4-98, às 14h30min	Lei nº 9.617, de 2-4-98 (DO 3-4-98)
Abril	181/98-CN (nº 325/98, na origem)	MP nº 1.631-10, publ. no D.O. de 14-3-98	Dispõe sobre a extinção dos órgãos que menciona e dá outras providências.	1º-4-98, às 14h30min	Lei nº 9.618, de 2-4-98 (DO 3-4-98)
Abril	194/98-CN (nº 341/98, na origem)	MP nº 1.644-41, publ. no D.O. de 18-3-98	Altera dispositivo da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências.	1º-4-98, às 14h30min	Lei nº 9.624, de 2-4-98 (DO 8-4-98)
Abril	148/98-CN (nº 296/98, na origem)	MP nº 1.588-6, publ. no D.O. de 6-3-98	Cria carreiras no âmbito do Poder Executivo Federal, cria as Gratificações de Desempenho e Eficiência - GDE e de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária - GDA e dá outras providências.	2-4-98, às 10 horas	Aprovado o PLV nº 2/98.  Lei nº 9.620, de 2-4-98 (DO 3-4-98)
Abril	175/98-CN (nº 319/98, na origem)	MP nº 1.625-42, publ. no D.O. de 14-3-98	Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, de Desempenho Diplomático - GDD, de Desempenho de Atividade de Chancelaria - GDC e de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, e dá outras providências.	2-4-98, às 10 horas	Aprovado o PLV nº 1/98.  Lei nº 9.625, de 7-4-98 (DO 8-4-98)
Abril	200/98-CN (nº 352/98, na origem)	MP nº 1.646-47, publ. no D.O. de 25-3-98	Dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências.	2-4-98, às 10 horas	Aprovado o PLV nº 3/98.  Lei nº 9.630, de 23-4-98 (DO 24-4-98)

**RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO  
 PERÍODO DE 16 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 1998**

PLVs - aprovados e sancionados..... 3  
 MPs - aprovadas e promulgadas..... 4  
 PLNs - transformados em lei..... 5  
 Total de matérias apreciadas..... 12

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Of. nº 131/98-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando à Mesa da Câmara dos Deputados, o Projeto de Resolução nº 1/98-CN, que "Altera a Resolução nº 1, de 1989-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, introduzindo o exame de adequação financeira e orçamentária no Congresso Nacional".
Of. nº 146/98-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando cópia do Ofício nº 182/P, de 6 de abril do corrente ano, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações a fim de instruir o Mandado de Injunção nº 575, impetrado pelo Conselho Federal de Farmácia, bem como da Decisão - Liminar, tendo em vista que a inicial versa, também, sobre matéria em tramitação naquela Casa do Congresso Nacional.
Of. nº 153/98-CN	Ministro Henrique Santos - Presidente do TCU	Comunicando que o Congresso Nacional recebeu, dentro do prazo previsto, a Mensagem do Senhor Presidente da República encaminhando as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1997 e envia as referidas contas contendo o Balanço Geral da União, constituído dos Balanços e Demonstrativos Orçamentários dos Três Poderes da República.
Of. nº 154/98-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Encaminhando à Mesa da Câmara dos Deputados, os Projetos de Resolução nºs 5/95-CN, que "Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 128 da Resolução nº 1, de 1970-CN", e 6/95-CN, que "Cria Comissão para acompanhamento e fiscalização do Programa Nacional de Desestatização".
Of. nº 155/98-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lida, na sessão do Senado Federal, realizada dia 17-4-98, às nove horas, a Mensagem nº 268, de 1998-CN, (nº 454/98, na origem), que encaminha as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1997, e que foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União.

# **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 50ª LEGISLATURA**

**RELATÓRIO DO MÊS DE MARÇO DE 1998**

<b>REQUERIMENTOS</b>	<b>MARÇO</b>
<b>APROVADOS</b>	<b>2</b>
<b>REJEITADOS</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

## **COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**REUNIÕES CONVOCADAS  
E REALIZADAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 50ª LEGISLATURA (MARÇO DE 1998)**

**REUNIÕES CONVOCADAS.....02**

**REUNIÕES REALIZADAS .....01**

**TOTAL DE REUNIÕES.....01**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1998**

<b>REUNIÃO/ ASSUNTO</b>	<b>AUTORIDADES</b>
<b>EM 18/03/98, LANÇAMENTO DE VÍDEO PELA EMBRAPA SOBRE A MOSCA BRANCA.</b>	<b>DR. EDUARDO PORTELA PRESIDENTE DA EMBRAPA</b>
	<b>DR. JEAN PIERRE LONGTOR DIRETOR DA BAYER</b>
	<b>DR. JOSÉ TADEU DE FARIA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA</b>

**COMISSÃO  
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
MARÇO - 98**

**REUNIÕES CONVOCADAS  
E REALIZADAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 50ª LEGISLATURA**

**REUNIÕES CONVOCADAS.....08**

**REUNIÕES REALIZADAS .....06**

**PARECERES APRECIADOS - 1998  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA**

<b>PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAR ABR</b>
<b>APROVADOS</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b>REJEITADOS</b>			
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>1</b>



PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	MAR	ABR	MAR ABR
PELA APROVAÇÃO	02		02
TOTAL	02		02

EMENDAS DA CÂMARA	MAR	ABR	MAR MAR
PELA APROVAÇÃO	01		01
TOTAL	01		01

(OFS) OFÍCIO'S"	MAR	ABR	MAR ABR
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS	08	03	11
TOTAL	08	03	11

(MSF) MENSAGENS	MAR	ABR	MAR ABR
APROVADAS NOS TERMOS DE PRS	05	03	08
TOTAL	05	03	08

**QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1998**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA**

PARECERES	MAR	ABR	MAR ABR
PELA APROVAÇÃO	3	1	4
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS	13	6	19
TOTAL	16	7	23

**AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS**  
**E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA**  
**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
28.04.98	EMPRÉSTIMO DE TRANSFORMAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO VALOR DE R\$ 284.632.000,00; E OPERAÇÕES DE CRÉDITOS CONTRATADAS ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DIVERSOS ESTADOS BRASILEIROS, RELATIVAS A AQUISIÇÃO DE OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO.	PEDRO PARENTE, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES, SECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL, E PAULO ENRICO MARIA ZAGHEN, DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL.

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**  
**SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS**  
**REPASSADOS AO GOVERNO DE RONDÔNIA**  
**PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS**  
**(07 TITULARES E 04 SUPLENTE)**

**TITULARES****SUPLENTE**

<b>PFL</b>			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
<b>PMDB</b>			
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	2 - COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>BLOCO OPOSIÇÃO (PT PDT PSB PPS)</b>			
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
<b>PPB + PTE</b>			
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

**REUNIÕES:**

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 29/04/98

**ANDAMENTO**

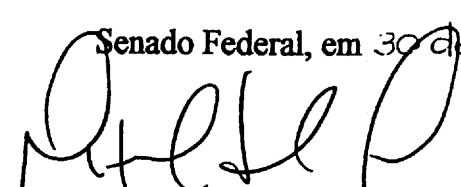
EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

**ATOS DO DIRETOR-GERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 771, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do processo nº 005.734/98-3,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no art. 35 combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE MELO JÚNIOR**, matrícula nº 5826, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Djalma Falcão.

Senado Federal, em 30 de abril de 1998



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

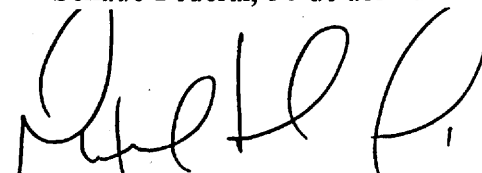
**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 772, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.623/98-7,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ**

**SOLON DE OLIVEIRA BRAGA FILHO**, matrícula nº 5177, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Elói Portela.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 773, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.553/98-9,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO SALDANHA FONTENELLE FILHO**, matrícula nº 5176, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Elói Portela.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.



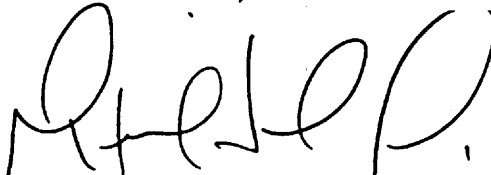
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 774, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.687/98-5,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VANDENBERGUE DOS SANTOS SOBREIRA MACHADO**, matrícula nº 5820, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador José Eduardo Vieira, a partir de 14 de abril de 1998.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 775, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005.766/98-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ LUIS SOARES RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 30 de abril de 1998

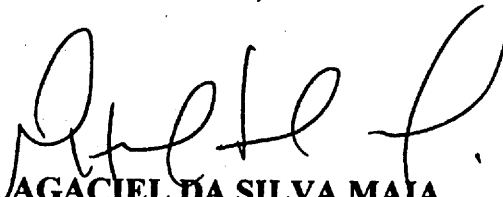
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 776, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.766/98-2,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIANA VAN ERVEN SANTOS**, matrícula nº 5518, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.

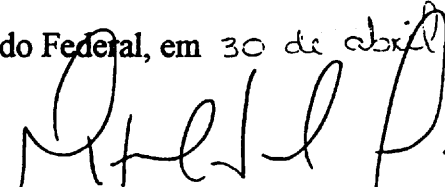
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 777, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,**  
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da  
Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº  
005.685/98-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no  
inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARISA VILLELA** para  
exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de  
Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do  
Senador Roberto Requião.

Senado Federal, em 30 de abril de 1998

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

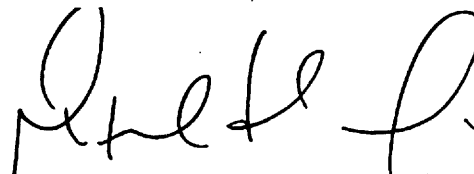
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 778, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,** no  
uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63,  
de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.685/98-2,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo  
35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ODENIR**

**JOSÉ COLOMBO**, matrícula nº 5317, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Roberto Requião, a partir de 01 de maio de 1998.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.



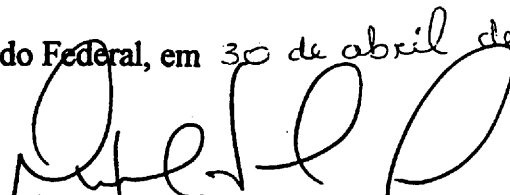
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 779, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**,  
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 005215/98-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ FALCÃO NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Djalma Falcão.

Senado Federal, em 30 de abril de 1998



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 780, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000830/97-6, **resolve aposentar, voluntariamente, a servidora SONIA CAMARGO VOIGT FIGUEIREDO**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 62, 67, 100, 103, inciso V, 186, inciso III, alínea "c" e 244 da Lei 8.112, de 1990, artigo 5º da Lei nº 8.162, de 08.01.91, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 76/95 do Senado Federal e aplicação da Decisão nº 481/97-TCU-Plenário, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de *abril* de 1998.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 781, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

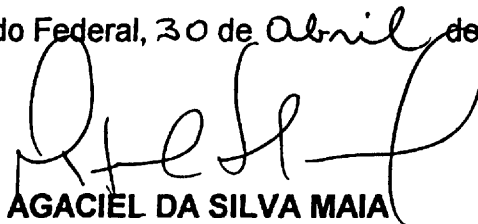
**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores ALOYSIO NOVAIS TEIXEIRA, matrícula 1852-SEEP, SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 1263, e VANDERLEI PIRES DA SILVA, matrícula nº 6099, para integrarem a comissão de gestores do contrato nº 021/98, celebrado entre o Senado Federal e MTU DO BRASIL LTDA.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de Abril de 1998.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

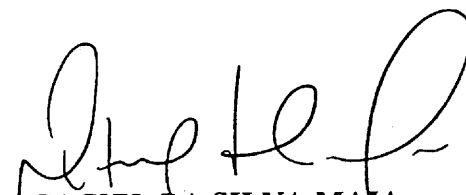
**N.º 782, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005666/98-8,

**RESOLVE** dispensar a servidora **ISABEL CRISTINA AZEVEDO RODRIGUES**, matrícula 4067, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Informações, e designá-la para exercer a Função

Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 27 de abril de 1998.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.



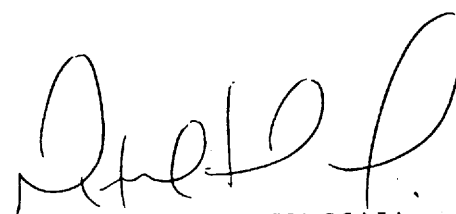
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 783, DE 1998**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005667/98-4,

**RESOLVE** dispensar o servidor **ALEX PEREIRA DE ANDRADE**, matrícula 3251, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Informações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 27 de abril de 1998.

Senado Federal, 30 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

Ato nº 101/97, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o servidor ARY BARRETO.

### APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o artigo 190, da Lei nº 8.112, de 1990, a partir de 13/08/97, data do laudo médico.

Senado Federal, em

*em 30 de Abril de 1998*  
  
**Agaciel da Silva Maia**  
Diretor-Geral

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
( Eleito em 19-4-95)

**Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC**  
**Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE**  
(Eleitos em 28-2-96)

**Titulares**

**Suplentes**

**PFL**

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1) .
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

**PMDB**

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebct
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

**PSDB**

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres'
2. José Ignácio Ferreira

**PPB (Ex- PPR + Ex-PP)**

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

**PTB**

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

**PP**

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

**PT**

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

**PDT**

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
**Romeu Tuma (Corregedor)**

**(Atualizado em 13.04.98)**

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA -GERAL DA MESA**  
**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)  
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

## COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

#### TITULARES

#### SUPLENTES

##### PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
VAGO (1)		5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VAGO (2)		8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

##### PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

##### PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

##### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

##### PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

##### PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO
---------------	------------	--------

(1) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*) SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 30/04/98.

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA**  
**(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3038/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
VAGO (2)		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4032	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

**REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**  
**SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515**

**SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**  
**FAX: 311-3652**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6  
 Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

#### TITULARES

#### SUPLENTEs

##### PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-VAGO (1)	

##### PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

##### PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52

##### BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

##### PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

##### PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO	
---------------	--------------	--------	--

(1) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS  
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311-4315

Atualizada em: 30/04/98

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA**  
**VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (2)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**      **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES**      **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604**      **FAX: 311-3121**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6  
 Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

**Atualizada em: 30/04/98**

**5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA**  
**(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
VAGO		1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)**      **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**  
**SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO**      **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**  
**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496**      **FAX: 311-3546**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6  
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

**6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- VAGO (2)	
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (3)		6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

**REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (\*)****SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(\*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

**Atualizada em: 30/04/98**

**7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

(Resolução nº 46, de 1993)

**PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA****VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO (3)	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

**PMDB**

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (4)			
VAGO			

**PSDB**

BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO (2)			

**BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)**

EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			

**PPB**

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-------------------	------------

**PTB**

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(4) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

**REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (\*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO****SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060****(\*)** Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6**Atualizada em: 16/04/98**

**7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**  
**(\*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE**  
**PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A**  
**UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS**  
**(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
PMDB			
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

**REUNIÕES:**

**SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**

**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO** TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

**TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519** FAX: 311-1060

**ANDAMENTO**

**EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA**

**Atualizada em: 14/04/98**

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO - PT/PDT/PC do B/MG)

### DEPUTADOS

TITULARES			SUPLENTE		
PFL					
ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5807
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÊA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			
BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA					
ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			
PSDB					
ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SA	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

**TITULARES****SUPLENTES****BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINÁGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

**PPB**

CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

**PTB**

PHILEMON RODRIGUES	MG	5226	JOSÉ BORBA	PR	5616
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

**PSB**

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	5901
------------------	----	------	---------------	----	------

**PL**

PEDRO CANEDO	GO	5611
--------------	----	------



# SENADORES

## TITULARES

## SUPLENTE

### PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCÁ	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			

### PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			

### PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS	2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			

### BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
EDUARDO SUPPLY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

### PPB

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071
-----------------	----	------	--------------------	----	------

### PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19			
---------------	----	---------	--	--	--

Atualizado em 04/03/98

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(Representação Brasileira)**

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO  
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER  
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN  
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO  
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES	SUPLENTEs
<b>SENADORES</b>	
<b>PMDB</b>	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
<b>PFL</b>	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS (1)	2 - JÚLIO CAMPOS
<b>PSDB</b>	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
<b>PPB</b>	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
<b>PTB</b>	
JOSÉ EDUARDO	
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)</b>	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTEs
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>PFL/PTB</b>	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
<b>PSDB</b>	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELso RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
<b>PPB</b>	
JÚLIO REDECKER	
<b>PT/PDT/PC do B</b>	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

(1) ~~Possu~~ como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900  
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433  
FAX: (55) (061) 3182154  
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 13/04/97.

**CONSELHO COMPOSTO  
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO  
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos  
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de  
morte do poeta Cruz e Sousa.  
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima  
Senador Esperidião Amin  
Senador Abdias Nascimento  
Deputado Paulo Gouveia  
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente do Senado Federal



**EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS**